



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

ERASMO DE OLIVEIRA FREITAS

MODALIDADE NO GÊNERO WEBCOMENTÁRIO DO JORNAL *O POVO*:
EFEITOS DE SENTIDO E RELAÇÃO COM O *MÍDIUM* DIGITAL

FORTALEZA

2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

ERASMO DE OLIVEIRA FREITAS

MODALIDADE NO GÊNERO WEBCOMENTÁRIO DO JORNAL *O POVO*:
EFEITOS DE SENTIDO E RELAÇÃO COM O *MÍDIUM* DIGITAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística

Linha de pesquisa: Práticas discursivas e estratégias de textualização.

Orientadora: Dr.^a Márcia Teixeira Nogueira

FORTALEZA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- F936m Freitas, Erasmo de Oliveira.
Modalidade no gênero webcomentário do jornal *O Povo*: efeitos de sentido e relação com o *mídium* digital / Erasmo de Oliveira Freitas. – 2012.
132 f. : il.; 31 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2012.
Área de concentração: Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização.
Orientação: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.
1. Língua portuguesa – Modalidade. 2. Modalidade (linguística). 3. Análise linguística.
3. I. Título.

CDD 469.5

ERASMO DE OLIVEIRA FREITAS

MODALIDADE NO GÊNERO WEBCOMENTÁRIO DO JORNAL *O POVO*:
EFEITOS DE SENTIDO E RELAÇÃO COM O *MÍDIUM* DIGITAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

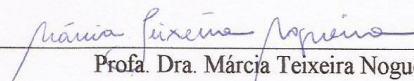
Área de concentração: Linguística

Linha de pesquisa: Práticas discursivas e estratégias de textualização.

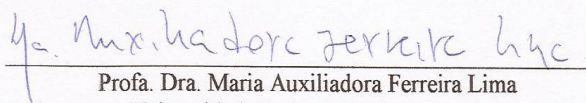
Orientadora: Dr.^a Márcia Teixeira Nogueira

Aprovada em 06/12/12

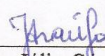
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira
Presidente - Orientadora



Profa. Dra. Maria Auxiliadora Ferreira Lima
Universidade Federal do Piauí - UFPI



Prof. Dr. Júlio César Araújo
Universidade Federal do Ceará - UFC

Aos meus pais, **Erasm**o e **Nice**, dedico este trabalho por todo amor, carinho, respeito e admiração que lhes tenho.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa leva o nome de um jovem e incipiente pesquisador, cuja consciência faz questão de lembrá-lo de suas limitações e de que nenhuma conquista seria possível sem o apoio de outros. São muitas as pessoas a quem devo agradecer, pois, de algum modo e em algum momento, ajudaram-me. Com alguns **dividi** problemas e angústias; com muitos, **somei** conhecimentos e lições; com outros, **multipliquei** alegrias e vitórias, com pouquíssimos **diminuí** conflitos e tristezas. Pude contar com a solidariedade de familiares, amigos e colegas que estiveram presente quer seja durante o andamento das aulas e atividades do Mestrado, quer seja no processo de construção dessa Dissertação, e ainda aqueles que, em especial, não simplesmente se contentaram a *estar*, mas a *ser* verdadeiramente parte da minha vida.

Independente dos que *estiveram* ou dos que *são*, agradeço,

À **minha família**, **Erasm**o e **Nice**, meus pais; **Eraldo** e **Nayara**, meus irmãos; **Neusa**, minha avó-madrinha, **Vileide**, minha cunhada e **João Arthur**, meu sobrinho, pela compreensão das ausências, pelo respeito, pela paciência, pela amizade, pelo carinho e pela força e por serem meu eterno porto seguro, meu eixo e minha inspiração.

Ao grande amigo **Júnior Saraiva**, pelo apoio constante, pela presença marcante, pela ajuda com a edição e coleta de parte do *corpus*, pelas interlocuções prazerosas, pelo companheirismo e, principalmente, pela amizade sincera.

À minha orientadora, **Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira**, pela orientação segura e exigente, pelas leituras atentas e incisivas, pelas considerações maduras e coerentes, por todas as sugestões e contribuições a essa pesquisa. Muito mais que uma orientadora, uma parceira de pesquisa, que soube conduzir a orientação de modo ímpar com bom humor e elegância. Pela acolhida e pela confiança, pela generosidade em compartilhar os saberes pessoais, acadêmicos e profissionais, sou eternamente grato por tudo.

Ao professor **Dr. Júlio César Araújo (UFC)** por aceitar o convite de participar da Banca Examinadora de Qualificação e por ser o nosso parecerista nos Seminários de Pesquisa, bem como pela leitura minuciosa e pelas inúmeras contribuições que teceu, pelo carinho e o respeito demonstrado por nossa pesquisa, pelas palavras de estímulo e por ser uma referência a qualquer pesquisador da língua(gem).

À professora **Dra. Márluce Coan (UFC)** pelas considerações feitas no Exame de Qualificação e pelas sugestões à feitura deste trabalho, pela atenção e pela leitura zelosa, além da aceitação do convite em compor a banca examinadora.

À professora **Dra. Maria Auxiliadora Ferreira Lima (UFPI)** pela gentileza de ter aceitado o nosso convite de compor a Banca Examinadora de Defesa e pelas preciosas contribuições tecidas nessa ocasião, bem como pela excelência da leitura comentada.

À minha turma de Mestrado, especialmente os (as) amigos (as) **Susy Anne Cabral, José Roberto de Souza Brito, Eliabe Procópio, Lyssandra Torres, Sayonara Costa, Elinaldo Pinheiro e Jammile Malveira** por construirmos uma equipe divertida e dedicada, por compartilharem momentos de estudo, de lanches, de conversas hilárias e de reflexões sobre a vida e a Academia.

Aos meus professores do Mestrado, **Márcia Teixeira Nogueira, Ricardo Lopes Leite, Nelson Barros da Costa e Maria Elias Soares** pelos conhecimentos compartilhados e por terem suscitado razões para buscar mais.

Aos professores **Iúta Lerche e Helenice Costa (UECE)** pelos saberes compartilhados quando realizei estudos como aluno especial no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – PosLA (UECE). Programa o qual também agradeço o carinho.

À amiga **Juliana Geórgia (UFC)** pela socialização de material sobre Funcionalismo, pela ajuda com o programa SPSS e pelos diálogos produtivos.

Aos amigos acadêmicos **Fernanda Rodrigues, Cínthya Martins, Jariza dos Santos, Érika, Sandra Rocha, Gisleuda Gabriel, Ana Germana Pontes e Walquíria Braga** pelas conversas agradáveis e interessantes, bem como pela torcida honesta.

Aos queridos amigos **Ceíça, Mariano, Eva, Olivaldo, Angélica, Edilene, Erinaldo, Francisca Nóbrega, Izabel, Cláudio, Ana Vlândia, Rafaelle, Marta, Jonas, Franci, Sandra Lemos e Socorro Noronha** pela torcida constante e pelos inúmeros momentos inesquecíveis.

Aos nobres professores **Nukácia Araújo, Mônica Feitosa, Aluíza Araújo, Hebe Macedo, Eulália Leurquin, Mônica Serafim e Júlio César Araújo** pelo estímulo e pelo apoio a mim devotados.

À prezada equipe da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Linguística **Eduardo, Antônia e Vanessa** pela atenção e respeito com que sempre me trataram.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – **CAPES** – pelo apoio financeiro, sem a qual a realização da pesquisa seria mais difícil.

Aos anjos **Maria Rita**, minha afilhada, **Anthony**, meu amigo mais jovem, e **Marlon**, meu sobrinho de coração, por me fazerem lembrar que vale a pena ser intenso, verdadeiro e corajoso como as crianças sempre são.

e

Ao príncipe **João Arthur**, meu sobrinho, por me proporcionar horas de boas expectativas, uma alegria ímpar ao nascer e por cada sorriso e suspiro seu me inspirar holisticamente.

Verdadeiramente, obrigado!

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao nosso **Senhor Deus**, por tudo o que sou e tudo o que tenho.

Simplemente, **obrigado por tudo!**

“As fronteiras da minha linguagem são
as fronteiras do meu universo”.

Ludwig Wittgenstein

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo geral de articular a descrição das marcas modais deônticas e epistêmicas à produção de efeitos de sentidos no gênero discursivo webcomentário. A pesquisa parte da escassez de estudos concernentes ao gênero webcomentário e principalmente de pesquisas acerca da modalização no *continuum* virtual de linguagem. O problema central da pesquisa se concentra em investigar qual é o principal tipo de modalidade e quais as marcas de expressão modais mais usadas como estratégias argumentativo-persuasivas encontradas pelos leitores do webjornal *O Povo* (www.opovo.br) para produzirem os propósitos comunicativos de *crítica*, *denúncia*, *elogio* e *sugestão*. Para tanto, usamos os *corpora*: um *corpus* de amostras textuais constituído por 155 webcomentários publicados entre junho e dezembro de 2011 e janeiro a março de 2012, pertencentes a cinco temas específicos: *Política*, *Economia*, *Cultura*, *Esportes e Violência Urbana*, e um *corpus* de ocorrências de expressões modalizadoras em seus respectivos contextos, nos webcomentários, totalizando 200 ocorrências. As ocorrências foram analisadas tendo em vista nove categorias: i) tipo de modalidade, ii) propósito comunicativo, iii) tema, iv) modos de expressão das modalidades deôntica e epistêmica, v) valores deônticos, vi) tipo de fonte deôntica, vii) tipo de alvo deôntico, viii) valor epistêmico e ix) natureza epistêmica. Os resultados da pesquisa indicam que o tema *Política* alcançou o maior número de webcomentários (79,5%) e que a modalidade epistêmica apresentou maior número de manifestações (55%), entre as quais predominou a asserção *irrealis* (60%), seguida da *realis* (36,4%). Já em relação à modalidade deôntica (45%), apresentou como valor deôntico predominante a *permissão* (51,2%), seguido de *obrigação* (46,6%). Nesse sentido, “modalizar” significou “relativizar” em um gênero de natureza democrática e interativa. A pesquisa indica que há relação direta entre os efeitos de sentido pretendidos pelo sujeito enunciador com a escolha das marcas modais e de qual modalidade será adotada para a construção da argumentação. Parece-nos, portanto, que, como sujeitos bakhtinianos, os enunciadore são conscientes de suas escolhas linguísticas, mesmo que não as descreva metalinguisticamente no ato da redação digital dos webcomentários.

(330 palavras)

Palavras-chave: Modos de dizer. Modalidades deôntica e epistêmica. Gêneros discursivos. Comentários de webjornal. Interação e efeitos de sentido.

ABSTRACT

This paper aims to articulate a general description of epistemic and deontic modal marks the production of meaning effects on speech genre webcomentário. The research part of the paucity of studies pertaining to gender and webcomentário mainly research about modalization in virtual continuum of language. The central problem of research focuses on investigating what is the main type of modality and which brands most commonly used modes of expression as argumentative-persuasive strategies found by the readers of The People webnewspaper (www.opovo.br) to produce the communicative purposes of criticism, complaint, compliment or suggestion. For this, we use corpora: a corpus of textual samples consisting of 155 webcomentários published between June and December 2011 and January-March 2012, belonging to five specific topics: Politics, Economics, Culture, Sports and Urban Violence, and a corpus modalizadoras of occurrences of expressions in their respective contexts, in webcomentários, totaling 200 events. The events were analyzed with a view nine categories: i) type of modality, ii) communicative purpose, iii) issue, iv) modes of expression of deontic and epistemic modalities, v) values deônticos, vi) font deontic, vii) type of target deontic, viii) epistemic value and ix) epistemic nature. The survey results indicate that the subject policy achieved the highest number of webcomentários (79.5%) and the epistemic modality showed higher number of events (55%), including the assertion irrealis predominated (60%), followed by realis (36.4%). Regarding the deontic modality (45%), presented as the predominant value deontic permission (51.2%), followed by requirement (46.6%). In this sense, "modalizing" meant "relativize" a genre in the democratic and interactive. The research indicates that there is a direct relationship between the effects of meaning intended by the subject enunciator with modal choice of brands and which modality will be adopted for the construction of argumentation. It seems therefore that, as subjects Bakhtin, the enunciators are aware of their linguistic choices, even if they do not describe the act of writing metalinguistically digital webcomentários.

(317 words)

Keywords: Ways to say. Deontic and epistemic modalities. Genres. Comments webnewspaper. Interaction and meaning effects.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Quadrado lógico.....	34
Figura 02 – Espaço do leitor do webjornal <i>O Povo</i>	70
Figura 03 – Parte do jornal que possibilita o acesso à versão tradicional do jornal.....	71
Figura 04 – Demonstração da ferramenta de captura de <i>corpus</i> retroativo.....	73
Figura 05 – Demonstração de manchete digital que registra se há comentários ou não, e quantos são.....	74
Figura 06 – Exemplo da organização do <i>corpus</i>	75
Figura 07 – Explicação da codificação no cabeçalho dos webcomentários.....	76
Figura 08 – Esquema da relação entre temas e efeitos de sentido.....	79
Figura 09 – Relação entre tema, efeito de sentido e modalidade.....	80
Figura 10 – Rede de relações entre modalidades, propósitos e temas.....	81
Figura 11 – Amostras da interface do SPSS.....	83
Figura 12 – Manchete de <i>O Povo</i> (02/09/11).....	98
Figura 13 – Manchete de <i>O Povo</i> (01/12/11).....	100
Figura 14 – Disposição espacial das notícias na primeira página de <i>O Povo</i> digital...	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Temas dos webcomentários	90
Gráfico 02 – Tipos de modalidade.....	104
Gráfico 03 – Relação entre os tipos de modalidade e os temas.....	105
Gráfico 04 – Subtipos da modalidade deôntica nos webcomentários.....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Estatísticas dos subtipos da modalidade deôntica.....115

Tabela 02 – Subtipos da modalidade epistêmica.....124

SUMÁRIO

1	Introdução.....	16
2	O paradigma funcionalista.....	21
3	A categoria modalidade.....	32
3.1	A modalidade.....	33
3.2	A modalidade deôntica.....	39
3.3	A modalidade epistêmica.....	44
4	O gênero discursivo webcomentário.....	48
4.1	A noção de gênero discursivo em Bakhtin.....	48
4.2	As concepções de <i>mídium</i> e de discurso.....	53
4.3	A ideia de suporte.....	58
4.4	Propósito comunicativo.....	63
5	Metodologia.....	69
5.1	Seleção, constituição e delimitação do <i>corpus</i>	69
5.2	Análise quantitativa.....	81
6	Análises e discussão dos resultados.....	86
6.1	Temas dos webcomentários.....	86
6.2	Tipos de modalidade nos webcomentários.....	104
6.2.1	Modalidade deôntica nos webcomentários.....	106
6.2.1.1	Subtipos da modalidade deôntica nos webcomentários.....	111
6.2.2	Modalidade epistêmica nos webcomentários.....	115
6.2.2.1	Subtipos da modalidade epistêmica nos webcomentários.....	118
7	Conclusão.....	125
	Referências.....	128

Capítulo I

Introdução

“Trabalhar com a linguagem é, certamente, um constante recomeçar e, possivelmente, um pouco provisório de chegar”

(DALL’AGLIO-HATTNER, 1995, p. 134)

Há muito tempo, estar informado do mundo que nos cerca e atualizado dos fatos é uma necessidade da vida social e condição *sine qua non* para participar plenamente da sociedade civilizada, seja na escola, universidade, local de trabalho, eventos sociais, encontros de família e de amigos, locais de práticas religiosas ou esportivas, enfim, para si mesmo, enquanto ser pensante. Além de estar informado, é exigida do homem moderno a capacidade deste de se posicionar perante as situações comunicativas. Para tanto ele pode lançar mão de um fenômeno linguístico denominado *modalidade* e construir diversos efeitos de sentido em uma prática sociodiscursiva a que nomeamos *webcomentário* para se manifestar argumentativamente.

Compreendemos por *modalidade*, em âmbito geral, o posicionamento ou julgamento que o sujeito falante assume perante o conteúdo dos enunciados que produz. As modalidades são divididas, em geral, em três categorias, levando-se em consideração a intenção do falante e sua relação com o conteúdo dos seus enunciados, a saber: a) *aléticas*: dizem respeito ao eixo da existência, da verdade das coisas; b) *deônticas*: referem-se ao eixo da conduta e da ordem, isto é, à linguagem das normas, e estão relacionadas aos valores de permissão, obrigação e proibição; e c) *epistêmicas*: pertencem ao eixo da crença, do saber, reportando-se ao conhecimento que se tem de um estado de coisas, de situações possíveis e conteúdos proposicionais com que nos (des) comprometemos. Essas três modalidades são consideradas pela maioria dos estudiosos da área como as categorias básicas, já que quase todas as outras concepções de modalidade são derivadas delas. Adiantamos, também, que a modalidade *alética* não será abordada nesse estudo por não ser do interesse da Linguística, mas da Lógica.

A categoria modalidade é um universo de ricas possibilidades de pesquisa, haja vista que é uma categoria da língua pertencente a muitas disciplinas (Linguística,

Semiótica e Lógica), dentre as quais, por sua vez, estão envolvidas em muitas ramificações teóricas (no caso da Linguística, a categoria modalidade pode ser abordada por um viés cognitivo, formal ou funcional). É uma seara de notável diversidade, que varia quanto ao campo de estudo, às orientações teóricas e ao privilégio dado a um ou outro tipo de modalidade.

Se há tamanha diversidade de conceituações é porque esse campo ainda carece de estudos que objetivem a elucidação do conceito, já que suscita a heterogeneidade de teorias e enfoques metodológicos. Não que esse trabalho pretenda ser o “fio de Ariadne”, mas quanto mais se discutir nessa área, mais enriquecida teoricamente vai ficar a conceituação de modalidade. Não pretendemos criar mais uma abordagem teórica, mas almejamos ampliar as possibilidades interpretativas e operacionais da abordagem linguística, especificamente pelo paradigma funcionalista. Intentaremos isso por meio da descrição e da análise de determinada prática discursiva que consideramos um espaço privilegiado de comunicação: a seção *espaço do leitor* do webjournal *O Povo*, cuja seção mencionada permite ao leitor dar retorno ao autor do texto lido e provocar o comentário. Este estudo pretende servir à comunidade acadêmica em relação à investigação da modalidade nas suas dimensões sintática, semântica e pragmático-discursivo.

Enfatizamos que um estudo objetivando perceber a relação entre modalidades pode contribuir para a complexa problemática da polissemia dos verbos modais, já que uma análise de interpretação dos efeitos de sentido de um enunciado só pode ser elaborada por meio do contexto da situação comunicativa. Se fôssemos abordar uma ou outra categoria, nosso objetivo seria prejudicado, pois ficaríamos limitados nesse propósito. Pesquisas que escolhem uma ou outra tipologia de modalidade, geralmente, apresentam problematização teórica e objetivos específicos de identificação e análise das marcas de manifestação dessa modalidade, por isso, uma categoria apenas, nesses casos, é suficiente aos objetivos da pesquisa.

Justificamos trabalhar com as duas modalidades ainda para tentarmos contribuir com o tratamento das questões levantadas por Neves (2006) sobre a co-ocorrência das modalidades. Afirma ela que, mesmo que ambas estejam alojadas numa mesma camada de construção enunciativa, a expressão da modalidade epistêmica pode

afetar a expressão deôntica, na medida em que o inverso é impossível. Ela traz o exemplo *É possível que eu tenha de fazer uma viagem*, como ilustração desse caso. Vemos, nesse exemplo, que só é possível perceber a afetação da expressão modal deôntica pela epistêmica por meio do contexto comunicativo. Só podemos estudar casos como esses pela interrelação entre as duas modalidades, consideradas básicas na Linguística¹: *deôntica* e *epistêmica*.

Revisando o estado da arte sobre esse tema, podemos afirmar que os trabalhos que tratam da categoria modalidade usam discursos orais ou escritos. Não encontramos registros de trabalhos acadêmicos que adotem textos de natureza de *continuum* entre oral e escrito, como é o caso do nosso *corpus* (comentários feitos por leitores no webjornal *O Povo*). Ou seja, existem muitas pesquisas na área de modalização oral e escrita, mas não sobre modalização em meio virtual. Parece-nos, pois, um estudo inédito. Sendo os textos de natureza nesse *continuum*, áreas ainda pouco investigadas, no que se refere à descrição e análise linguística de gêneros digitais.

A ideia de *continuum* (MARCUSCHI, 2003) diz respeito a um espaço de possibilidades polarizado, cujos pontos de extremidade são os textos escritos e os orais. Esse espaço conceitual seria fluido, permitindo que os textos flutuassem, por assim dizer, entre os pólos de extremidade. Na medida em que flutuam, esses textos carregam características peculiares a um ou a outro extremo. Acreditamos que o espaço *continuum*, especialmente o dos gêneros digitais, promove particularidades nos textos no que diz respeito à modalização do discurso, pois o enunciador tem a dupla possibilidade de escolher estratégias de ambos os modos (oral e escrito), aumentando, pois, suas potencialidades pragmático-discursivas.

Defendemos a ideia de se trabalhar com um texto de natureza de *continuum*, portanto, devido a essa natureza especial de construção enunciativa, já que queremos perceber uma prática discursiva, *comentar*, inserida em um espaço altamente dinâmico e rico em possibilidades enunciativas. Propomos, então, um olhar diferenciado (interrelacionar as modalidades *dêontica* e *epistêmica*), de modo distinto (a relação entre

¹ As modalidades tidas como básicas, na literatura, são *alética*, *deôntica* e *epistêmica*, contudo, como a modalidade *alética* é do interesse da Lógica apenas, consideraremos modalidades básicas da *Linguística* as outras duas.

as marcas modais e sua interface com a construção de efeitos de sentido), em um lugar ainda não explorado com esse fim (o meio digital) e, principalmente, em um gênero discursivo peculiar.

O interesse pela incursão nos estudos de gêneros discursivos, especialmente o webcomentário, leva em consideração que a análise dos enunciados realizados ocorre efetivamente nos gêneros discursivos, considerados práticas sociodiscursivas, que estão diretamente relacionadas às diversas instâncias da atividade humana, que têm em comum a utilização da língua (BAKHTIN, 2003 [1951-1953]), ou seja, não podemos nos comunicar sem que seja por meio de um gênero discursivo. Optamos pelo gênero discursivo webcomentário devido à enorme capacidade interativa dessa prática. O *corpus*² será constituído de comentários a partir das matérias do jornal eletrônico. Os leitores interagem com os textos, podendo comentar sobre qualquer texto lido, cujos assuntos são variados.

O gênero discursivo que adotamos como nosso *corpus* é um tanto curioso em relação à sua arquitetura, pois trata de quaisquer temáticas, já que serve exatamente para o leitor enunciar seu ponto de vista sobre os mais diversos tipos de matérias (notícias - que, por sua vez, podem ser policiais, econômicas, políticas, esportivas, culturais -, artigos de opinião, editorial etc). Os comentaristas tecem considerações de toda ordem, seja para elogiar, criticar, sugerir, denunciar, ironizar, entre tantas outras motivações. A heterogeneidade de assuntos nos leva a crer que há simetria entre as ocorrências de manifestação de modalidade *deôntica* e *epistêmica*, uma vez que são várias as intenções do enunciadador.

Tratando da modalidade no *continuum* virtual, este trabalho pretende articular a descrição das marcas modais no gênero webcomentário e a produção de efeitos de sentido, analisando, portanto, a busca de estratégias persuasivas encontradas pelo leitor, para expressar sua opinião e tentar convencer e persuadir. Acreditamos que o leitor, ao opinar no espaço destinado aos comentários sobre as matérias, faz uso das modalidades mesmo sem conhecê-las propriamente como tal. Considerando a modalidade como núcleo da manifestação do enunciadador, as escolhas que um leitor faz

² O *corpus* dessa pesquisa se concentra em webcomentários produzidos por leitores no webjornal *O Povo*.

são de suma importância para realizar o que se almeja nesse gênero: opinar, convencer e persuadir.

A dissertação está estruturada em sete capítulos, a saber: (i) introdução, (ii) o paradigma funcionalista, (iii) a categoria modalidade, (iv) o gênero discursivo webcomentário, (v) metodologia, (vi) análise e discussão das ocorrências e (vii) conclusão, além das referências.

Neste capítulo (i), apresentamos o tema modalidade, discorrendo sobre a natureza bastante diversificada e profícua de investigação sobre esse tema. Argumentamos, ainda, em favor da justificativa da pesquisa, sobretudo em razão da existência de poucas pesquisas sobre a modalização em gêneros digitais, e da escolha do corpus constituído por exemplares do que nomeamos webcomentários.

Em (ii) tratamos dos pressupostos funcionalistas que norteiam a pesquisa, ressaltando a importância desse suporte teórico para a compreensão da língua em uso, isto é, em textos autênticos. Já em (iii), apresentamos uma distinção entre modalidades lógica e linguística no tratamento da modalidade, assim como apresentamos algumas propostas para o entendimento dessa categoria no âmbito da Linguística, bem como algumas tipologias para a categorização dos subdomínios da modalidade.

No capítulo (iv), discutimos a caracterização do corpus a partir de uma discussão sobre o conceito de gênero, suporte, *mídium* e propósito comunicativo. Nesse capítulo, assumimos que identificamos as amostras coletadas para a análise como um gênero, o webcomentário. Em relação ao capítulo (v), apresentamos a seleção, constituição e delimitação do *corpus*. Por meio desse capítulo, identificamos, exatamente, a prática discursiva a que nos reportamos ao longo do texto, o que pode contribuir para um melhor entendimento do nosso objeto de identificação. É também nesse capítulo que apresentamos como constituímos o *corpus* de ocorrências e quais as categorias de análise. O capítulo (vi) trata da discussão e da análise dos resultados e, por fim, em (vii) tecemos nossas considerações finais.

O paradigma funcionalista

"A gramática, minha filha, é uma criada da língua e não uma dona. O dono da língua somos nós, o povo; e a gramática - o que tem a fazer é, humildemente, ir registrando o nosso modo de falar. Quem manda é o uso geral e não a gramática. Se todos nós começarmos a usar o tu e o você misturados, a gramática só tem uma coisa a fazer..." [Dona Benta ensinando Gramática à neta Narizinho].

(LOBATO, 2008, p. 31)

A linguagem representa uma atividade primordial na vida humana, perpassando todas as nossas práticas comunicativas, servindo de meio para nossas interações, viabilizando a representação de pensamentos e emoções. O interesse pelo estudo da linguagem verbal, sistematizada, articulada, vem de muito tempo, remonta aos gregos antigos e suas constantes reflexões filosóficas. O poder de se comunicar verbalmente é inerente e exclusivo do ser humano, isso fez com que, em muitas épocas, o homem tivesse interesse em conhecer investigativamente essa pujança comunicativa.

Muitas reflexões permearam a História e os estudos linguísticos. Durante muitos anos, curiosos sábios investigaram os fenômenos da linguagem. Os estudos linguístico-históricos tinham força investigativa e dominavam o cenário de estudos da linguagem outrora. Conhecer as árvores de genealogia das línguas, buscar elementos em comum entre línguas distintas e escavar no terreno linguístico para encontrar suas raízes eram alguns dos objetivos dos estudiosos da língua deste tempo. A linguística do século XIX, cujos interesses foram citados há pouco, é aquela cujos estudos são orientados pela vertente preponderantemente histórico-comparativa. Essa forma de investigação nos legou significativos estudos e importantes pesquisas teóricas, desenvolvidos principalmente pelos neogramáticos e linguistas como Humboldt, Noreen e Svedelius.

É a Linguística Histórica que estuda o desenvolvimento histórico de uma língua, explica como ela surgiu, se houve influência de outras línguas (e quais) e

como influenciaram sua estrutura e seu uso, investiga ainda as mudanças que ela sofreu ao longo do tempo e o porquê dessas mudanças. Ainda hoje esses estudos existem, talvez não mais como a vertente principal dos estudos linguísticos, mas como uma das múltiplas possibilidades que a Ciência da língua apresenta. Não estamos falando de ciência linguística extinta, na verdade, estamos trazendo traços históricos para corroborar o fato de que esses estudos linguísticos já traziam vestígios científicos.

Esses estudos históricos desempenham um papel crucial nas pesquisas da evolução diacrônica das línguas e a sua interrelação ou parentesco genético. Paralelamente àquelas metas, esses estudos se ocupam também com a reconstrução de línguas antigas. Os frutos destas investigações podem ser comparados aos de outras disciplinas como a História, a Arqueologia ou, até mesmo, a Genética. Nos estudos interdisciplinares sob esta orientação, há a pretensão de reconstruir a cronologia no que diz respeito aos laços entre povos, caminhos de expansão e influências recíprocas em relação à cultura, por isso é possível a analogia acima.

No século XX, a linguagem verbal humana começou a ser estudada sob outro viés. O marco desse início foi a publicação do *Curso de Linguística Geral* (1916), atribuído ao mestre genebrino Ferdinand de Saussure³, fato que deu a ele, inclusive, o afetuoso epíteto de *pai da Linguística moderna*. Além de ter trabalhado com o caráter sincrônico em sua abordagem, ou seja, fazendo um recorte temporal específico, Saussure atentou para pormenores da língua em si mesma, imanentemente. Esse tipo de enfoque é diferente dos estudos que vinham sendo realizados, de caráter diacrônico, cuja percepção da língua se dá historicamente, acompanhando uma sucessão de sincronias.

Antes de Saussure, a Linguística era diacrônica, isto é, estudava a mudança das línguas no decurso do tempo, como vimos. A partir de Saussure, três noções básicas passaram a caracterizar a evolução da Linguística no século XX, são elas: *sistema, estrutura e função*. A doutrina saussuriana inova quando trata a língua como um sistema (mais tarde chamado de *estrutura*), já que prevê um foco do todo no que diz respeito aos

³ O CLG (Curso de Linguística Geral) é uma coletânea de escritos feitos pelos discípulos acadêmicos de Saussure: Charles Bally e Albert Sechehaye.

itens que o constroem. O todo é um conjunto de elementos, os quais reunidos o arquitetam. A isso, Saussure chamou de *sistema*.

Sendo marcados terminologicamente pelas palavras *sistema* ou *estrutura*, os estudos linguísticos passaram a ser regidos por outra égide: a imanência, isto é, a análise linguística ficou restrita a uma rede de dependências intrínsecas a sua estrutura interna. Uma das escolas que adotou alguns pressupostos desta visão é o Círculo Linguístico de Praga, especialmente por tratar a língua como uma rede de itens. Para Fontaine (1978), além das influências provenientes de Saussure, pois os praguenses se inspiravam também na lógica interna da língua, eles se ancoravam em estudos do filósofo Husserl, da teoria da Gestalt, cujo intermédio se deu pelo frequente contato com o psicólogo alemão Karl Bühler. A proximidade com Bühler aponta um caráter distinto da Escola de Praga, se comparada às outras escolas estruturalistas da Europa. Para Fontaine (1978), ele [Bühler] foi o “avalista filosófico do aspecto funcionalista do estruturalismo praguense”, haja vista o fato de ele ver a função como componente forte da linguagem.

A noção de *função* não pode ser atribuída a Saussure, porque este excluiu dos estudos linguísticos os aspectos relacionados à função externa. Isso pode ser percebido com a clássica cisão entre *langue* e *parole*, cujo par de conceitos se resume à *langue*, para Saussure, o qual deixou de fora os interesses por potenciais influências do uso sobre a estrutura linguística. Do tripé *sistema*, *estrutura* e *função*, de que estamos tratando, o termo *função* é o mais complexo, já que é polissêmico.

Os vários sentidos desse termo, de algum modo, são condizentes, de um lado, com a dependência de um componente estrutural com itens de outro domínio e, de outro lado, com o papel desempenhado por um item estrutural no ato de comunicação, isto é, a função comunicativa do item. Os praguenses usaram a noção de função nessas duas acepções, mas principalmente com foco na noção teleológica de função, ou seja, no sentido de que a língua é usada com uma dada finalidade.

Podemos perceber até aqui que, igualmente como ocorre com as ciências em geral, a Linguística engloba distintas correntes teóricas, que se diferenciam no modo de conceber o fenômeno da linguagem. As correntes linguísticas contemporâneas podem ser percebidas em duas grandes divisões de compreensão do objeto linguístico: a

abordagem *formalista*, que foca o estudo da linguagem sob o olhar da *forma*, da relação interna dos itens linguísticos, deixando a análise da *função* em instância secundária; e a abordagem *funcionalista*, a qual prioriza a *função* que a *forma* linguística opera na situação comunicativa de linguagem, sendo vista a língua como um espaço de opções.

Desse modo, podemos dizer que a distinção entre os paradigmas formalista e funcionalista projeta a oposição entre o estudo da forma linguística e o estudo das funções que a forma exerce na situação comunicativa. São duas óticas de observação da linguagem. “Essas duas orientações estão associadas a diferentes concepções sobre a natureza da linguagem, os objetivos da análise linguística, a metodologia aplicada nessa análise e o tipo de dados utilizados como evidência empírica” (CUNHA; SOUZA, 2007, p. 14).

No que diz respeito à natureza linguística, algumas diferenças podem ser percebidas. Leech (1983) aponta, por exemplo, que os estudiosos que abordam a língua de modo formalista têm uma tendência a concebê-la como sendo um fenômeno mental, independente, cuja estrutura pode ser vista sem necessariamente se considerar situações reais de uso. Já os funcionalistas, por sua vez, tendem a perceber a língua como um fenômeno eminentemente social, um instrumento de comunicação, cuja estrutura se molda a pressões vindas das várias ocorrências comunicativas.

Outra diferença percebida entre os estudos formalistas e funcionalistas é em relação ao tratamento dos universais linguísticos (essa expressão remete a propriedades comuns a todas as línguas, como, por exemplo, o fato de todas as línguas terem itens que são foneticamente vogais). Os formalistas veem os universais linguísticos como um legado genético-linguístico, por assim dizer, comum a toda a espécie humana. Os estudiosos da função, por seu turno, veem os universais linguísticos como sendo derivados da universalidade de usos que a língua tem na coletividade social do homem.

Uma diferença importante entre os paradigmas formalista e funcionalista a destacar também concerne à aquisição da linguagem pelos humanos, na infância. Os formalistas (especificamente os gerativistas) apregoam o inatismo, ou seja, que o homem teria a capacidade inata para adquirir a linguagem. Já os funcionalistas dizem

que a aquisição da linguagem se dá em termos do desenvolvimento da necessidade e das perícias comunicativas que as crianças aprendem na sociedade.

As distinções entre formalistas e funcionalistas se concentram também nos objetivos da análise linguística, quanto aos métodos usados nessa análise e à tipologia dos dados usados, áreas nas quais os funcionalistas se empenham em explicitar o que é regular a partir da observação da língua em uso, analisando as condições discursivas em que os fatos são aferidos. Eles vão além dos espaços gramaticais e buscam investigar o contexto e o propósito comunicativo, haja vista o fato de o contexto motivar distintas construções enunciativas.

Os investigadores funcionalistas utilizam basicamente dados concretos, tirados de contextos reais de comunicação, situação diferente dos formalistas, que tratam, em geral, de enunciados artificiais, prontos e acabados em si mesmos, dissociados do contexto de uso, pois o interesse deles é a percepção analítica das relações internas da língua. De modo geral, podemos inferir que o parâmetro mais patente de compreensão distintiva entre os paradigmas formal e funcional é o fato de este estudar a língua em sua relação com a função social, e aquele de estudá-la em suas relações imanentes entre os elementos do sistema linguístico.

Consideramos importante destacar que são dois os pressupostos essenciais do funcionalismo: “a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico e essas funções externas contribuem para moldar a organização interna do sistema linguístico” (CUNHA; SOUZA, 2007, p. 15). Não é que os formalistas desprezem as funções sociais e cognitivas, mas eles as colocam em plano secundário. Eles defendem que essas funções não influenciam o sistema imanente da língua, ou seja, a estrutura, para eles, não cede às pressões do uso.

Após essa breve explanação dos polos formalista e funcionalista, em que tentamos ponderar sobre as características de cada paradigma para distinguirmos um do outro, a partir de agora, vamos tecer algumas considerações acerca do funcionalismo, para a melhor compreensão do paradigma linguístico que sustenta teoricamente esta pesquisa. Começemos por chamar a atenção à tão usada expressão *linguística funcional*, que costuma ser empregada sem a devida contextualização:

“É importante ressaltar que o rótulo ‘linguística funcional’ abriga diferentes modelos teóricos que compartilham entre si a concepção de língua como um instrumento de comunicação e deve ser analisada com base em situações reais de uso” (CUNHA; SOUZA, 2007, p. 16).

No dizer de Neves (2004, p. 01), caracterizar o funcionalismo é uma tarefa difícil, pois os nomes que dão aos estudos considerados funcionalistas mais representativos em geral estão ligados de modo direto muito mais aos pesquisadores que se dedicam ao trabalho em si do que mesmo às características conceituais da vertente teórica em que estão abrigados.

Funcionalismo pode ser desde uma teoria linguística bem articulada e com características sistematizadas em um modelo teórico de gramática a uma designação de atitude daqueles que simplesmente vão de encontro às posições teóricas dos formalistas. Portanto, como percebemos, são vários os tipos de interpretação da designação *funcionalista*. Dentro do funcionalismo como teoria linguística, há uma gama de correntes internas, ou melhor, modelos, cada qual com suas peculiaridades e modos específicos de perscrutar a linguagem verbal.

Mesmo o funcionalismo apresentando especificidades em relação a cada modelo, a cada subárea interna, iremos tratar dos pressupostos básicos comuns a qualquer modelo dito *funcionalista*. Concordamos com Neves (2004), quando afirma que

“apesar das reconhecidas diferenças, admite-se a existência de um denominador comum que pode ser rastreado nas diferentes proposições existentes, de tal modo que é possível a caracterização básica do que seja uma teoria funcionalista da linguagem” (NEVES, 2004, p. 01-02).

Todas as abordagens funcionalistas da linguagem disseminam, por exemplo, que o que interessa aos estudos linguísticos é a percepção de como os falantes da língua se comunicam de modo eficaz, isto é, os funcionalistas dão ênfase, então, à competência comunicativa, ideia que será comentada *a posteriori*.

Além disso, fazemos questão de lembrar um postulado de Givón (2001), quando afirma que a língua (e a gramática) não pode ser descrita como um item autônomo, já que a gramática não pode ser entendida sem referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultural, mudança e

variação, aquisição e evolução. As palavras de Givón (2001) nos fazem pensar que estudos mais recentes da Linguística, por exemplo, a Sociolinguística, tem no Funcionalismo sua origem *avant la lettre*⁴.

O funcionalismo é caracterizado, independentemente das subáreas que estão abrigadas dentro desta ampla seara de investigação, pela concepção da língua como instrumento para a comunicação, que, por conta disso, não deve ser tratada como um objeto de vida própria, independente, mas como um sistema flexível, suscetível a mudanças advindas de inúmeras circunstâncias comunicativas, que auxiliam a condicionar a sua arquitetura de gramática (organização linguística).

Continuando na esteira das características comuns aos funcionalismos, por assim dizer, citamos *a língua como instrumento de interação verbal*. A língua é tratada como manipulável pelo usuário a fim de estabelecer relações comunicativas entre os membros de uma sociedade. Segundo Neves (2004), “é importante observar que a relação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário é *mediada*, mas não *estabelecida*, pela expressão linguística” (NEVES, 2004, p. 20 – grifos da autora). A interlocução verbal para Dik (1989, p. 3) é a interação social legitimada mediante a linguagem. Essa interlocução construiria um esquema de desempenho cooperativo estruturado: estruturado, porque é comandado por normas, e cooperativo, porque precisa de, pelo menos, dois interlocutores para atingir seus intentos comunicativos (DIK, 1997).

Segundo esta concepção de língua, a sintaxe é um esquema organizado que sofre mutações com frequência em decorrência da dinamicidade do discurso. A sintaxe, então, tem a forma que tem por conta das estratégias de construção informativa empregadas pelos usuários no ato de interação pragmática. Sendo assim, para que os esquemas sintáticos sejam assimilados, seria necessário se estudar a língua em uso, dentro da situação comunicativa, de seus contextos específicos, já que é nestes espaços que a gramática é construída.

⁴ O termo francês *avant la lettre* quer dizer antes do estado definitivo; antes do seu completo desenvolvimento ou ainda antes de o termo existir, propriamente dito.

Um modo promissor de se entender a essência do funcionalismo é atentar para a refutação proposta por Givón (2001), no que diz respeito ao que ele chama de os três dogmas nucleares do estruturalismo: a *arbitrariedade* do signo linguístico, a idealização relacionada à distinção entre *langue* e *parole*, e a irreduzível cisão entre *diacronia* e *sincronia*.

Na doutrina estruturalista, a *arbitrariedade* secciona, no signo linguístico, o *significante* do *significado*⁵. Givón (2001) nomeia isso de “triste caricatura da visão positivista e behaviorista do significado como referência externa”. Tal postura pode se dar porque os estruturalistas tendem a não trabalhar com entidades mentais vagas e pouco acessíveis à análise empírica, chegando mesmo a negar a existência de pensamento, ou qualquer estrutura mental organizada, preexistente à linguagem (MARTELLOTA, 2003).

Se um vocábulo for analisado isoladamente, ou seja, ao modo estruturalista de se observar a língua, sem se levar em conta os contextos discursivos, o que se percebe, à primeira vista, é a falta de vínculo natural entre o som e o sentido do que está sendo dito, por exemplo. Contudo, quando se muda a ótica de observação para o funcionalismo, percebe-se a existência de elementos que se repetem, que refletem um mecanismo mais funcional de criar-se nomes inéditos para novos referentes.

Para criar novos nomes rotulares, o usuário não inventa sequências novas de sons, de forma arbitrária, mas ele tende a usar material já disposto na língua, seja ampliando a carga semântica de vocábulos, no que Ullmann (1977) nomeia *motivação semântica* (“pé da mesa”, “coração da cidade”), ou criando novas palavras, pelo processo de derivação (“apagador”, “leiteiro”) ou composição (“aguardente”, “páraqedas”), usando um processo que Ullmann (1977) nomeia de *motivação morfológica*. Além desses dois mecanismos, ele aponta mais um: a *motivação fonética*, que é o caso das onomatopeias (“trim”, “bum”, “cocoricó”), as quais imitam graficamente os sons daquilo que se quer designar⁶.

⁵ Significados são os "conceitos" e significantes são as "imagens acústicas", as quais, juntas, formam um *signo*.

⁶ Os exemplos são de Martelotta (2003).

Essas motivações têm em comum o fato de que uma palavra assume uma forma tal porque tem uma razão para isso. Tais processos são mais comuns devido ao fato de funcionarem bem do ponto de vista comunicativo e cognitivo, em comparação à concepção estruturalista de arbitrariedade. As decisões, se tomadas de forma arbitrária, seriam mais custosas cognitivamente para os usuários da língua.

Em relação à sintaxe, os funcionalistas corroboram a ideia de não arbitrariedade com o fato de se narrar uma sequência de ações como “cheguei em casa, tomei um banho e fui dormir”. Estas ações são organizadas de acordo com a motivação da ordem em que acontecem na realidade e não ao acaso. As tendências comentadas há pouco refletem algum tipo de motivação. A isso, os funcionalistas chamam de *iconicidade*, pressuposto que vai de encontro, pois, à arbitrariedade estruturalista.

Já em relação à refutação do princípio da dissociação entre *langue* e *parole*⁷, os funcionalistas questionam se, de fato, a *parole* deve ser relegada ao segundo plano, enquanto Saussure prioriza a *langue*, que seria geral, essencial e regular. Esta visão se assemelha à postura gerativista, quando apregoa a distinção *performance* e *competência*. A língua seria superior à fala, que é considerada diminuta e não mais que mera manifestação das várias possibilidades de um sistema autônomo. O funcionalismo adota a postura de atribuir novo relevo à produção individual, passando a compreender a fala como nível gerador do sistema linguístico. Este é visto como uma peça moldável e em frequente metamorfose. Não há como separar a *langue* da *parole*.

O último princípio da tríade refutada pelos funcionalistas, no dizer de Givón (2001), é a também célebre dicotomia *sincronia* x *diacronia*⁸. O estruturalismo concebe essa distinção como eixo separado. O funcionalismo também revê esse princípio, apontando que “de uma perspectiva histórica, esses processos podem dar a impressão de uma sequência de mudanças ocorridas no tempo; de uma perspectiva sincrônica, o que se observa é um conjunto de polissemias coexistindo” (MARTELLOTA, 2003, p. 27).

⁷ Para Saussure, a oposição desses dois conceitos se deve ao fato de a *langue* (língua) ser uma construção coletiva, enquanto a *parole* (fala) é uma propriedade individual. A primeira é definida como sistemática, enquanto a segunda como assistemática.

⁸ Para uma melhor compreensão dessa dicotomia, vamos remontar a origem dessas palavras: ambos os termos são gregos, sendo *sincronia* construído de *syn* "juntamente" e *chrónos* "tempo", significando "ao mesmo tempo", enquanto *diacronia* parte-se de *dia* "através" e *chrónos* "tempo", significando "através do tempo". A linguística diacrônica estudaria, pois, a língua e suas variações histórico-temporais, enquanto a linguística sincrônica estuda a língua em certo momento, sem importar sua evolução temporal.

A tendência que se percebe do funcionalismo é focar os processos que influenciam as mutações como sendo embasados em fatores comunicativos e cognitivos. Assim, pode-se dizer que o funcionalismo tende a adotar uma concepção *pancrônica* de mudança, ou seja, a observar não apenas as interações sincrônicas entre os elementos, mas as motivações cognitivas e comunicativas que agem no usuário no ato concreto de comunicação e que se fazem notar de modo geral, pois projetam os alcances e os limites da mente humana para guardar, explorar e repassar informações.

Um importante pressuposto funcionalista para a compreensão deste paradigma é a relação entre *systematicidade* e a *funcionalidade*. Nas palavras de Mackenzie (1992), a percepção funcionalista de língua apregoa a hipótese básica de que não há uma relação arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua e a *systematicidade* da estrutura linguística. Isso quer dizer que os estudos funcionalistas objetivam, entre outras coisas, “a explicação das regularidades dentro das línguas e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua” (NEVES, 2004, p. 22).

Outro pressuposto interessante é a *integração dos componentes sintático, semântico e pragmático*, a qual orienta a constituição dos enunciados, pois esses níveis coexistem complementarmente, de modo que o eixo pragmático comanda o semântico, que, por seu turno, comanda o sintático. Só podemos atingir um dado objetivo, se formularmos um sentido, que só é percebido por outrem se estruturado sintaticamente. Há um esquema de arquitetura textual dentro dessa abordagem. No tópico seguinte, vamos voltar a falar sobre esse pressuposto.

Concluimos nossos comentários sobre os pressupostos teórico-funcionalistas tratando da *competência comunicativa*. É uma noção de Dell Hymes (1987), explicada por Neves (2004), como “a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória” (NEVES, 2004, p.15).

A *competência comunicativa* diz respeito ao acionamento, nas situações de interação, de certas capacidades que temos. Segundo Dik (1997), são elas: *capacidade linguística*, que diz respeito à produção e interpretação de expressões linguísticas nas

mais variadas situações pragmáticas; *capacidade lógica*, relacionada ao fato de os falantes usarem regras de raciocínio dedutivo para a obtenção dos próximos e novos conhecimentos; *capacidade social*, a qual instaura a práxis da linguagem de acordo com a situação e os propósitos comunicativos; *capacidade epistêmica*, concernente à construção, manutenção e exploração de saberes de toda ordem, de conhecimentos novos com base em saberes organizados; e a *capacidade perceptual*, a qual engloba a percepção do ambiente.

Justificamos o recorte teórico de se trabalhar com a abordagem funcionalista da categoria modalidade por considerarmos que essa abordagem sustenta nossos objetivos, já que ela preconiza a ideia de se focar a língua em uso; e isso contempla o gênero discursivo escolhido, já que consiste em manifestações concretas de interação linguística. Além disso, compartilhamos com o Funcionalismo Linguístico a adoção do enfoque de integração de componentes sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos, haja vista que a percepção dos variados efeitos de sentido gerados nos enunciados se dá pela compreensão de que a pragmática orienta a semântica, que, por seu turno, orienta a sintaxe. Essas dimensões de análise coexistem para produzir dados efeitos de sentido.

Outra razão para explicarmos nossa escolha teórica é o conceito de *competência comunicativa* (HYMES, 1987), comentado há pouco. É um conceito crucial à nossa pesquisa, pois engloba as várias capacidades que o enunciador pode acionar a fim de compreender e produzir determinado discurso. Para o enunciador tecer um *comentário* de que se constituiu nosso *corpus*, ele precisa ser competente comunicativamente, receber o texto de uma notícia explorando suas trilhas de sentido; somente após isso, ele poderá se manifestar criticamente e produzir um comentário.

Não aplicaremos propriamente uma ou outra vertente funcionalista, pois não faz parte dos nossos objetivos a aplicação delas. São os pressupostos gerais do funcionalismo que contemplam nossas necessidades e o escopo de pesquisa e de trabalho. Por tal razão é que esta pesquisa está sob a égide dos pressupostos teórico-metodológicos do paradigma funcionalista em si, ou seja, aquilo que é comum a qualquer vertente de cunho funcionalista. A compreensão desse paradigma será crucial para as reflexões que tecemos no capítulo seguinte, pois a modalidade já terá sido ambientada em um recorte específico que operacionalizará a teoria e a categoria.

A categoria modalidade

“Em outras palavras, a modalidade concerne ao como se diz o que se diz, tendo em vista o contexto da interação social”

(NOGUEIRA, 2007, p. 471)

As pesquisas sobre modalidade são complexas, pois os estudos relacionados a essa categoria são de perceptível heterogeneidade, tanto no que diz respeito à noção conceitual em si, como pelas diversas orientações teóricas que guiam os estudos. Há, ainda, a questão da amplitude do escopo que o conceito implica: é uma área que se ramifica para muitas outras, é pluridisciplinar.

Neves (2006) chama a atenção para a complexidade do assunto, quando afirma que “o primeiro problema que se apresenta ao investigador da modalização dos enunciados de uma língua natural está na própria conceituação da categoria ‘modalidade’, que não é, absolutamente, pacífica” (NEVES, 2006, p. 151). A dificuldade para se delimitar definições de modalidade se dá porque esse conceito não engloba somente os enunciados que carregam a modalidade, mas ultrapassa isso, implicando também nas fronteiras circunscritas na própria conceituação. A atividade de definição é complicada, como podemos perceber.

Pulillo (1989, p. 02), por exemplo, compara as modalidades a “um pântano viscoso e misterioso que ameaça engolir os que por ela se interessam”. Este capítulo visa à exposição do que já foi produzido no campo conceitual para situar o leitor nesta diversificada seara de complexa definição e embasar teoricamente as discussões do último capítulo.

3.1 A modalidade

Uma definição exata e plenamente operacional do conceito de “modalidade” ainda não foi obtida, segundo Geerts e Melis (1976, p. 108), já que, ainda segundo eles, dentro do próprio campo da Linguística não há uma noção consensual entre os linguistas. Ora, se a Modalidade não é um assunto exclusivo da Linguística, já que outras Ciências também se interessam por estudá-la, também não é assunto exclusivo de uma ou outra corrente linguística. Isso significa dizer que, além de ser pluridisciplinar, a Modalidade engloba possibilidades dentro de cada uma das Ciências que por ela se interessam.

Fazendo-se um primeiro recorte entre Linguística, Semiótica e Lógica, ficamos com a Linguística⁹, que, por seu turno, abriga dois grandes paradigmas: Formalismo e Funcionalismo. Escolhemos o Funcionalismo. Nossa escolha não para aqui, pois, como vimos no capítulo anterior, existem “funcionalismos”, isso poderia nos levar a escolher, se fosse do nosso interesse, adotar um deles: gramáticas Discursivo-funcional, Tipológico-funcional, Cognitivo-funcional e ainda Sistêmico-funcional. Poderíamos não só escolher uma delas, mas, ainda, mesclar essas teorias, assim como aliar pressupostos funcionalistas e formalistas acerca da modalidade. Essas escolhas metodológicas seriam guiadas pelo intento do pesquisador.

Para Geerts e Melis (1976, p. 108), mesmo havendo tantas possibilidades, há algo em comum em qualquer estudo que envolva Modalidade: não há como tratar as modalidades linguísticas sem abordar pelo menos as premissas de “necessário” e “possível”. As pesquisas que englobam a modalização linguística remetem de algum modo aos pensamentos filosóficos pioneiramente desenvolvidos por Aristóteles. Partindo do famoso quadrado lógico, que reproduzimos na sequência, foi possível a compreensão organizada das primeiras modalidades, por assim dizer. Elas são chamadas de modalidades *aléticas* ou *aristotélicas* e dizem respeito às noções de verdade e/ou falsidade das proposições.

⁹ Poderia ter sido qualquer uma das outras ciências, a escolha se dá aqui pelo fato de o Mestrado ser em Linguística e isso contemplar a área de concentração do programa de pós-graduação a qual está dissertação é submetida.

Quadrado Lógico

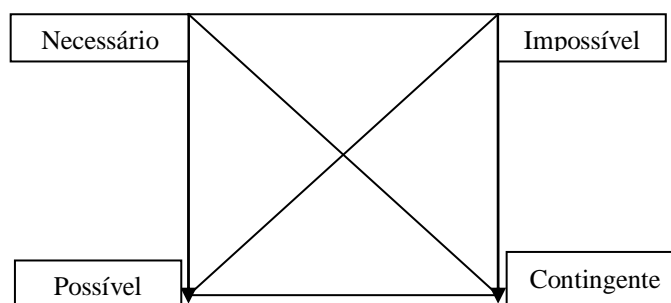


Figura 01
(Adaptação de Mesquita, 1999, p.32)

Segundo Aristóteles, as proposições de uma ciência podem ser *necessariamente* ou *possivelmente* verdadeiras. As noções de *necessário* e *possível* mudam, então, a carga semântica da simples verdade, a qual deixa de ser absoluta para ser *necessária* ou *possível* (Koch, 1996, p. 75). Voltaremos a tratar disso mais a frente. Partindo dessas premissas de Aristóteles, as noções conceituais de *necessidade* e *possibilidade* foram muito discutidas em pesquisas sobre modalidade. O quadrado lógico explicita também as noções inversas à *possibilidade* e à *necessidade* (impossível e contingente, respectivamente), cuja definição é demonstrável com o auxílio da negação. Costuma-se atribuir a Aristóteles o pioneirismo de perscrutações da modalidade no âmbito geral, já no que diz respeito à seara linguística, atribui-se a Charles Bally o destaque de pioneiro no estudo da modalização.

Além da definição da modalidade *alética* tratada inicialmente, os lógicos identificaram outros dois eixos basilares: o eixo do conhecimento e o da conduta. Com essa classificação, tida como básica em praticamente todas as investigações da área, o avanço nesses estudos foi bastante significativo, principalmente pela refutação do princípio da lógica modal. Mesquita (1999), por exemplo, afirma que,

“embora não seja negado o mérito dos lógicos, o que contribui para esse desenvolvimento foram, em grande parte, justamente as críticas à lógica modal, que, às vezes, não é compatível com as línguas naturais” (MESQUITA, 1999, p. 33).

Dentre esses refutadores, Blanché (1969), por exemplo, foi um dos que criticou a lógica modal, quando propôs a reformulação do quadrado lógico, apontando uma ampliação de quadrado para hexágono, mitigando as idas e vindas internas da figura geométrica.

Mesmo havendo muitas críticas aos modelos da Lógica, não podemos deixar de considerar que os autores, de um modo geral, partem da lógica modal para teorizar/investigar sobre o assunto. Mesmo com o suporte teórico dos lógicos e com o apoio de várias pesquisas sobre Modalidade, ainda é difícil conceituá-la. Definir modalidade não é fácil, não por falta de pesquisas na área, mas, sim, devido à complexidade de espectros de visão que ela projeta.

Estamos, então, aventurando-nos em um terreno movediço, no qual a polêmica entre estudiosos ainda persiste, já que a modalidade pertence, a um só tempo, aos domínios da Lógica, da Semiótica e da Linguística, ou seja, é uma categoria comum a vários ramos do conhecimento, como já afirmamos, e os estudiosos de cada um desses campos tenta situar a modalidade de maneiras distintas, muitas vezes, conflitantes. Mesmo tendo consciência da dificuldade de se conceituar modalidade, tentamos mostrar algumas reflexões sobre essa categoria na visão de determinados autores a fim de começarmos a discutir sobre questões conceituais mais específicas, tais como as noções de modalidade *deôntica* e modalidade *epistêmica*.

Entre as várias definições existentes na literatura, Lyons (1977, p. 436), por exemplo, define modalidade como “um meio usado pelo falante para expressar sua opinião ou atitude acerca de uma proposição que a sentença expressa ou a situação que a proposição descreve”. Já Halliday (1970, p. 328) vê a modalidade como “o julgamento do falante sobre as probabilidades ou obrigações envolvidas naquilo que está sendo dito”. Givón (2001), por seu turno, concebe a modalidade como codificadora da atitude do falante em relação à proposição.

Nogueira (2007, p. 471) também reflete sobre a questão, quando afirma que, em síntese, a modalidade concerne ao como se diz o que se diz, tendo em vista o contexto da interação social. Para concluir esse breve espaço de conceituação, trazemos a definição de Hengeveld (1988), cuja reflexão recai em afirmar que a modalidade é definida como todos os itens linguísticos por meio dos quais um falante pode manifestar o seu comprometimento (ou não) com aquilo que é dito.

Adotamos, no presente trabalho, em meio aos estudos lógicos, semióticos e linguísticos, a abordagem funcionalista da modalização, haja vista o fato de entendermos que

“o caminho para entender as modalidades parece ser a busca de uma sistematização sintática, semântica e pragmática, pois o caráter interacional da linguagem leva à instância discursiva, na qual são muitas as possibilidades de análise da modalização” (MESQUITA, 1999, p. 29).

Isso significa dizer que o nosso *corpus*, webcomentários, por serem necessariamente gêneros discursivos interativos, que tem seu nascituro na real interação entre os utentes da língua, conclamam uma análise que vise à amplitude do discurso. Além disso, devemos somar ao que foi dito que uma investigação funcionalista precisa focar a língua em uso, que é o caso do *corpus* ora em estudo: os *comentários* feitos por leitores do webjornal *O Povo*. Também reforçamos que adotamos, nesta pesquisa, o pressuposto funcionalista de integração de componentes, já que entendemos que a integração dos níveis sintático, semântico e pragmático contempla a compreensão da modalidade no *uso* da língua.

Após a explanação inicial da categoria modalidade sobre a dificuldade de conceituá-la e sobre a tomada de postura teórica a ser assumida na pesquisa, julgamos ser conveniente tecer considerações sobre a classificação das modalidades em geral. Como já dissemos, as modalidades linguísticas receberam, de um modo geral, a distinção entre *epistêmica* e *deôntica*. Mediante o conhecimento dessas modalidades de base, os avanços das pesquisas acerca da modalidade foram mais substanciais, mesmo com os conflitos de opiniões entre os estudiosos, os quais tentavam tratar do tema em sua área de estudo específica.

Podemos perceber, naquelas quatro considerações conceituais citadas anteriormente, de modo mais patente, que a categoria modalidade apresenta várias definições, as quais são escolhidas, umas em detrimento das outras, quando se almeja construir uma pesquisa, ou seja, o pesquisador opta por uma conceituação ou por um grupo específico de conceituações para sustentar o aparato teórico da pesquisa. Essa escolha se dá, claro, pela opção de análise que o estudioso faz, não porque um conceito seja melhor que outro. Essa heterogeneidade é o que faz avançarem os estudos na área, já que enriquecem o escopo e amplia seu campo de pesquisa.

É possível que notemos que os níveis sintático, semântico e pragmático, isoladamente, comandam o foco em dadas concepções. Neves (1994, p. 163) declara que diferentes pesquisadores trabalham com a noção de modalidade linguística, englobando um ou outro nível. Ela indica que uns privilegiam ora a sintaxe (ROSS, 1969), ora a semântica (LYONS, 1977), ora a pragmática (PARRET, 1976). Enquanto parte dos pesquisadores consideram apenas um desses níveis de organização, a abordagem do paradigma funcionalista propõe a integração dos três componentes, de acordo com o que tratamos no capítulo anterior.

Reforçamos que a proposta funcionalista de integração dos níveis sintático, semântico e pragmático dá margens para que haja esclarecimentos maiores em relação a certas dificuldades de compreensão de muitos enunciados, pois cada nível desses, vistos de modo estanque, apresenta limites de compreensão. Nesse sentido, Coracini (1991, p. 114-117) indica que o estudioso se depara com alguns problemas ao tentar fazer uma análise exclusivamente semântica de um dado fato linguístico, já que se estaria enfatizando apenas um aspecto de um fenômeno tão complexo. No caso de integração, cada nível tentaria preencher as lacunas uns dos outros, ou seja, a consideração das dimensões sintática, semântica e pragmática pode ampliar as possibilidades de interpretação dos fatos linguísticos, pois “não se pode deixar de considerar que sintaxe, semântica e pragmática são três níveis que não se excluem, mas se complementam” (MESQUITA, 1999, p. 30).

De acordo com Kalinowski (1976, p. 12), a quantificação das modalidades que existem ainda está indeterminada, uma vez que elas não foram criteriosamente inventariadas nem sistematicamente classificadas. Contudo, chamamos a atenção para o fato de essas três modalidades [aléticas, deôntica e epistêmica] serem consideradas básicas, pois há classificações de modalidade que apresentam outros tipos, mas essas três modalidades são relativamente consensuais em todas as classificações gerais e, de uma forma ou de outra, tangenciam estes eixos, ou seja, as outras classificações partem desses núcleos primordiais. Deprendemos ainda que há certo consenso entre os estudiosos de modalidade linguística, tais como Lyons (1977), Halliday (1985), Goossens (1987), Hengeveld (1989), Dik (1989) etc., os quais identificam entre as modalidades linguísticas, esses dois tipos básicos: epistêmica e deôntica, mesmo que nem todos esses teóricos adotem distinção bipartida.

Neste trabalho, damos ênfase às modalidades *deôntica* e *epistêmica*. Não iremos abordar a modalidade *alética* nesta pesquisa por concordarmos com a consideração de Lyons (1977), quando afirma que “por estar relacionada à verdade de uma proposição, a modalidade *alética* (palavra de origem grega que significa *verdade*) diz respeito à Lógica e, por esse motivo, não teria interesse para a Linguística” (LYONS, 1977, p. 62). Palmer (1986) é outro estudioso que não aborda a modalidade *alética* ao tratar da modalização linguística. Para ele, “a modalidade consiste na *gramaticalização* das atitudes e opiniões (subjetivas) do falante”, isso reverbera, portanto, nos eixos da conduta e do conhecimento, e não da lógica.

Entendemos, com isso, que as modalidades linguísticas podem ser caracterizadas pela subjetividade, haja vista expressarem (des)comprometimento do usuário da língua com o que ele enuncia. Mesmo ele não deixando clara a fonte de uma informação, de onde parte sua crença ou os valores morais ao modalizar as proposições, o usuário assume uma postura de posicionamento diante do enunciado. Assim, não existe, em relação às modalidades linguísticas, a manifestação de valores *aléticos*.

É importante que comentemos aqui, mesmo que sucintamente, também a respeito das marcas modalizadoras, já que pretendemos fazer uma análise dos possíveis efeitos de sentido¹⁰ dessas marcas. Então precisamos apontar registros lexicais ou gramaticais os quais se relacionam com a expressão da subjetividade por parte do falante/usuário da língua. A categoria modalidade possui diversas marcas nas mais variadas línguas que a manifestam. Koch (1986, p. 228) afirma que existem muitos modos de lexicalização das modalidades, citando, dentre muitos, os auxiliares modais, as formas verbais perifrásticas, as orações ou preposições modalizadoras, os advérbios modalizadores.

Neves (2004, p. 166-167) indica que a modalidade pode ser expressa por verbo, adjetivo, adjetivo em posição predicativa, substantivo, pelas próprias categorias gramaticais (tempo, aspecto, modo) do verbo da sentença. Castilho e Moraes de Castilho (1996, p. 217-218) também relacionam muitos itens linguísticos como potenciais recursos para a modalização, tais como: a prosódia, os modos verbais, os

¹⁰ Trataremos em pormenores este assunto no capítulo sobre as escolhas metodológicas.

verbos modais, parentéticas, adjetivos ou expressões adjetivas, advérbios, sintagmas preposicionados em função adverbial. Os dois próximos tópicos abordarão as modalidades *deôntica* e *epistêmica* com maiores detalhes, considerando que serão as categorias usadas na nossa pesquisa.

Ressaltamos, ainda, que não desconsideramos o fato de que um enunciado sem as marcas modais também sejam modalizados. Trata-se, pois, de uma opção metodológica para o estudo das expressões linguísticas modalizadoras em contexto de uso.

3.2 A modalidade *deôntica*

Segundo Lyons (1977, p. 823), o termo *dêontico*¹¹ é usado pelos filósofos, quando estes se referem a um ramo específico ou amplitude da lógica modal: a lógica da *obrigação* e da *permissão*. Segundo Kalinowski (1976), a expressão *deôntico* é voltada para a designação correspondente aos predicados *obrigatório*, *proibido* e *permitido*. Para Neves (2004, p. 187), a *obrigação* e a *permissão* podem corresponder a atos diretivos de fala, associando-os ao imperativo, que é marca característica de interações espontâneas, nas quais se pode esperar que um interlocutor conduza outrem a executar algo.

A modalidade *deôntica* está intimamente ligada às maneiras de controle humano, tanto que Sweetser (1990, p. 54) chama o falante de *impositor* (*imposer*), afirmando que ele é mais do que o sujeito da ação, já que possui uma função pragmática mais coercitiva. Ligada a um tipo de controle humano, entende-se que a modalidade *deôntica* é mais básica que a modalidade *epistêmica*, o que é percebido quando alguns autores defendem que a modalidade *epistêmica* é uma extensão da *deôntica*.

Lyons (1977) sugere que a origem da modalidade *deôntica* pode ser procurada na função desiderativa (no uso na linguagem para expressar vontade e desejos do falante) e na função instrumental (no uso da linguagem pelo falante para alcançar o que é imposto sobre outros agentes). Para Lyons, essas funções são aproximadas e são

¹¹ Do grego *déon* que significa “o que é obrigatório”.

as que surgem primeiramente na vida do ser humano. Ele cita ainda que as crianças fazem uso da linguagem para atingir seus objetivos com os adultos, assim que aprendem a manifestar as vontades, e vice-versa, quando os pais usam proibições e ordens direcionadas aos filhos, também, para terem sucesso e alcançar um intento.

Myhill & Smith (1995), ao investigarem a linguagem adulta a fim de perscrutar as funções interativas dos modais, depararam-se com a descoberta de que as expressões de obrigação não são usadas apenas para dar ordens, mas que elas contêm uma variedade de formas discretas, ou seja, expressões que convencem outrem sem precisar ser não-polido. Para esses autores, “o uso dos marcadores de obrigação, obviamente, está intimamente conectado à organização de uma sociedade” (MYHILL & SMITH, 1995, p. 285).

Segundo Lyons (1977), apesar de ser mais usado para ordens, o imperativo pode também conotar permissão. Silva-Corvalan (1995) afirma que a modalidade deôntica não está relacionada somente ao imperativo, mas aos atos volitivos também que, dependendo da situação comunicativa em que estão inseridos, legitimam um forte ato diretivo, como uma ordem; ou um fraco ato diretivo, como uma sugestão. Esse tipo de modalidade se encontra na predicação, relacionada à função representacional da linguagem.

Lyons (1977) aponta algumas características da modalidade deôntica. Uma delas diz respeito à sentença que não descreve um ato em si, mas um estado de coisas que será obtido, caso o ato seja executado em algum momento no mundo futuro. Outra característica é que a modalidade deôntica está ligada com a noção de futuro, próximo ou não, pois não podemos dar ordens ou sugestões envolvendo o passado. Mais uma característica que delinea a modalidade deôntica e acaba diferenciando-a da epistêmica é que aquela apresenta uma *fonte* (seja pessoa ou instituição) conhecida que instaura uma necessidade ou uma possibilidade de uma ação que se projeta sobre o *alvo* deôntico, pessoa ou instituição, sobre quem está conduzido o valor deôntico instaurado.

A instauração de valores deônticos vindos da *fonte* pode se dar por meio de pressupostos morais, éticos, legais, ou seja, por valores que dependem da cultura, dos contextos sociais subjacentes. São valores de harmonia entre linguagem e contexto

sócio-cultural. Isso implica considerarmos que indicações de obrigação, de proibição ou de permissão podem ser aplicadas direta ou indiretamente, já que são dependentes do contexto. Declara Lyons (1977) que os valores de cultura distintos contribuem para diferentes categorizações e lexicalizações de palavras que significam a aceção de obrigação: “diferentes tipos de modalidade deôntica podem, então, ser distinguidas especificando-se a fonte ou causa da obrigação” (LYONS, 1977, p. 825).

É isso que faz que o autor declare que as obrigações legais e morais sejam acatadas na maior parte das civilizações, pois tais obrigações vêm de tradições, hábitos, mitos e da cultura geral imposta pelos que mandam, isto é, pelos que estão no topo hierárquico da sociedade. Esse topo é constituído por líderes religiosos, políticos e jurídicos, por exemplo, já que criam as normas de conduta usando expressões deônticas. Concordamos com Leite (2002), quando ela declara que “é por meio dos atos diretivos dessas autoridades que surgem palavras como *certo* e *errado*, *legal* e *ilegal*, *próprio* e *impróprio*, *proibido* e *permitido* etc.

Palmer (1986) diz que, em pesquisa de cunho gramatical, há menos coisas a dizer sobre a modalidade deôntica do que sobre a epistêmica. De acordo com ele, os tipos mais significativos de modalidade deôntica são as diretivas (aquelas com verbos que indicam a condução de outra pessoa a fazer algo) e as comissivas (aquelas com que nos comprometemos a fazer alguma coisa). Palmer ainda diz que esses dois tipos não são apenas subjetivos, mas performativos, já que eles iniciam uma ação por meio de outros ou do próprio falante, e que estão associados ao futuro, uma vez que apenas o futuro pode ser alterado.

A modalidade deôntica corresponde aos predicados cujos valores modais são *obrigatório*, *proibido* e *permitido*. Lyons (1977) aborda também as sentenças deônticas em termos da concepção de obrigação, na tentativa de estabelecer uma relação entre as noções de proibição e permissão. Para o autor, a aceção de permissão relaciona-se à possibilidade, ao passo que a obrigação diz respeito à necessidade. Segundo Lyons:

Se *X* não é obrigado a fazer *a* (em que *a* é um ato particular ou genérico), ele tem a permissão de não fazer *a*; e se ele é obrigado a fazer *a*, ele não tem a permissão de não fazer *a* (...). Igualmente, se *x* não tem permissão para fazer *a*, ele é obrigado a não fazer *a* (...). (LYONS, 1977, p. 832).

Além disso, outro ponto significativo é relacionado à existência de subtipos desses valores deônticos. Segundo Almeida (1988), os valores deônticos *obrigação* e *proibição* podem ser *internos/morais* ou *externos/materiais*, ao passo que a permissão apresenta vários graus, por assim dizer, que formam uma espécie de *continuum*, de que instâncias, tais como *sugestão*, *concessão*, *autorização* fazem parte. Ressaltamos que essas divisões não apresentam limites fixos, mas estão inseridas em um *continuum*, uma vez que, em contextos reais, é complicado precisar o significado que determinada marca modal manifesta.

Outra proposta de classificação das modalidades encontra-se em Dik (1989) e Hengeveld (1989) que considerem a existência de quatro níveis de arquitetura frasal, tendo em vista a língua como mensagem e, ao mesmo tempo, como meio de interação. Na literatura, a proposta de Dik e Hengeveld é considerada como uma das maneiras de explicação do comportamento das modalidades, conforme o tipo de escopo que toma o modalizador: *ilocução – frase / proposição – fato possível / predicação – estado-de-coisas / predicado – propriedade ou relações*.

O primeiro nível é o predicado, que representa propriedades atribuídas ou relações, projetando isso a um dado número de termos. A inserção de termos (expressões referenciais) na estrutura de predicados produz uma predicação, nível que designa um estado-de-coisas, instância que pode ser localizada no tempo e no espaço, apresenta certa duração e pode ser percebida, vista ou ouvida. A predicação, no momento de ser arquitetada dentro de um esquema de ordem mais alta, torna-se uma proposição e indica um fato possível. Quando a proposição é revestida de força ilocucionária, ela instaura a frase e tem-se o nível da ilocução. Em cada uma dessas instâncias de constituição do enunciado, há o uso dos *operadores*, que são distinções gramaticais, e os *satélites*, meios lexicais. A composição estrutural se torna significativa na proporção em que possibilita a identificação dos escopos desses operadores e satélites que desempenham a função de modalizadores, assim como de sua relação com outros tipos que agem na mesma instância de composição da frase, tais como tempo e aspecto verbal.

Com base em Verstrate (2004), Pessoa (2011, p. 93) trata a modalidade como um domínio *semântico-discursivo* que pode ser expresso por uma variedade de

meios: morfológicos, lexicais, sintáticos ou prosódicos, não mutuamente exclusivos, considera que a modalidade deôntica tende a ser um processo interpessoal, já que incita à modificação da informação pragmática do ouvinte, ou seja, o conduz à ação. De acordo com a tipologia de Dik e Hengeveld, a modalidade deôntica é sempre objetiva, pois toma como escopo o nível da predicação, mas, para Verstrate (2004), Menezes (2011), Pessoa (2011), a modalidade deôntica também pode ser subjetiva, expressando a desejabilidade de uma ação por parte do falante.

Verstrate (2004) propõe que a modalidade deôntica pode ser: i) inerente, é quando não existe fonte; ii) objetiva, é quando existe fonte, mas ela não é o enunciador (Exemplo: durante o ramadã, os muçulmanos não podem fazer certas coisas); e iii) subjetiva, é quando existe fonte e ela coincide com o enunciador (Exemplo: você deve sair).

Achamos conveniente, também, adentrar em um assunto caro aos estudos de modalidade: a polissemia bastante frequente dos verbos modais, especialmente os que são tidos como modais por excelência, o *poder* e o *dever*. Bybee e Fleischman (1995) dizem que a seção clássica das modalidades em epistêmica e deôntica mostra alguns recortes significativos de polissemia, ao passo que a mesma forma pode servir aos dois tipos de modalidade. O verbo *poder*, por exemplo, tanto pode manifestar permissão deôntica (*Júlio, pode entrar*), quanto possibilidade epistêmica (*Maria pode chegar mais tarde*).

Klinge (1996) defende a importância do contexto para a compreensão de sentenças que contenham a partícula modal. Ele acha necessário levar em consideração cada tipo de situação comunicativa para a análise de formas polissêmicas, já que o contexto esclarece. Mesquita (1999) aborda o assunto afirmando que

“o problema da polissemia dos modais é reconhecido há bastante tempo, e parece ser, realmente, a enunciação a grande responsável pelo esclarecimento de enunciados que contêm verbos como *dever* e *poder*, por exemplo” (MESQUITA, 1999, p. 65).

Em uma situação como *Nice pode sair*, longe de seu contexto específico, pode significar que alguém deixa Nice sair (permissão) ou que Nice tem capacidade, seja física ou psicológica, que lhe possibilita sair (capacidade), ou ainda que os meios ao alcance de Nice possibilitem a avaliação desse estado-de-coisas como possível

(possibilidade). Aqui, é o contexto, como dissemos, o responsável pela elucidação do sentido almejado.

3.3 A modalidade *epistêmica*

Conforme Romualdo (2002, p. 167), “a modalidade epistêmica resulta de uma avaliação do conhecimento sobre um estado de coisas”, inclusive das intenções deste falante (entendido aqui como usuário da língua). A avaliação epistêmica se situará em um *continuum*, que vai do absolutamente certo, portanto um limite preciso, e se estenderá pelos graus do *possível* (ROMUALDO, 2002, p. 166-167).

Dessa maneira, ao modalizar seu enunciado epistemicamente, o enunciador tem a possibilidade de avaliar como verdadeiro o conteúdo deste, “apresentando-o como uma asseveração (afirmação ou negação), sem espaço para dúvidas e sem nenhuma “relativização” (NEVES, 1996, p. 179), ou pode situá-lo nos graus do possível, relativizando-o, atitude justificada pelo não-conhecimento do falante sobre um estado de coisas. Segundo Hoffnagel (1997),

“o uso da modalização epistêmica em interações orais (...) favorece a construção de sentido, uma vez que é um recurso que deixa transparecer ao ouvinte as atitudes crenças, hipóteses, certezas, incertezas e os domínios de conhecimento do falante”.

A modalidade epistêmica é ainda aquela que qualifica as crenças, opiniões e o comprometimento do falante com o que diz. Ela pode ser dividida em *objetiva* ou *subjetiva*. Segundo Lyons (1977), a modalidade epistêmica *objetiva* está relacionada a um conhecimento que é comum à comunidade na qual o falante está inserido ou que, pelo menos, é apresentado como se fosse. Nessa modalidade, o falante posiciona seu discurso numa escala de possibilidade que vai de algo absolutamente possível (asseverações) até algo que é praticamente impossível (dúvidas), como por meio de adjetivos em posição predicativa: *é certo, é possível, é impossível* etc. Por outro lado, a modalidade epistêmica *subjetiva* está relacionada a um conhecimento particular do falante, e é através dela que ele pode marcar seu comprometimento ou não com a verdade daquilo que é dito.

Essa modalidade, geralmente, é marcada por verbos de crença ou opinião. Quando faz uso desses verbos e assume o discurso em primeira pessoa, o locutor isenta-

se da certeza do conhecimento, exprimindo sua não-certeza em relação àquilo que é dito, porém, sem perder sua credibilidade. Neves (1996) afirma que, confirmando suas dúvidas e incertezas, o sujeito enunciador, ao invés de perder, ganha em credibilidade; desse modo, essa confissão constitui uma astúcia discursiva, já que, graças a ela, o enunciador se beneficia de um crédito de honestidade.

Considerando, então, essas atitudes, crenças, hipóteses ou certezas dos leitores, supomos que estes se posicionarão diante de seus interlocutores, desempenhando uma função de interação pela linguagem das seguintes maneiras: para convencer os leitores quanto à certeza / veracidade das informações veiculadas, a partir de um enunciador engajado com o que diz; para garantir a credibilidade e a confiança dos leitores, a partir de um enunciador que tenta aproximar-se e comprometer-se com seus enunciados; para proteger / resguardar a auto-imagem de quem tece o comentário diante de seus interlocutores, a partir de um falante que tenta distanciar-se da responsabilidade pelo que diz.

Segundo Neves (2006), embora as línguas naturais não apresentem comportamento lógico, a categoria modalidade e seus tipos proposicionais se definem costumeiramente na análise lógica, “em relações de verdade que se estabelecem entre as proposições em si e algum universo” (NEVES, 2006, p. 157). Givón (2001), por sua vez, diz que ficam estabelecidas as subcategorias ‘verdadeiro’ e ‘falso’, existindo uma partição tríplice de modo que são do interesse da Linguística: a verdade factual, a verdade necessária e a verdade possível.

Essa tríplice categorial redimensiona, nas línguas naturais, em relação ao conhecimento posto que o engajamento dos interlocutores em situação comunicativa projeta a modalidade epistêmica (GIVÓN, 2001): conhecimento asseverado como real, conhecimento não-contestado e conhecimento asseverado com irreal. Givón (2001) soma, ainda, a esta ideia a aceção de pressuposição, não inclusa na lógica tradicional, mesmo sendo parte constituinte da arquitetura lógica do pensamento. Assim, existe uma interpretação da práxis comunicativa em relação à modalidade epistêmica.

Com efeito, Givón (2001, p. 301-302) demonstra, assim, quatro tipos de modalidade epistêmica: pressuposição, asserção “realis”, asserção “irrealis” e asserção negativa. A pressuposição quer dizer que a proposição é pressuposta levando em

consideração os aspectos sócio-culturais como legitimadores da verdade, isso quer dizer que a proposição é aceita como verdadeira ou, por definição, resultante de um acordo prévio, de uma convenção socioculturalmente partilhada, por ser óbvia para todos os presentes e não contestada pelo ouvinte (GIVÓN, 2001, p. 302).

A asserção “realis” é aquela em que a proposição é firmemente asseverada como verdadeira. Contudo, a contestação do ouvinte é considerada apropriada, embora o falante tenha evidência ou fortes motivos para sustentar firmemente sua crença (GIVÓN, 2001, p. 302). A asserção “irrealis”, por seu turno, é aquela em que a proposição é fracamente asseverada, dada como possível, eventual. Já a asserção negativa é aquela em que a proposição é asseverada veementemente como sendo falsa, mas geralmente em contradição com a certeza clara do falante.

A modalidade epistêmica é dividida em dois grupos menores. Dentro do primeiro, estão as proposições que são afirmadas com relativa segurança, estão abertas ao questionamento por parte do ouvinte e, portanto, exigem – ou admitem – justificativa evidencial (PALMER, 1986). Essas proposições afirmadas com oscilações de certeza na condição de hipóteses, portanto, “estão abaixo do questionamento e da substanciação evidencial” (PALMER, 1986) e estão associadas ao segundo grupo que Palmer chama de *juízo evidencial*. Os julgamentos englobam pontos de vista e conclusões do falante e, por meio de manifestações linguísticas, o usuário aponta o tipo de evidência que ele tem. Tanto os julgamentos quanto as evidências estão aptas a ser percebidas como estratégias do usuário da língua para conotar que ele almeja mudar seu comprometimento (ou não) com a verdade daquilo que está sendo dito. (DALL’AGLIO HATTNER, 1995, p. 27).

A modalização epistêmica envolve principalmente a noção de atitude por parte do falante e está associada com a fonte do conhecimento, com a qual o falante pode não estar comprometido. Para Palmer (1986), essa natureza epistêmica é a qualificação da informação em relação à origem dela ou da postura discursiva do falante, sejam dúvidas ou certezas. É importante ressaltarmos que a ausência de marca explícita que indique a fonte quer dizer que a fonte é quem manifesta a sentença, que, por si só, se torna o seletivo das proposições por ele manifestas. Por exemplo, na sentença *faz mal comer banana à noite*, podemos entender como fonte o próprio falante.

Se não for, é necessário que ele deixe explícita a fonte da informação, isentando-se, por assim dizer, da autoria da sentença. Ele poderia declarar, por exemplo, que *dizem que faz mal comer banana à noite*, ou ainda, *segundo os médicos, faz mal comer banana à noite*.

Corroborando a natureza de *continuum* da modalidade epistêmica, trazemos as palavras de Neves (2006), que postula: “a avaliação epistêmica se situa em algum ponto do *continuum* que, a partir de um limite preciso, onde se encontra o (absolutamente) certo, se estende pelos indefinidos graus do possível” (NEVES, 2006, p. 172). Em uma ponta desse *continuum*, existe um enunciador que valora como verdadeiro o conteúdo do que diz, seja apresentando-o afirmativa ou negativamente, sem margens de dúvida. Porém, na outra ponta extremada, há o enunciador que escamoteia sua opinião, indicando flutuações de certeza e não-certeza. Neves (2006) ainda declara que

“ao considerar a fonte do conhecimento, o falante apóia a certeza (absolutização garantida pelo conhecimento ou apóia a imprecisão (relativização justificada pelo desconhecimento ou estratégia de escamoteamento)” (NEVES, 2006, p. 174).

É importante ressaltar, em meio à discussão epistemológica e tipológica das modalidades, que a ausência dos modalizadores não significa que o enunciado é não-modalizado. Este estudo tem como foco as ocorrências de modalizadores em cada contexto de uso da língua. Portanto, tanto as ocorrências classificadas como deônticas ou epistêmicas trarão marcas explícitas de modalização por uma opção metodológica e, não, por uma questão *necessária* de todo os enunciados serem marcadamente modalizados.

As explicações das conceituações das modalidades deôntica e epistêmica, bem como suas subcategorizações serão importantes no capítulo de metodologia, em que algumas delas serão categorias analíticas, e na compreensão das análises empreendidas, haja vista serem conhecimentos necessários para o pleno entendimento da discussão instaurada.

O gênero discursivo webcomentário

“Não seria prematuro considerar o romance, o cinema, os quadrinhos e os videogames e, principalmente, o uso da tela digital como emblemáticos de um “novo” tempo para a comunicação humana. A maior parte desse emblema parece incidir nas muitas situações de comunicação assíncronas e síncronas que emergem da internet. A rede mundial de computadores amplia as possibilidades de “novas” práticas discursivas (...)”

(ARAÚJO, 2010, p. 110)

O estudo dos gêneros discursivos ganhou muito destaque na Linguística nos últimos anos, adotando-se variadas concepções teóricas. Escolhemos enveredar pela concepção de gênero do discurso na visão de Bakhtin (2003 [1951-1953]) por ser ele o pioneiro a tratar do assunto; além do fato de os outros estudiosos – Swales (1990; 1992; 1993; 1998; 2004), Marcuschi (2002), Miller (1994), Bazerman (2005) etc., direta ou indiretamente, reportarem-se a ele. Então, que seja a fonte original nosso aporte seguro. A noção de gênero discursivo foi trazida para este trabalho para situar o *corpus* escolhido, webcomentários, como prática discursiva. Em outras palavras, esse trabalho tratará dos webcomentários como um gênero discursivo pelas razões que serão abordadas neste capítulo.

4.1 A noção de gênero discursivo em Bakhtin

O capítulo *Os gêneros do discurso* é um dos textos onde Bakhtin (2003 [1951-1953]) discute a noção de gênero discursivo de modo mais detalhado. Antes deste texto, Bakhtin há havia discutido, nos anos 20, este conceito de modo inaugural. A terminologia e a concepção que se tinha de gêneros, antes de Bakhtin, dizia respeito aos gêneros literários, ou seja, as ideias acerca do assunto eram de ordem artístico-literária, e distinguem: gêneros épico, lírico e dramático. Esse trio de nomes servia à função de estabelecer limites entre dadas searas de textos literários, portanto, esses termos eram principalmente de caráter taxionômico.

Bakhtin explica a escassez de estudos nesse campo anteriormente, quando afirma que a limitação dos estudos dos gêneros pode ter-se originado, segundo o autor, devido à diversidade e à heterogeneidade dos gêneros, resultantes da diversidade ideológica das diferentes esferas sociais, o que poderia fazer crer que essas características diversas e heterogêneas dos gêneros converteriam os seus traços comuns em algo abstrato e vazio de significado.

Bakhtin (2003 [1951-1953]) define os *gêneros* como tipos relativamente estáveis ou formas relativamente estáveis e normativas de enunciados. Ele dá aos gêneros uma natureza social e dialógica, concepção que engloba basicamente a ideia de que a interação verbal social é a realidade primordial da língua. O mencionado autor postula que os gêneros não são entidades abstratas, são históricos e concretos. É oportuno dizer ainda que “os gêneros não são entidades naturais como as borboletas, as pedras, os rios e as estrelas, mas são artefatos culturais construídos historicamente pelo ser humano” (MARCUSCHI, 2002, p. 30). Ou seja, a constituição dos gêneros se dá na situação social de interação, na qual as pessoas travam contato entre si por meio desses instrumentos de comunicação, por assim dizer; a constituição desses atos de linguagem depende, pois, de dada esfera social para existir: é o homem quem cria os gêneros. Cada esfera se arquiteta de modo histórico, tendo em vista sua ideologia, suas necessidades, suas condições e suas relações sociais entre os envolvidos na interlocução.

O surgimento dos gêneros, isto é, a feitura de novos meios de comunicação está diretamente vinculada às atividades humanas, pois eles servem ao propósito de preencher discursivamente uma dada necessidade social, eles têm sua finalidade discursiva, seu destino e sua noção de autoria, necessidades as quais são intermináveis, dado que “a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana” (BAKHTIN, 2003 [1951-1953], p. 262).

A complexidade e o constante dinamismo das atividades humanas dão aos gêneros a característica de serem infinitos, pois, se os gêneros se instauram mediante a infinita modificação do comportamento social humano e suas práticas subjacentes, eles não poderiam ser quantificados de modo preciso e fixo, já que os gêneros acompanham o frenético ritmo da sociedade. Para reforçar nossa consideração, trazemos as palavras

de Marcuschi (2002), quando afirma que “sendo os gêneros fenômenos sócio-históricos e culturalmente sensíveis, não há como fazer uma lista fechada de todos os gêneros” (MARCUSCHI, 2002, p. 29).

O surgimento ou metamorfose dos gêneros se dá, então, em determinado tempo e espaço. Para englobar essa noção, Bakhtin cria o conceito de *cronotopos*, cuja acepção de Amorin (2006), que esclarece o conceito, transcrevemos a seguir:

“é uma categoria conteudístico-formal, que mostra a interligação fundamental das relações espaciais e temporais representadas nos textos, principalmente literários. Cabe acrescentar que o princípio condutor do *cronotopos* é o tempo” (AMORIN, 2006, p. 13).

O *cronotopos* está intimamente ligado à modificação dos gêneros, pois, em cada época e em dadas circunstâncias comunicativas, os gêneros vão se atualizando, por assim dizer: “Cada gênero tem seu campo predominante de existência (seu cronotopos)” (RODRIGUES, 2002, p. 166).

Isso não quer dizer, porém, que um gênero novo destrua a existência de um mais antigo. Eles coexistem. Mesmo que um seja mais acionado em certas situações comunicativas. O gênero que lhe deu origem permanece no repertório discursivo das comunidades, por exemplo: a emergência dos *tweets*, postagens no portal *Twitter*¹², não fez que o e-mail deixasse de ser usado, que, por seu turno, também não inviabilizou a prática de escrever e enviar cartas, todos esses gêneros são utilizados pelos usuários da língua mediante as necessidades específicas de comunicação.

Um mesmo usuário da língua pode utilizar os três gêneros acima referidos, isso vai depender do contexto: Um falante pode postar *tweets* para desejar feliz Natal aos companheiros virtuais; pode ele, ainda, desejar a mesma coisa aos colegas de trabalho, aos de faculdade, aos professores, assim como realizar o mesmo intento mandando cartas aos tios distantes, mantendo uma tradição de família. Independentemente da quantidade de vezes que se usa um gênero em detrimento do outro, o fato é que os falantes têm um infinito repertório de gêneros em potencial de uso. É importante que se diga, também, que o usuário do exemplo há pouco pode acionar ainda outro gênero para materializar seu desejo, pois quem garante que os

¹² Twitter (twitter.com) é uma rede social e servidor para *microblogging*, que possibilita aos internautas compartilhar atualizações pessoais (em textos de até 140 caracteres, conhecidos como "*tweets*").

tweets são a última manifestação dos gêneros? O par de adjetivos *ultrapassado* e *moderno* é subordinado ao contexto, como se percebe na noção de *cronotopos* já citada.

Ressaltamos que existe a possibilidade de alguns gêneros serem extintos, por assim dizer. Isso só se dá mediante um fato: “Cada novo gênero aumenta e influencia os gêneros de determinada esfera e o seu desaparecimento se dá pela ausência das condições sócio-comunicativas que o engendraram (por exemplo, a conversa de salão).” (RODRIGUES, 2005, p. 166). Assim como Rodrigues (2005), Marcuschi (2002) defende essa ideia: “(os gêneros) obtêm denominações nem sempre unívocas e, assim como surgem, podem desaparecer” (MARCUSCHI, 2002, p. 20). Não só desaparecerem, eles também podem ser reelaborados, ou seja, transmutados para outras realizações discursivas.

Não se trata, é claro, de evolução, pois esse termo poderia promover a falsa ideia de que os gêneros eram rudimentares antes e melhoraram depois. Não se trata disso, mas, sim, de redimensionamento de espaço-tempo dos gêneros: de *cronotopos*, haja vista o fato de os gêneros contemplarem as necessidades humanas em cada época da História. Maingueneau (2001) traz uma elucidação, ainda no tocante ao desaparecimento dos gêneros: “não que os antigos gêneros de discurso desapareçam, mas são marginalizados” (MAINGUENEAU, 2001, p. 73).

As cartas já foram consideradas meios eficazes de comunicação em tempos passados, levando em consideração a falta de outras realizações discursivas para suprir a carência de meios mais ágeis e eficientes de contato com outrem, diferentemente de hoje, que, por conta da cultura contemporânea ser altamente agitada e dinâmica, o ser humano precisa de modos de comunicação que acompanhem o ritmo de seu cotidiano. Hoje, por exemplo, alguém não ter uma conta em uma rede social é como se não tivesse identidade no grande sítio informacional da internet.

Além de os gêneros estarem ligados às atividades da vida humana, outra característica deles é o fato de, ao serem instaurados, os gêneros exercem efeitos de conduta sobre as interlocuções verbais. Os gêneros organizam a sociedade do ponto de vista comunicativo. Destacamos, contudo, que a construção e a manifestação dos gêneros não se dão aleatoriamente, por mera vontade do falante, ou seja, mesmo que os

gêneros surjam de acordo com a necessidade de cada época, na verdade, o falante não cria por si só as regras dos gêneros; o uso dos gêneros não ocorre independentemente da estrutura da língua, seguem certas coerções linguísticas. Isso quer dizer que não só a compreensão do assunto legitima os falantes a dizerem que conhecem os gêneros, mas conhecimento da estrutura linguística aliada à interação verbal é que dão competência ao usuário de dominar os gêneros e usar a pujança comunicativa inerentes a eles.

Evidente que as formas dos gêneros não são estruturas fixas, elas são dinâmicas, já que sustentam linguisticamente enunciados móveis e altamente mutáveis, sensíveis, pois, às pressões sociais dos grupos que a utilizam. Mesmo que a língua seja mais estável que os gêneros que nela se materializam, ela também não só é passível de variações, aspecto mais corriqueiro, como também passível de mudanças, aspecto mais raro, em função do tempo necessário para que se efetivem no sistema mudanças linguísticas. Segundo Marcuschi (2002), “os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa, caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos” (MARCUSCHI, 2002, p. 19). É importante que se perceba que a ideia de constituição dos gêneros se dá partindo desse pressuposto, pois, como lembra Bakhtin (2003 [1951-1953]):

As formas da língua e as formas típicas dos enunciados, isto é, os gêneros do discurso, chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas. Aprender a falar significa aprender a construir enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, evidentemente, não por palavras isoladas (BAKHTIN, 2003 [1951-1953], p. 283).

Os gêneros são enunciados dinâmicos, vistos como unidades reais e concretas de comunicação. Percebidos pelo viés do acontecimento em si, eles são únicos e são caracterizados por três fatores de arquitetura, a saber: *tema* (e sentidos), *estilo verbal* e *construção composicional*. Esses fatores não acontecem de modo estanque, eles estão intrinsecamente unidos. Mesmo esses gêneros acontecendo como enunciados exclusivos, eles são construídos em uma moldagem genérica específica e ainda apresenta partes constituintes de gêneros comuns aos outros enunciados de dada circunstância de comunicação: “Por isso, Bakhtin define também os gêneros como tipos temáticos, estilísticos e composicionais dos enunciados singulares” (RODRIGUES, 2005, p. 167).

Um exemplo disso: o gênero *aula* é único no ato de existência, ou seja, um professor não ministra a mesma aula em turmas diferentes, dados o contexto e a situação comunicativa serem distintos, mesmo que o conteúdo e o nível sejam idênticos, porém muitos traços característicos são compartilhados pelas diversas aulas.

Os gêneros, como já foi dito em momento anterior, “caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais” (MARCUSCHI, 2002, p. 20), porém “é bom salientar que embora os gêneros (...) não se caracterizem nem se definam por aspectos formais (...), isso não quer dizer que estejamos desprezando a forma” (MARCUSCHI, 2005, p. 21). Um dos elementos constituintes dos gêneros, *tema*, diz respeito ao objeto discursivo e à finalidade discursiva dos gêneros; outro elemento é a *construção composicional*, que se refere ao plano de texto geral; e, por fim, o *estilo verbal* é ligado à utilização das estratégias do léxico e da gramática de uma dada língua. Ressaltamos que é nesse aspecto que nosso trabalho investiga primordialmente os webcomentários.

Os estudos dos gêneros discursivos estão em efervescência produtiva em Programas de Pós-Graduação, porque, além de apresentarem uma infinidade de número, são práticas discursivas de extrema importância social, pois ninguém se manifesta verbalmente sem ser através de um gênero, por isso fizemos questão de tratar dos gêneros discursivos ao trabalhar com os webcomentários, já que é uma noção basilar à compreensão do fenômeno modalidade.

4.2 As concepções de *mídiu* e de *discurso* em Maingueneau

Abordamos, no tópico anterior, a noção de gênero discursivo por considerarmos necessário situar o leitor na seara de estudos da linguagem e subjacentes noções à concepção de gêneros, tais quais as concepções de *mídiu* e de discurso, que serão discutidas nessa seção, isso a fim de deixar o leitor mais próximo dos nossos intentos. Entre essas noções, está também a de *mídiu*. Entendemos que o conceito é importante devido ao fato de os webcomentários, objeto de estudo deste trabalho, apresentar peculiaridades no tocante a esse elemento.

Mídium é um vocábulo neológico usado comumente na área de Comunicação. A palavra já foi usada por Dominique Maingueneau no livro *Análise de Textos de Comunicação* (2001) para traduzir *médium*, usado por Maingueneau a partir da obra de Régis Debray, *Curso de midialogia geral* (1993). O uso desse termo se explica para evitar o duplo sentido que poderia haver com a palavra *médium*, termo bastante conhecido da Doutrina Espírita referindo-se a todos que sentem, de alguma maneira, a presença dos espíritos, independentemente da intensidade e da diversidade dessas manifestações (PIRES, 1979, p. 159)¹³. Este termo é, inclusive, dicionarizado; o outro, *mídium*, serve ao propósito de referir as mediações que concretizam uma ideia, haja vista o fato de a palavra *mídium*, ainda, ter analogias com a palavra *midialogia*.

A busca acadêmica pela compreensão do que seria a concepção envolta ao termo *mídium* é nova, haja vista o fato de a história literária tradicional interessar-se mais pela interpretação das obras literárias, da descoberta de seus conteúdos implícitos e subliminares, sem ter tanta preocupação com as marcas tipográficas, por exemplo. O interesse pelos suportes materiais de enunciação é recente (MAINGUENEAU, 2006, p. 212). Não que não houvesse eruditos que vislumbrassem e / ou executassem estudos da parte material da literatura, mas o que se disse é que esse tipo de estudo, das técnicas tipográficas, não era o foco de atenção dos estudiosos, nem muito menos fator de *status*, pois o que dava prestígio à época eram as perscrutações de cunho interpretativo (das obras), biográfico, inventário de fontes reveladoras dos segredos dos autores, enfim, a condução de ideologias das obras não era o enfoque.

Um discurso para se constituir discurso precisa se materializar; essa materialização se dá através do texto. A relação do discurso com o universo no qual surge não pode ser separada dos modos de transmissão e de suas redes de comunicação (MAINGUENEAU, 2006). Isso quer dizer que não se pode fazer a análise de um dado discurso sem se levar em consideração seu meio de passagem para o mundo real, suas condições de concretização. O modo como um texto é tecido concretamente faz parte de sua semântica, é parte constituinte de sua plenitude de significação.

¹³ Entendemos que esse momento no tópico se torna necessário por não considerarmos um conhecimento pressuposto obrigatório do leitor, além de ser uma consideração com o intuito de exemplificar o comentário feito por Maingueneau na nota de rodapé (2006, p. 211).

Mídium não é apenas o meio usado para dar vida a determinado discurso, é também o conjunto de traços subjacentes a ele; por exemplo, um dado *mídium* escolhido para veicular dado discurso marca aspectos e dirige os possíveis usos que podem ser vislumbrados e efetivados. A mudança desse *mídium* altera significativamente o mundo do discurso. Portanto, *mídium* não é um mero acessório, mas é constituinte de sentido de um discurso qualquer. “Não é um simples ‘meio’, um instrumento para transportar uma mensagem estável: uma importante mudança do *mídium* modifica o conjunto de um gênero do discurso” (MAINGUENEAU, 2001, p. 71-72).

Com o advento da tecnologia cibernética, a relação *mídium* / discurso ficou mais patente, por exemplo, o conhecido jornal impresso ganhou a versão digital, alterando não só o *layout*¹⁴ das informações, mas as possibilidades de leitura. Isso porque no chamado *hipertexto*, o leitor digital ganha autonomia para ler na ordem que quiser, já que a leitura é multilinear:

Diferentemente do que o texto de um livro convencional, o hipertexto não tem uma única ordem de ser lido. A leitura pode dar-se em muitas ordens. Tem múltiplas entradas e múltiplas formas de prosseguir. Há maior liberdade de navegação pelas informações como se estivéssemos imersos num *continuum* de discursos espalhados por imensas redes digitais (MARCUSCHI, 2005, p. 01).

O leitor virtual, então, tem a possibilidade de interagir logo após a leitura de uma notícia, por exemplo, quando, para fazer comentários do gênero supracitado, basta clicar em apenas um link. Os comentários, se aceitos pela redação, são colocados à mostra para todos lerem. A possibilidade de interação é imediata, não é obrigatório escrever uma carta demonstrando insatisfação com o assunto relatado, basta digitar no espaço apropriado, logo após a leitura. Ainda falando de notícias, é possível também assistir à mesma notícia produzida em vídeo, também disponível através de link, ou seja, os recursos multimídia complementam a escrita.

Dito isto, é possível perceber que a mudança de *mídium* altera a relação leitor / leitura e, conseqüentemente, a relação produção do discurso / compreensão do discurso. O exemplo acima é apenas um em meio a inúmeros outros, tais como as postagens de *tweets*, já citados aqui, no site Twitter, que ganhou posição de destaque

¹⁴ O termo *layout*, grosso modo, pode configurar-se como projeto envolvendo diferentes redes associativas e técnicas visuais sempre com objetivo e função, é, pois, uma espécie de engrenagem constitutiva do todo textual.

nas redes sociais. Até a Lexicografia ganhou um novo item de estudo por conta disso, o verbo *tuitar*, que é exatamente postar comentários, os tais *tweets*. Os *tweets* são, entre outras coisas, reelaboração de alguns gêneros, que, devido à mudança de *mídiu*m, alterou o gênero em sua estrutura e repercussão. Esses gêneros são bilhetes trocados entre alunos no momento da aula, trechos de diário pessoal, trechos do *disparate*, uma espécie de diário coletivo, que fazia indagações de cunho pessoal aos que ousassem mergulhar naquele clima de quebra de revelação de segredos e intimidades. Ao mesmo tempo em que eram reveladores, eram também descobridores de segredos alheios. O *mídiu*m, nesse caso, alterou a reverberação dos comentários: ampliou o público em uma dimensão antes não vislumbrada.

Maingueneau, ao tratar de *mídiu*m, referenda que “foi sobretudo com a chegada dos mídiu

s audiovisuais e o desenvolvimento da informática que tomamos consciência desse papel crucial do *mídiu*m”. É claro que o papel do *mídiu*m enquanto entidade constituinte do discurso já existia, o que ele enfatiza é a tomada de atitude, a percepção sensível e atenta para o papel que o *mídiu*m exerce: “eles revolucionaram a natureza dos textos e seus modos de consumo” (MAINGUENEAU, 2001, p. 72).

Percebemos, aos poucos, quanto é significativo o ato de escolher um ou outro *mídiu*m para consubstanciar um discurso. De qualquer forma, a Análise do Discurso não pode deixar de refletir sobre o gênero quando aborda um dado *corpus*. “Um enunciado ‘livre’ de qualquer coerção é utópico” (MAINGUENEAU, 1989, p. 38). *Enunciado* aqui, no sentido evocado, é análogo a discurso, e não tem o significado de M. Foucault (apud Maingueneau e Charadeau, 2004):

Trata-se de uma função de existência que pertence intrinsecamente aos signos e a partir do qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo qual regra eles se sucedem ou se justapõem, de que eles são signo e qual espécie de ato de fala se efetua por sua formulação (oral ou escrito) (MAINGUENEAU, CHARADEAU, 2004, p. 197).

Paralelamente ao conceito de *mídiu*m, precisaremos também nos ancorar nas definições de discurso, pois são noções imbricadas e necessárias *a posteriori*. O termo *discurso* é empregado com acepções muito diferentes, desde as mais restritivas até as mais abrangentes (MAINGUENEAU, 2005, p.15). Aqui, o entendimento do que seja

discurso está no conceito evocado no livro *Gênese dos Discursos* (2005): “entenderemos por ‘discurso’ uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2005, p. 15). Mais ainda:

Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época, para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1969 apud MAINGUENEAU, 2005, p.16).

No *Dicionário de Análise do Discurso*, de Maingueneau e Charadeau (2004, p. 168-169), o verbete “discurso” é explicado através de quatro pares de conceitos intrinsecamente relacionados, a saber: discurso VS frase, discurso VS língua, discurso VS texto e discurso VS enunciado. Desses pares, é importante destacar o que é dito no último par, discurso VS enunciado, pois ele “permite opor dois modos de apreensão das unidades transfrásticas: como unidade linguística (enunciado) e como traço de um ato de comunicação sócio-historicamente determinado (discurso)” (MAINGUENEAU e CHARADEAU, 2004, p. 169). Ressaltamos que, neste trabalho, esses conceitos serão tidos como interligados, pois é esta conjunção que engendra a prática discursiva webcomentário. O *corpus* deste trabalho será considerado discurso/prática discursiva, haja vista o fato de que:

A prática discursiva não define somente a unidade de um conjunto de enunciados; ela pode também ser considerada como uma prática intersemiótica que integra produções que pertencem a outros domínios semióticos (pictórico, musical etc). Tal extensão torna-se necessária pelo fato de que o sistema de restrições que funda a existência do discurso pode ser igualmente pertinente para esses domínios (MAINGUENEAU, 2005, p.23).

Maingueneau (2004) lembra que “o discurso não deve ser pensando somente como um conjunto de textos, mas como uma prática discursiva” (MAINGUENEAU, 2004, p. 23). Em outra obra, *Dicionário de Análise do Discurso* (2004, p. 396), o referido autor francês diz que “discurso e prática discursiva têm aproximadamente as mesmas zonas de emprego”. Este comentário é que baliza o emprego dos termos “discurso” e “prática discursiva” como instâncias muito próximas, já que pode haver caracteres típicos na interação *online* (:D, ☺) que compõem o texto. É isso que justifica

chamar os webcomentários de *discurso* ou *prática discursiva*, além de serem chamados, neste trabalho, de *gênero discursivo*, como foi dito no tópico anterior.

O *corpus* ora em estudo é carregado de ideologia, que, grosso modo, é o conjunto de ideias e pensamentos de um indivíduo ou um grupo de pessoas. Não é por ser um meio de comunicação interativo que está isento de marcas ideológicas, explicitamos a manifestação da ideologia de modo mais ampliado do que em geral se concebe:

A ideologia, portanto, teria uma ou mais materialidades, podendo ser lingüística, gestual, pictória, ritual etc. Assim, tanto uma teoria econômica como a de Adam Smith, quanto um quadro de Da Vinci, ou mesmo ações triviais como comprar um jornal ou uma carteira de cigarros na banca da esquina, seriam formas ideológicas de diferentes naturezas. (COSTA, 2005, p. 19).

As noções de *discurso* e *mídiun* permearão este estudo, assim como a de *gênero discursivo*. Assim sendo, quando mencionarmos esses termos, partiremos do pressuposto de que os leitores já conhecem as concepções aqui assumidas, levando em consideração as notas brevemente discutidas até o momento.

4.3 A ideia de *suporte*

O linguista brasileiro Marcuschi (2003) é o primeiro em pesquisas de âmbito nacional, em colocar foco na importância do suporte nos estudos linguísticos e a problematizar sobre seu papel na constituição dos gêneros. Ele produziu um ensaio sobre o tema em 2003 (e o reeditou em um capítulo de livro em 2008). Esse ensaio inseriu a noção de suporte dentro de estudos linguístico-discursivos sob o olhar de inquietação quanto à função do suporte na constituição dos gêneros discursivos. Lançou, com isso, a seguinte pergunta: Em que medida os gêneros são afetados pelo suporte e vice-versa?

Sintetizando algumas reflexões apresentadas e defendidas por Marcuschi (2003; 2008), notamos que: i) todo gênero é exibido por meio de algum suporte; ii) que o suporte é responsável pela exibição do gênero na sociedade; e que, iii) de alguma forma, o suporte exerce alguma influência no gênero suportado e vice-versa. Segundo

os estudos de Marcuschi (2003; 2008), é o gênero que adota um suporte especial para sua concretização material, e não o contrário.

Levando isso em consideração, Marcuschi (2003; 2008) conceitua suporte como sendo

um lócus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como um texto. Pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto (MARCUSCHI, 2008, p. 174).

Compartilhamos com Marcuschi (2008) as ideias inscritas na citação acima, a qual serve para mostrar que compreendemos que o suporte se presta para fixar ou mostrar gêneros primordialmente, ou seja, o papel central dos suportes não é fazer os textos circularem socialmente, transportando-os, mas imprimi-los no sentido de exibir os gêneros. Marcuschi (2003; 2008) distingue os papéis dos suportes, considerando os conceitos de *canal*, por exemplo, o telefone, que seria o “meio físico de transmissão de sinais” (MARCUSCHI, 2003, p. 6); e *serviço*, tal qual como os correios, que seria “um aparato específico que permite a realização ou veiculação de um gênero em algum suporte” (MARCUSCHI, 2003, p. 6).

Marcuschi (2003; 2008) propõe uma classificação do suporte em *suportes convencionais* – os quais “foram elaborados tendo em vista uma função de suportarem ou fixarem textos” (2008, p. 177); e *suportes incidentais* – que “operam como suportes ocasionais ou eventuais” e, ainda, que possuem “uma possibilidade ilimitada de realizações na relação com os textos escritos” (2008, p. 177). Como exemplos do primeiro tipo, podemos designar os anúncios classificados, cuja essência do texto projeta uma interação proposital entre produtor do texto e leitor, que passa a ser coautor do texto, ressignificando-o, pois, com ele, realiza seu intento: promover algo. Já exemplificando o segundo tipo (incidentais), citamos as tatuagens, desenhos marcados na pele, com efeitos de sentido lançados independentes de suas metas, isto é, mesmo alheio às vontades de quem quis ser tatuado, são muitas as funções da leitura de quem a fizer. Elas poderiam estar na pele de alguém simplesmente por estilo, mas podem ganhar sentidos desconhecidos até do próprio “suportador” do texto, no caso a *tatoo*.

Considerando, com base nessa classificação e o nosso *corpus*, os webcomentários, podemos afirmar que este gênero é ancorado por um *suporte*

convencional, elaborado com a finalidade de imprimi-lo, de registrá-lo materialmente. Corroboramos isso com o próprio nome que designa a seção no webjornal que permite os usuários se manifestarem: *espaço do leitor*. Já existe, então, a previsibilidade no webjornal de um espaço específico, nomeado literalmente para que os usuários/leitores possam expressar seu ponto de vista sobre o que leram. É no *espaço do leitor* que os apreciadores dos textos diversos de *O Povo* podem tecer os webcomentários. Portanto, o jornal eletrônico *O Povo* já resguarda o suporte digital *espaço do leitor* com essa finalidade, por essa razão, o denominamos *suporte convencional*.

Além de Marcuschi (2003; 2008), outros pesquisadores também se detiveram sob o estudo dos suportes dos gêneros discursivos. Sob outros prismas linguísticos, Távora (2008) também dedicou leituras e reflexões acerca deste tema. Távora (2008) se deteve a este estudo tomando por base a Análise do Discurso de linha francesa. Para ele, levando-se em conta a vertente linguística adotada, a noção de suporte vem das pesquisas de midiologia de Debray (1993), o qual considera que “os suportes devem ser vistos como elementos que podem alterar os discursos em função de representarem sua força material” (TÁVORA, 2008, p. 37).

Partindo das reflexões teóricas de Debray (1993), o linguista francês Maingueneau (2001) acredita que o suporte simboliza a força palpável do discurso. Este, por seu turno, é inserido em um gênero que almeja, dentro de um contexto específico, atingir uma meta, sendo ou não bem sucedido. O gênero, então, passa a funcionar como uma entidade pragmática a qual perscruta o sucesso, quando se coloca sob as condições de:

uma finalidade definida; um estatuto de parceiros definidos, ou seja, em determinado gênero já se sabe de quem parte e a quem se dirige determinado gênero - [sic] identificação dos papéis dos parceiros coenunciadores; *um lugar e momento legítimos* – determinados gêneros estão associados a determinados lugares e momentos que são constitutivos, como missas ou aulas, etc.; *um suporte material* e uma *organização textual* (TÁVORA, 2008, p. 38, grifos do autor).

Sendo assim, os gêneros discursivos, nas palavras de Maingueneau (2001), organizam-se tendo em vista sua *finalidade*, o *lugar*, o *momento legítimo*, o *suporte material* e a *organização textual*. É interessante notar aqui que o suporte material é visto

sob um ângulo peculiar em meio às pesquisas linguísticas de Maingueneau (2001), haja vista o autor declarar que

uma modificação do suporte material de um texto modifica radicalmente um gênero de discurso: um debate político pela televisão é um gênero de discurso totalmente diferente de um debate em sala de aula para um público exclusivamente formado por ouvintes presentes (MAINGUENEAU, 2001, p. 68).

Em síntese do que foi dito até aqui, podemos considerar que os gêneros discursivos são inseparáveis do modo de existência material (MAINGUENEAU, 2001). Observando o suporte por essa vertente teórica, notamos que o meio de transporte e de recepção do enunciado impõe ao gênero limitações físicas, as quais condicionam um formato, organização textual, finalidade e lugar, fatores os quais constituem uma espécie de moldura dos gêneros. Isso sendo observado, apontamos como também o faz Maingueneau (2001), que o suporte não é mero acessório e não deve ser jogado em um plano de segunda ordem no que concerne às análises.

Baseado nisso, Maingueneau (2001) foca sua observação de suporte como algo que transcende a sua materialidade. Com isso, ele traz de volta o conceito de *mídium*, de Debray, como vimos no tópico anterior, e o coloca próximo ao conceito de suporte, e, nas duas definições, notamos posições conceituais intercambiáveis; haveria, então, uma equivalência. Essa equivalência, contudo, de acordo com Távora (2008, p. 48), nem sempre é possível, já que “[...] nem todo *mídium* é um suporte, ao passo que todo suporte é sempre um *mídium*”.

Por conta deste embate terminológico e teórico, Távora (2008) aponta que as postulações de Maingueneau não abordam o suporte, mas sim o *mídium*. Mesmo com tal declaração, Távora (2008) destaca a importância das pesquisas de Maingueneau para a análise da relação *mídium*/suporte e gêneros discursivos, haja vista o fato de ele [Maingueneau] ter sido o pioneiro a trabalhar tal simbiose, mesmo que mais estudos necessitem esmiuçar o assunto.

Em suas pesquisas, Maingueneau (2001) evidencia a relevância teórica do suporte para as análises da linguagem, entretanto não apresenta uma maneira específica de operacionalizá-las. A aproximação teórica entre *mídium* e suporte parece destinar o

estudo do suporte à sua condição interacional, em detrimento de sua configuração material e física.

Além das perspectivas do texto e da análise do discurso, os estudos sobre suporte foram ancorados também nos aportes teóricos da Sócio-Retórica. A definição de suporte na perspectiva sócio-retórica pode ser compreendida a partir dos estudos de Bonini e, de certa forma, nas pesquisas de Távora (2008). Bonini investiga o jornal na versão impressa e defende que essa forma de comunicação é um hipergênero, isto é, um gênero que engloba outros. Tomado como um hipergênero, o jornal impresso aponta: i) *gêneros presos*, aqueles que “preenchem as seções de base do jornal, que possuem lugares fixos e estruturam o jornal como gênero” (TÁVORA, 2008, p. 84); ii) *gêneros livres*, aqueles que “podem ocorrer em qualquer seção temática do jornal e são responsáveis pelo funcionamento comunicativo do jornal” (TÁVORA, 2008, p. 84); e iii) *aparatos de edição*, que correspondem “ao mecanismo de instauração de gêneros jornalísticos” (BONINI, 2004, *apud* TÁVORA, 2008, p. 84). Nesse sentido, notamos uma proximidade das noções conceituais de suporte e de hiper-gênero. Assim, o suporte, para Bonini (2004), contemplaria três tipos de gêneros: os presos, os livres e os aparatos de edição.

A noção de suporte adotada nesta pesquisa será a de que os suportes dos gêneros discursivos se prestam ao papel de registrar os gêneros, exibí-los. Adotamos, pois, a postulação de Marcuschi (2003; 2008) para o conceito de suporte. Admitimos, também, que a distinção entre suporte e *mídiun* é complexa, o que explica divergências e confusões teóricas. Mesmo assim, preferimos considerá-los conceitos limítrofes a tomá-los como iguais.

Em termos amplos, a seara das pesquisas linguísticas, mesmo já havendo propostas teóricas, ainda não focou o suporte como um ponto de pesquisa analítica. Sobre isso, Távora (2008) indica que

parece que o suporte, como entidade situada em determinada cultura, ainda não foi visto como objeto ou instrumento construído, ou em construção, estável ou flexível que é tecnicamente delimitado e manejado por indivíduos, ou seja, não se aferiu a ele o valor de construto humano e social, como se fez com o gênero nos estudos da área de Gêneros (TÁVORA, 2008, p. 45).

Esta indicação teórica de Távora (2008) é nítida ao passo que notamos, panoramicamente falando, que ao suporte ainda não foi atribuída uma projeção de constituição, como se fez (e se faz ainda) com os gêneros discursivos. Nesse sentido, boa parte das pesquisas resgatam os estudos de Marcuschi (2003). O autor foi corajoso com o tema, já que teve, inclusive, seus estudos criticados e remodelados, fato que não desmerece em nada os avanços por ele iniciados, porque, como afirma Távora (2008), é na medida em que se cotejam posições teóricas diferentes que a análise de um objeto investigado é aprofundada. Já que o assunto ainda carece de pesquisas mais aprofundadas, é previsível que se achem incoerências, o que em nada desmerece a sua importância acadêmica.

4.4 Propósito Comunicativo

Após discutirmos sobre alguns temas concernentes ao webcomentário, especificamente sobre o seu estatuto de gênero discursivo, sobre a relação suporte e *mídium* e sua interface com os webcomentários, consideramos importante também, além de falar da forma, tecermos considerações acerca das finalidades do gênero em questão, ou seja, para que servem os webcomentários, quais são os seus propósitos comunicativos?

Não existe um conceito fechado para propósito comunicativo, o que existem “são alusões diversas das quais podemos tentar inferir uma conceituação” (BEZERRA, 2006, p. 69). A discussão é pautada, então, no fato de se admitir que os gêneros textuais sempre cumprem objetivos. Em Swales (1990), por exemplo, percebemos que investir no propósito comunicativo como requisito importante da arquitetura dos gêneros implica pressupor que “a não ser por alguns casos interessantes e excepcionais, os gêneros são veículos comunicativos para a realização de objetivos” (p. 46). Em trabalho posterior, Askehave & Swales (2001, p. 200) afirmam que seriam os gêneros “orientados para objetivos ou dotados de propósitos”.

Segundo Bezerra (2006, p. 70), o “propósito comunicativo tem a ver exatamente com aquilo que os gêneros realizam na sociedade, admitindo-se, porém, que o propósito de um gênero não é necessariamente único e predeterminado”. Isso significa

dizer que não podemos afirmar que um gênero possui apenas um objetivo, ele pode apresentar vários objetivos. É a finalidade, a qual se quer atingir, que guia a escrita dos textos.

Mesmo considerando o fato de que os gêneros podem ter diversos propósitos comunicativos, destacamos o fato de determinados objetivos serem mais comuns em dados gêneros ou até de um determinado propósito ser mais forte em um gênero específico. Para exemplificar, pensemos no gênero receita culinária, cujo propósito comunicativo mais comum é instruir, ensinar como se faz um prato gastronômico. No entanto, o célebre poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade, escreveu uma receita diferente: de ano novo¹⁵. No poema, o eu-poético provoca o leitor à reflexão e não o ensina a fazer nenhum quitute. É o gênero receita carregado de valor poético com o propósito comunicativo incomum para o texto. Queremos mostrar neste exemplo que o propósito mais comum do gênero receita é ensinar a fazer um tipo de comida, embora outros objetivos possam ser investidos no texto, assim como a reflexão evocada na receita poética de Drummond pode ser lançada em muitos outros gêneros.

O exemplo citado há pouco ilustra a mudança de propósito comunicativo em domínios discursivos¹⁶ distintos. É possível também que haja alteração de propósito comunicativo dentro do mesmo domínio discursivo. Podemos pensar, nesse caso, no próprio gênero comentário cujas manifestações dos leitores podem ter o propósito de criticar, de elogiar alguma iniciativa alheia, de sugerir algo, entre outros.

Há de se considerar também, no que diz respeito aos propósitos comunicativos, que estudiosos como Marcuschi (2005) dão ênfase aos propósitos comunicativos enquanto elementos constituintes dos gêneros. Ele põe em evidência a sua preferência pelo propósito em detrimento da forma (estrutura). Não almejamos defender se o que é mais importante é a forma ou o propósito enquanto elemento fundante dos gêneros, já que consideramos essa relação como sendo uma relação necessária para arquitetar um gênero. A nosso ver, não há possibilidade de um gênero ser constituído por um ou por outro exclusivamente, na verdade, adotamos a postura de

¹⁵ Disponível em: <http://www.revista.agulha.nom.br/drumm.html#receita>. Acesso em: 01/02/2012.

¹⁶ Domínio discursivo é a esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Não é um texto nem discurso, mas propicia o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos domínios falamos em discurso jurídico, jornalístico etc. (MARCUSCHI, 2002, p. 24).

que os gêneros interferem e são interferidos pela estrutura da língua, de modo funcional, isto é, as categorias da língua são elementos constituintes dos gêneros e podem condicioná-los ao lado dos propósitos.

Exemplificando nossa posição: quando alguém quer assistir a um filme no cinema, depara-se com a necessidade de comprar um ingresso ou apresentar uma cortesia de gratuidade na recepção do estabelecimento. O usuário encontra, portanto, uma forma pré-estabelecida pela administração do cinema. Independentemente de qual seja, o funcionário só permitirá entrar nas salas de exibição do filme quem tem o bilhete de compra (ou o bilhete adquirido graças à permuta da cortesia), ou seja, o funcionário deixará somente se a forma (estrutura) do bilhete for a que ele conhece. Não adiantará em nada se um cliente comprar um ingresso na empresa A e apresentá-lo na B. A forma não será reconhecida, pois pertencerá a outro lugar.

Não haverá a aceitação desta forma (estrutura) distinta do que era preciso, pois, apesar de o propósito comunicativo do bilhete ser o mesmo: *entrar para assistir ao filme*, a forma é distinta. Aqui, temos a *forma* prevalecendo sobre o *propósito comunicativo*, já que é a *forma* que definirá a práxis a ser realizada no seio social através dos gêneros. A forma parece arbitrária em relação a esse propósito, mas é motivada em relação ao propósito de controle de pagamento do ingresso pela instituição promotora do evento (produção fílmica). A forma está a serviço de um propósito inerente à prática: segurança, garantia na transação de compra e venda.

Pensemos em outro exemplo: quando assistimos a um comercial de TV que resgata uma fábula como cenário de fundo, com elementos lendários em forma de animações lúdicas de animais personificados. Poderíamos pensar que o resgate da fábula para a tela de vídeo teria o intuito de ensinar algo a alguém, já que as fábulas continham a lição de moral como meta principal, como propósito comunicativo mais patente. Contudo, o comercial de TV visa à promoção de um novo modelo de carro, que, de tão espetacular, a analogia com um mundo mágico de perfeição é plenamente possível. Temos aqui uma forma (estrutura) e um propósito (função), mas, desta vez, detectamos a forma fábula, mas com o propósito de fazer a publicidade do carro. Neste caso, nomeemos gênero de propaganda e não de fábula, já que o propósito é que definiu o gênero discursivo. Neste sentido, o propósito se sobressaiu sobre a forma.

Marcuschi (2005) marca com clareza a sua escolha pelo propósito, declarando que este é quem define o gênero, independentemente da forma que determinado gênero venha a ter. Todavia, pensemos naqueles exemplos: mesmo afirmando que o propósito fica relegado em segundo plano, no caso dos bilhetes de cinema, já que os usuários conseguirão entrar nas salas de exibição do filme mediante a forma do ingresso, ele se faz presente ainda, porque constitui o gênero também. O bilhete é necessário, porque os usuários precisam disso para provar que pagaram. Logo, o bilhete tem a função (propósito) de autorizar o usuário a entrar nas salas de exibição.

Situação parecida é a que acontece com a propaganda, pois a forma também surge, mas não com a função da forma que ali é veiculada (fábula), mas com outra função inferida após a leitura multimodal mais atenta do gênero. Sendo assim, afirmamos que tanto o propósito comunicativo, quanto a forma são cruciais para a definição ou caracterização dos gêneros discursivos, embora não haja relação arbitrária entre forma e função, pois, para o Funcionalismo, paradigma que rege esta pesquisa, assume a relação motivada entre eles.

O propósito comunicativo, porém, seja ele qual for, é construído, linguisticamente. Lembremos que o paradigma que norteia nossa pesquisa é o paradigma funcionalista da linguagem. Isso significa dizer que os traços sintáticos são controlados pelos traços semânticos, que, por seu turno, são orientados pela carga pragmática, de uso social.

Não podemos, então, arquitetar um efeito de sentido sem manipular os elementos linguísticos para isso. Para cada efeito de sentido pretendido, são utilizadas estratégias linguístico-discursivas específicas, baseadas, é claro, na relação que defendemos: a sintaxe é instrumental à semântica, que por sua vez é instrumental à pragmática. Exemplificando o que estamos tratando: o uso de certos elementos morfossintáticos, em determinados contextos discursivos, produz *efeitos de sentido de subjetividade* (aqueles que entregam o envolvimento do falante em relação ao que diz); produz ainda *efeitos de objetividade* (os quais escamoteiam o envolvimento do falante, construindo a ilusão de imparcialidade e de objetividade deste diante do que diz); ou ainda *efeitos de humor* (os quais revestem de um sentido cômico o que foi dito).

Dentre os *efeitos de subjetividade*, podemos apontar como alguns mais recorrentes nos *web-comentários* do jornal eletrônico *O Povo*, os efeitos de crítica, ironia, elogio, entre outros. Quando o usuário da língua quer demonstrar depreciação ou criticar negativamente alguém ou algo, ele pode, por exemplo, usar estratégias de formação de palavras, como a derivação com sufixos aumentativos ou diminutivos sem estabelecer relação com o tamanho ou a proporção. Exemplos:

Como esta delegada é mandona, hein?

Tire o olho da Amazônia, EUA;

Ele é um deputadinho sem noção;

Aquelazinha? Aquela médica vai me pagar pelo que fez? Duvido;

Que projeto bonzinho, deixou todo mundo sem benefícios!

Pode ainda usar como mecanismo de produção de efeito de sentido a derivação com os sufixos –ICE, –ÇÃO e –AGEM, tais como:

Este filme é uma chatice, me arrependi de ter pago o ingresso.

As ofertas da loja X são uma enganação, só tem queixo.

Que picaretagem aquela resolução!

Outra possibilidade é o uso da derivação com os sufixos –UDO, –ENTO, –EIRO:

Meu Deus, que prefeita queixuda, cara de pau.

Nossa, que partido barulhento!

Se tornou politiqueiro, né?

É possível ainda o uso da derivação com o prefixo SUB-:

Estamos sobrevivendo nesta cidade esburacada e imunda.

Ela tem um modo suburbano de se comportar, queria o quê?

Já como obtenção de efeito de sentido *elogio*, o falante demonstra apreciar e criticar positivamente alguém ou algo por meio de alguns recursos da língua, tais como o uso da derivação com sufixos aumentativos sem estabelecer relação com o tamanho ou a proporção:

Ele tem um carrão! Isso sim.

Que bandeira lindona essa nossa, né não?

O Ceará fez um jogoço ontem.

Ele é um diretoção, de dedica bastante lá.

É possível também obter esse sentido com a derivação com os prefixos SUPER-, HIPER-, ULTRA-, ou composição com o radical MEGA:

Esta embalagem é supereconômica e muito acessível.

Ouçã fulano, isso é hiperimportante para o nosso município.

Vejam como ela é ultrarrápida, bastou a lei começar a valer que as coisas funcionam.

Não perca a megaliquidação da semana: compre dois e pague um...

Para produzir efeito de *objetividade* é comum o uso das formas analíticas, em vez das derivadas, nos aumentativos, diminutivos e superlativos absolutos:

Eles possuem uma conta bem grande no banco.

Moram num pequeno apartamento.

A região é bastante rica em minérios ferrosos.

É comum a produção do efeito de humor através da derivação ou da composição, associando-se morfemas de áreas semânticas usualmente incompatíveis:

Os políticos estão atacados de enganice aguda.

O popanzudo da Caixa é fofinho.

Chamaram quem para o ministério? O babonildo!

É importante que destaquemos que *propósito comunicativo* não é necessariamente sinônimo de *efeito de sentido*, mas estamos considerando, nesta pesquisa, que os propósitos comunicativos a serem atingidos nos webcomentários são os efeitos de sentido produzidos pelo uso de modalizadores. Como podemos notar, os efeitos de sentido são variados desde que os propósitos comunicativos dos leitores assim os sejam. Não existe um propósito comunicativo único nos webcomentários, mas uma gama de possibilidades. No próximo capítulo, trataremos das categorias de análise, apontadas preliminarmente no último capítulo desta pesquisa.

Capítulo V

Metodologia

"Toda a nossa ciência, comparada com a realidade, é primitiva e infantil, no entanto, é a coisa mais preciosa que temos".

(Albert Einstein)

Como parte do escopo deste estudo, fez-se a opção por uma pesquisa exploratória. Esta escolha pareceu-nos adequada em função do tipo de estudo aqui proposto: uma investigação sobre o processo de construção de dados efeitos de sentido na atividade de escrita de textos argumentativos, os webcomentários. Por meio destes, procurou-se perceber, independentemente do tema, como a construção dos efeitos de sentido envolve aspectos linguísticos de construção modal e como o leitor relaciona esses aspectos no processo de se expressar subjetivamente.

Este modelo de pesquisa permite ao pesquisador definir o seu problema de pesquisa e formular suas hipóteses de forma mais precisa. Além disso, esse tipo de trabalho permite ao pesquisador escolher as técnicas e os recursos mais adequados para a investigação em questão, bem como para o tipo de perguntas que merecem mais ênfase.

Outra razão para a escolha deste tipo de pesquisa é que este pressupõe que o comportamento humano é mais bem compreendido no contexto social onde ocorre. Este tipo de pesquisa torna possível estruturar os comentários que servem de *corpus* à pesquisa, ou seja, construir os pontos de vista pertinentes, com base nas informações que emergirem dos textos em questão, geradores de comentários.

5.1 Seleção, constituição e delimitação do *corpus*

Tendo em vista nossos objetivos, assim como a escolha por uma abordagem funcionalista de análise, vamos trabalhar com um *corpus* de ocorrências reais da língua

para que possamos descrever e analisar, empiricamente, o uso de marcas modais deônticas e epistêmicas na produção dos *web-comentários*. Para isso, utilizaremos a seção *espaço do leitor* do web-jornal *O Povo* (www.jornalopovo.com.br). A imagem que segue traz a interface do celeiro onde trabalhamos:



Figura 02
Espaço do leitor no webjornal O Povo (Fonte: www.opovo.com.br)

Não se trata de uma simples digitalização da versão impressa, mas, sim, de um jornal eletrônico com suas características próprias. Existem, pois, duas versões de *O Povo*: o jornal impresso, tradicional, veiculado em papel; e o webjornal, veiculado em ambiente digital. A diferença não é somente o fato de o suporte ser distinto, mas a sua carga informacional, as possibilidades interativas serem diferentes. O jornal impresso tem sua edição fechada em dado momento de tempo para que a versão seja reproduzida e comercializada, isto significa dizer que a versão impressa precisa se submeter a um “congelamento temporal” para que o jornal seja construído e veiculado. Já a versão digital não para. Enquanto o jornal impresso está sendo comercializado, as notícias continuam a acontecer e se multiplicar na internet, situação dinâmica esta que alimenta

constantemente o webjornal. Não é interesse nosso investigar se há uma versão melhor que outra, nem muitos menos afirmar apressadamente qual é. Comentamos essas diferenças apenas para ilustrar que são versões distintas.

Ressaltamos, ainda, que é possível o acesso à versão impressa original digitalizada no jornal eletrônico, ou seja, podemos ler o jornal tradicional na tela do computador. Esta opção existe em meio a muitas opções que o webjornal disponibiliza. Que fique claro, porém, que o nosso foco, é o webjornal, isto é, *O Povo* em meio digital. Segue uma imagem que demonstra o espaço onde podemos ter acesso à versão impressa digitalizada:



Figura 03 (Fonte: www.opovo.com.br)
Parte do webjornal que possibilita ao leitor o acesso à versão tradicional

Os webcomentários são opiniões de leitores do webjornal *O Povo*¹⁷ a respeito das mais variadas matérias que o jornal oferece como possibilidade de leitura, entre as quais: concursos, empregos, tecnologia, cultura, veículos, vida e arte, gente etc. Eles podem ainda ser comentários de uma série de gêneros discursivos: charges, editoriais, enquetes, propagandas, entre outros. Por consequência das seções escolhidas por nós, os webcomentários são referentes apenas ao gênero discursivo *notícias*. Dentre os cadernos de *O Povo*, optamos por trabalhar cinco temas específicos: *Política, Economia, Cultura, Esportes e Violência Urbana*.

¹⁷ Existem *websites* em que é possível comentar após a leitura do texto, tais como globo.com, www.terra.com.br etc. A especificação feita é tão somente para reforçar o recorte feito em relação às outras possibilidades.

A escolha desses cinco temas foi baseada na observação de que eles apresentavam mais comentários que outros, ou seja, os leitores participavam bem mais nestes temas que em outros. Por haver mais comentários ou por simplesmente eles existirem, estas seções específicas poderiam conter um maior número de ocorrências potenciais à análise. Nos outros temas praticamente não havia comentários ou estes eram irrelevantes à pesquisa como, por exemplo, o cumprimento “*bom dia*”¹⁸. O tema, independentemente dos cadernos temáticos, é um fator analisado quanto ao condicionamento de uso dos modalizadores.

O número de temas escolhidos para compor nosso *corpus* se justifica pela diversidade de temas que seriam a base do texto originador do comentário. Seria um tanto tendencioso escolhermos um ou dois temas apenas, pois isso poderia direcionar dadas marcas modais para a produção de dados efeitos de sentido. Preferimos optar por trabalhar com a diversificação dos assuntos devido à necessidade de atingirmos os nossos objetivos, entre os quais, apontar quais os efeitos de sentido preponderantes nos webcomentários e como eles são construídos linguisticamente por meio do uso de modalizadores em ambiente digital.

Os webcomentários, dos temas citados, foram coletados dentro do seguinte período: comentários publicadas entre junho e dezembro de 2011, isto é, seis meses consecutivos no segundo semestre de 2011. Coletamos, ainda, os comentários referentes aos meses de janeiro a março de 2012, no caso de serem necessárias mais ocorrências para os objetivos da pesquisa. Os 995 webcomentários foram coletados¹⁹ diariamente ou resgatados retroativamente: ao final de cada dia, sempre no turno da noite, pela necessidade de resgatar o maior número possível de ocorrências do dia em curso, os *web*-comentários, das seções escolhidas juntamente com o texto gerador do comentário, que eram arquivados em documentos no Word, dentro de pastas em dois *notebooks*, em três mídias externas (*pen-drive*) e enviados para dois e-mails pessoais.

¹⁸ Textos como estes do exemplo só foram retirados após a análise para verificar se poderia ou não denotar efeito de sentido específico, no caso no exemplo “*bom dia*”, que poderia indicar ironia, caso o contexto autorizasse tal leitura. Reservadas situações similares, as demais foram descartadas.

¹⁹ A coleta de *corpus* “reserva” foi importante para o fornecimento de ocorrências que se enquadrassem nos critérios explicados no próximo capítulo, já que, baseados em critérios estabelecidos no decurso da pesquisa, o *corpus* “base” não contemplou satisfatoriamente os nossos objetivos.

Já em relação ao resgate retroativo de texto gerador, ele se justifica por problemas de acesso ao ambiente virtual, cuja navegação falhava diversas vezes, ficava lento ou sequer funcionava. Em casos assim, tivemos que usar um recurso no webjornal *O Povo* em que a navegação no jornal em textos mais antigos é possível em até um ano anterior. Qualquer leitor pode manipular esse recurso, basta selecionar o mês e o dia pretendidos que o jornal exhibe todas as matérias daquele dia e seus respectivos comentários. Abaixo segue o espaço que permite o acesso à captura de textos antigos:

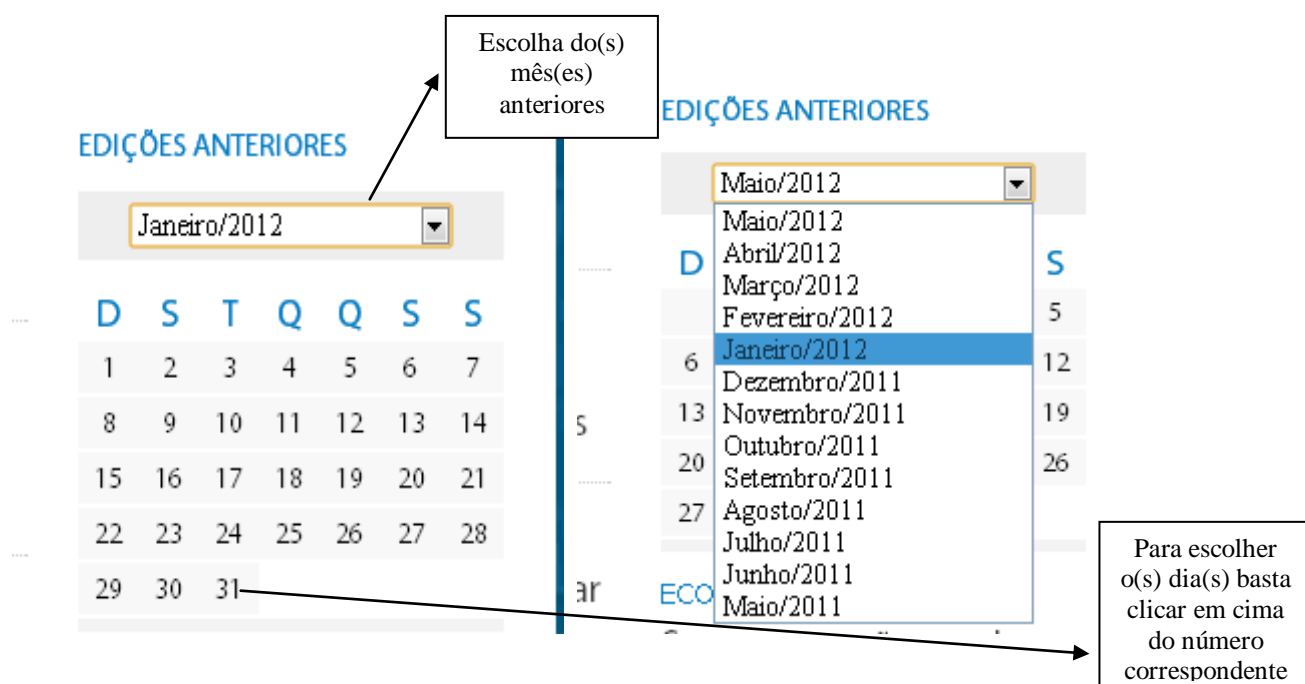


Figura 04 (Fonte: www.opovo.com.br)
Demonstração da ferramenta de captura de *corpus* retroativo

Independentemente de a coleta acontecer no mesmo dia da notícia ou em data retroativa, buscávamos, dentro das seções homônimas, as *notícias* que apresentavam comentários. Isso era visto nas manchetes de cada notícia, as quais indicavam quantos comentários havia sobre conteúdos daquele texto. Obviamente os textos comentados eram de nosso interesse, já os sem comentários, não. Cada texto de notícia visitado que havido merecido comentários era coletado integralmente seguido de seu(s) comentário(s) que, por sua vez, era seguido da fonte. Vejamos abaixo, após a imagem que ilustra como são as manchetes, uma amostra de como o *corpus* foi armazenado.

TECNOLOGIA 04/11/2011 - 01h30

Ministro Mercadante defende tablets no lugar de livros para material didático



Figura 05 (Fonte: www.opovo.com.br)

Demonstração de manchete digital que registra se há comentários ou não, e quantos são

Amostra de como o *corpus* está arquivado:

Prefeitura pede ilegalidade da greve; professores ganham apoio da Igreja²⁰.

Após 45 dias de paralisação, Prefeitura de Fortaleza foi à Justiça para obrigar os professores a voltarem às salas de aula. Igreja lançará carta de apoio a grevistas

NOTÍCIA **49 COMENTÁRIOS**

Número de webcomentários da notícia



A Procuradoria Geral do Município (PGM) ingressou com uma ação na Justiça solicitando que seja considerada ilegal a greve dos professores da rede municipal de Fortaleza, que já se arrasta há 45 dias. O requerimento foi protocolado na tarde de ontem no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ-CE).

²⁰ Foram omitidas a maior parte dos comentários desta notícia, já que a situação é apenas um exemplo de como o *corpus* está arquivado em Word: notícias, webcomentários e fonte. Destacamos também que tanto as notícias geradoras dos comentários e suas respectivas imagens/fotos ilustrativas, bem como as fontes, foram omitidas no tratamento analítico dos resultados, já que o foco do trabalho não recai naqueles elementos, além de evitarmos a poluição visual no trabalho. Contudo, essas informações foram armazenadas e codificadas para viabilizar a rápida localização, em caso de necessidade.

A Prefeitura de Fortaleza já havia alertado que pediria a ilegalidade da greve caso a Secretaria Municipal de Educação (SME) confirmasse a paralisação nas escolas. O balanço apresentado pela pasta revelou que 65 escolas estão paralisadas e 134 estão com as atividades parcialmente suspensas. Ao todo, a rede municipal de Fortaleza possui 449 escolas.

A ação será avaliada pelo desembargador Teodoro Santos, que responde por todos os questionamentos relacionados à paralisação dos docentes. Na condição de relator, ele mediará, na segunda-feira, uma audiência de conciliação entre o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará (Sindiute) e representantes do Executivo municipal, às 13h 30min, no TJ-CE. Somente no caso de desacordo entre as partes, a legalidade da greve será julgada.

“Só esperemos que a Prefeitura encaminhe uma proposta válida para termos uma saída negociada para esse conflito. Nós que pedimos a negociação”, afirmou a presidente do Sindiute, Gardênia Baima.

Conforme O POVO publicou na última quinta-feira, a prefeita Luizianne Lins (PT) ameaça cancelar o pagamento da primeira parcela do 13º salário aos professores que aderiram a greve. Eles devem receber um adiantamento de 40% até o fim de junho.

Por meio da assessoria de comunicação da PGM, o procurador geral do município, Martônio Mont’Alverne, informou que só concederá entrevistas sobre o assunto após a audiência.

Figura 06 – Exemplo da organização do corpus

Fonte da notícia:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2011/06/11/noticiasjornalpolitica,2255250/prefeitura-pede-ilegalidade-da-greve-professores-ganham-apoio-da-igreja.shtml>

A notícia acima faz parte de um exemplo de como o *corpus* foi armazenado. Inicialmente dispomos a notícia de modo integral, ou seja, com a manchete, o lide e o texto propriamente dito. Em seguida, registramos os comentários (máximo de três por notícia), da maneira como explicamos nas ilustrações que seguem, e guardamos as fontes de cada webcomentário, para que a leitura da notícia pudesse ser o principal meio de compreensão do contexto em que todas as ocorrências foram produzidas.

A seguir, ilustramos como são dispostos os comentários no *espaço do leitor* e como eles foram tratados neste estudo. Ressaltamos que o exemplo que segue é um webcomentário referente à notícia tratada há pouco.

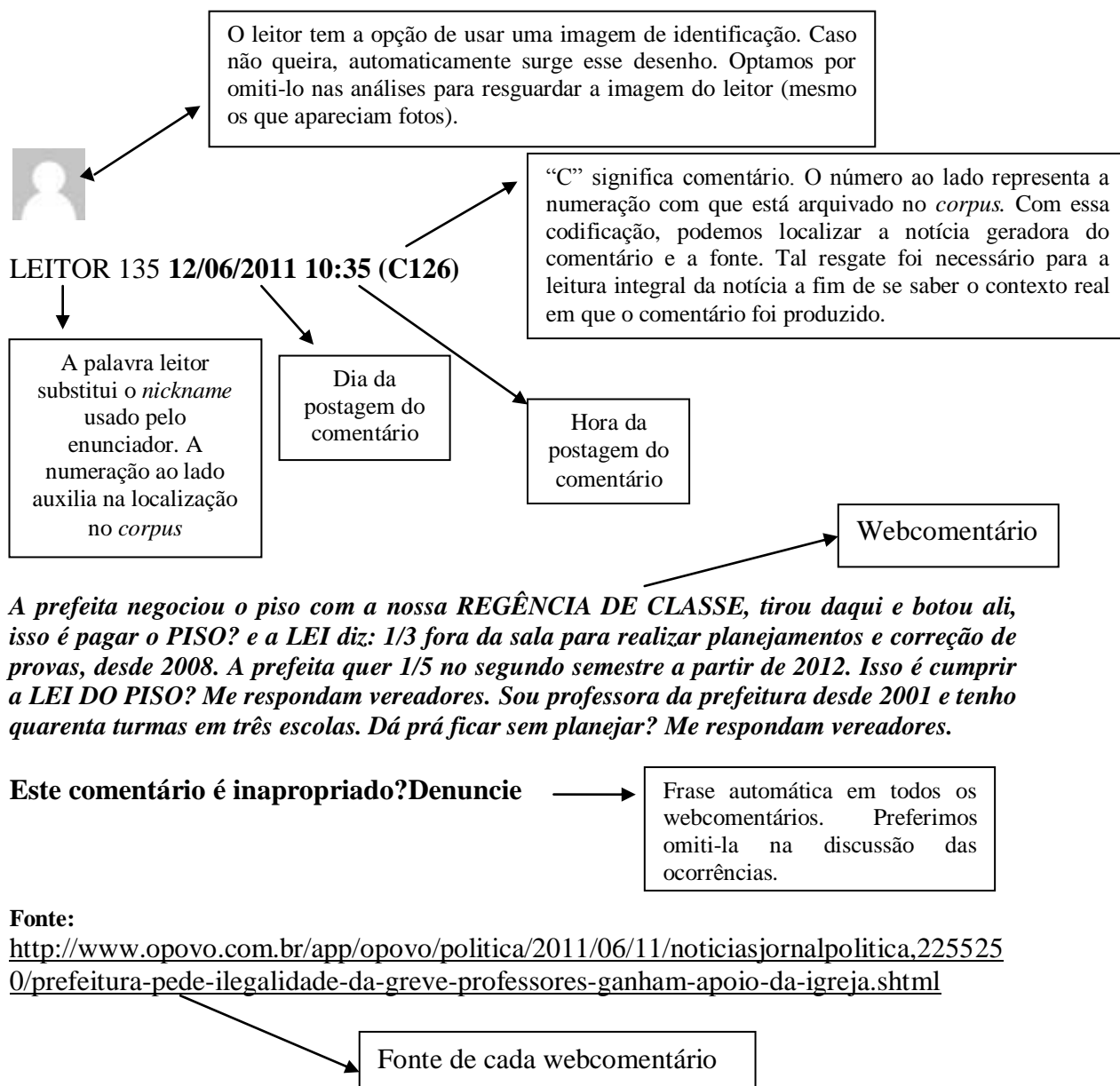


Figura 07 – Explicação da codificação no cabeçalho dos webcomentários

Com isso, as ocorrências apresentadas ao longo desta dissertação como exemplificações, ficaram assim dispostas:

(00)LEITOR 00²¹ 12/06/2011 10:35 (C00)

²¹ É importante destacar que o número da ocorrência no *corpus* (C126) não coincide com o número do leitor (LEITOR 135) porque um mesmo leitor pode fazer dois ou mais comentários, e alguns comentários feitos por leitores não apresentam marcas modalizadoras.

A prefeita negociou o piso com a nossa REGÊNCIA DE CLASSE, tirou daqui e botou ali, isso é pagar o PISO? e a LEI diz: 1/3 fora da sala para realizar planejamentos e correção de provas, desde 2008. A prefeita quer 1/5 no segundo semestre a partir de 2012. Isso é cumprir a LEI DO PISO? Me respondam vereadores. Sou professora da prefeitura desde 2001 e tenho quarenta turmas em três escolas. Dá prá ficar sem planejar? Me respondam vereadores.

Ressaltamos que a fonte foi substituída pela codificação que fica ao lado da hora, entre parênteses (C00) para sintetizar a quantidade de informações em cada comentário. Em cada comentário também destacamos as marcas da manifestação das modalidades em **negrito** e no modo sublinhado. Já os *nicknames* foram substituídos por LEITOR 00 para proteger a face dos leitores. É curioso observar que escolhemos o nome *leitor* para substituir os *nicknames* porque, mesmo eles sendo também produtores textuais, já que escreveram os comentários, eles fizeram isso a partir da leitura de dada notícia, já que temos os webcomentários como respostas às notícias lidas. Antes de serem produtores de texto, eles são, pois, leitores²². Além disso, “leitor” é um nome mais geral que identifica um papel social de usuário, para quem se dirige o jornal.

Neste primeiro momento de coleta, apenas os cinco temas específicos serviam para selecionar os comentários. Então, entre esses comentários, havia textos repetidos, provavelmente por algum erro do servidor do usuário, que foram retirados do *corpus* quando da sua organização. Ao chegar ao fim de cada mês de coleta, o *corpus* era revisto detalhadamente para que textos repetidos, textos em língua estrangeira ou ainda textos inconclusos fossem descartados por não contemplarem os nossos objetivos.

A possibilidade de tecer comentários em *O Povo* é diária e existe para todos os textos disponíveis no webjornal, sejam notícias, editoriais, charges, enquetes etc. É extremamente simples enviar um comentário, não necessitando assinatura do jornal impresso, nem de um cadastro no webjornal ou conta (vinculação financeira com o meio de comunicação) no jornal virtual. Basta apenas fornecer o endereço eletrônico (e-mail), que não é exibido publicamente. A opinião dos leitores é submetida à moderação da equipe do webjornal. É importante salientarmos que, mesmo com a publicação dos comentários por parte da equipe de moderação, qualquer leitor do jornal, se considerar dado comentário indevido (seja por quaisquer razões), pode denunciar a opinião que

²² Destacamos tal justificativa porque poderia parecer estranho nomearmos por *leitor* aqueles que são também *produtores*, termo o qual poderia até ser indicado como mais apropriado, já que nossa pesquisa recai nos textos produzidos por eles e não na leitura realizada.

provocou desconforto ou indignação. Isso é possível por meio de um *hiperlink* abaixo de todos os comentários com a indicação “*Este comentário é inapropriado? Denuncie*”. Para denunciar, o processo é simples: basta fornecer o e-mail, cujo endereço também não será mostrado.

Considerando que os comentários podem servir a vários propósitos e que eles são de diversas naturezas, porque é um gênero bastante heterogêneo, o qual apresenta enunciadores de variadas classes sociais, graus de escolaridade distintos, assim como faixas etárias, recortamos, metodologicamente, como apontamos anteriormente, exemplares desse gênero, delimitando o *corpus*, primeiramente, em relação aos temas:

- a) *Política*
- b) *Economia*
- c) *Cultura*
- d) *Esportes*
- e) *Violência Urbana*

Além do recorte por temas, pressupomos que há, também, baseados em leituras prévias e pesquisa informal, alguns propósitos comunicativos mais recorrentes nos webcomentários. Nomeamos os quatro propósitos mais comuns neste gênero e, com base neles, avaliamos e elegemos como principais propósitos comunicativos ou atos performativos pretendidos:

- a) *Criticar*
- b) *Denunciar*
- c) *Elogiar*
- d) *Sugerir*

Esquemáticamente, a relação entre o tema das notícias de *O Povo* digital e os efeitos de sentido produzidos condiciona a expressão da subjetividade do usuário da língua quando este se manifesta linguisticamente por meio de marcas modais deônticas e epistêmicas em ambiente digital. O ambiente no qual os comentários são feitos é importante para nossa pesquisa, porque acreditamos que o *mídiu*m condiciona o uso de

certas construções linguísticas modalizadoras. Segue um esquema que representa o que acabamos de falar.

Tema – Efeito de sentido

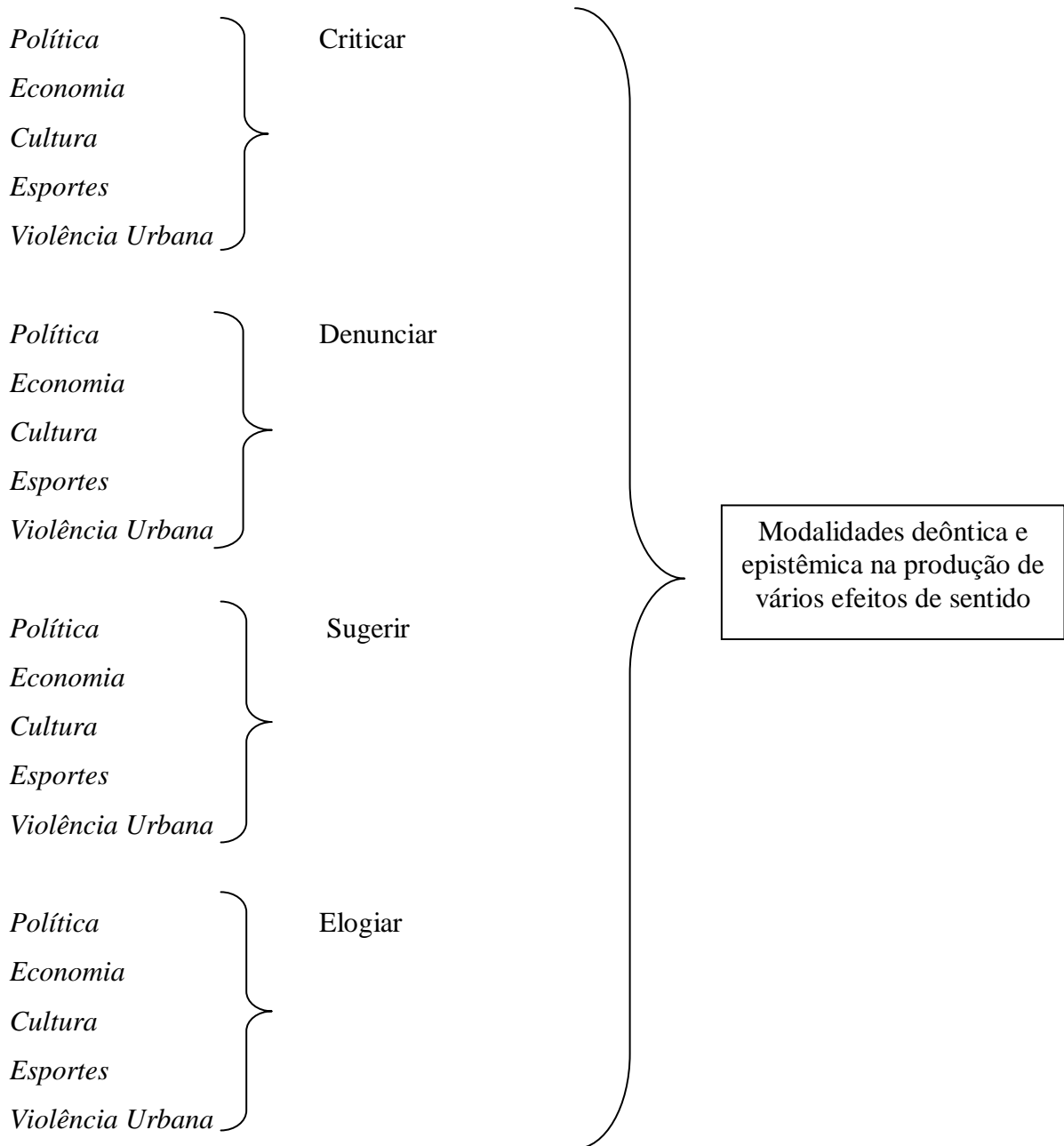


Figura 08 – Esquema da relação entre temas e efeitos de sentido

Ou seja: nos temas *Política*, *Economia*, *Cultura*, *Esportes* e *Violência Urbana*, a pesquisa irá investigar como são construídos linguisticamente os efeitos de sentido *criticar*, *denunciar*, *elogiar* e *sugerir* a partir das modalidades deôntica e

epistêmica. Por exemplo, para criticar, um leitor vai lançar mão de uma das modalidades (ou das duas no mesmo comentário). Esta(s) modalidade(s) condiciona(m) a produção de dado efeito de sentido, por meio de marcas específicas de modalização.

Por exemplo, dentro do tema *Cultura*, podemos encontrar quatro, entre outros possíveis, efeitos de sentido mais comuns: *criticar*, *denunciar*, *sugerir* e *elogiar*. Para criticar, o leitor irá usar qual modalidade? Quais marcas ele irá adotar como estratégia de construção linguística que denote determinada modalidade? Dentre as possibilidades, teremos:

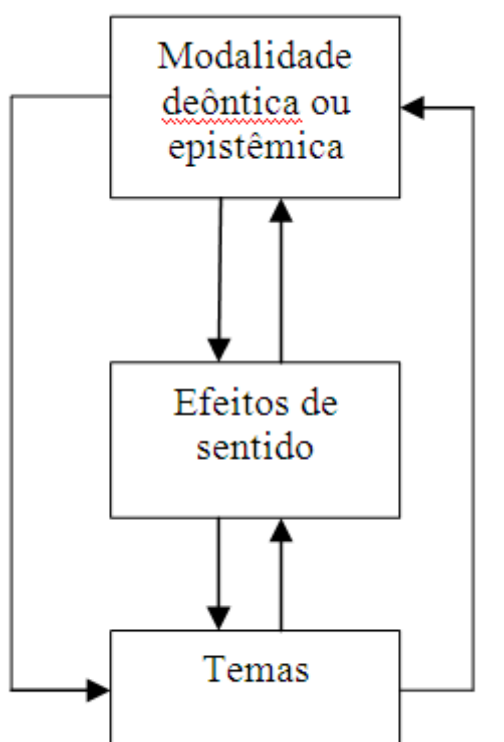


Figura 09 – Relação entre tema, efeito de sentido e modalidade

Com maiores detalhes, teríamos:

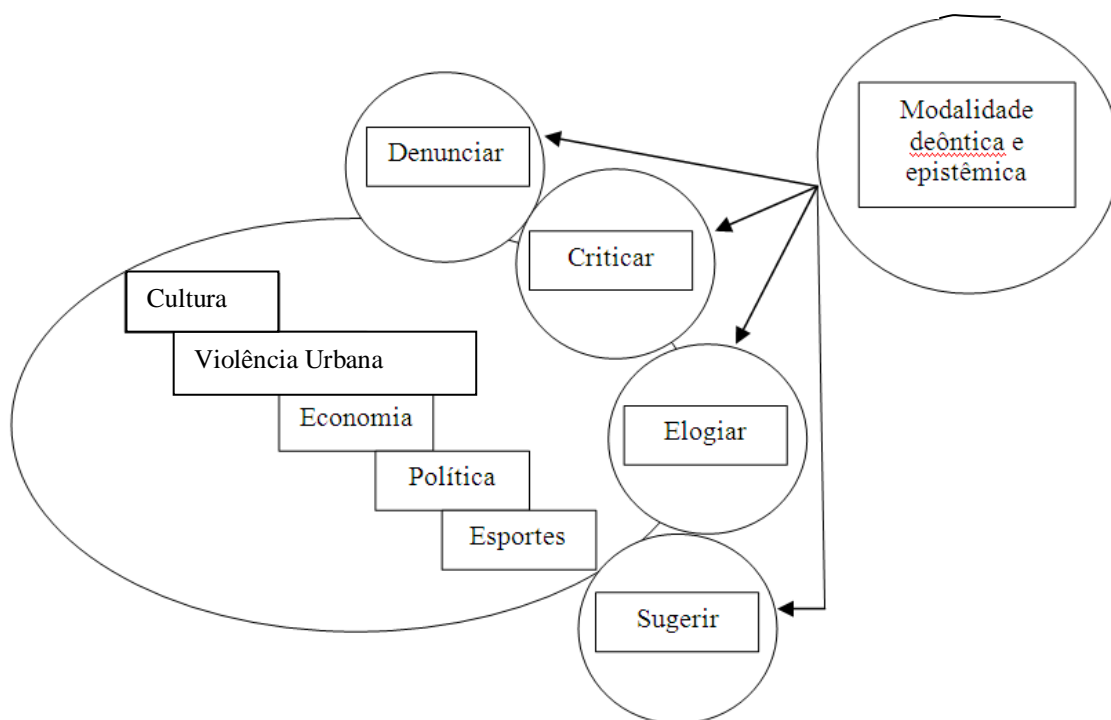


Figura 10 – Rede de relações entre modalidades, propósitos e os temas

5.2 Análise quantitativa

Tendo por base os cinco temas e os quatro propósitos em foco, vamos proceder à análise quantitativa das categorias modalidade deontica e epistêmica, assim:

- I) Identificação dos meios modais *deônticos* e *epistêmicos* no *corpus*;
- II) Constituição e organização de um *corpus* de ocorrências e digitalização no programa SPSS²³;

As ocorrências serão organizadas conforme: (1) tema, (2) propósito e (3) efeitos de sentido pretendidos.

III) Classificação das ocorrências, segundo a natureza da modalidade, os efeitos de sentido e as marcas modais usadas para a construção dos tais efeitos;

IV) Análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos.

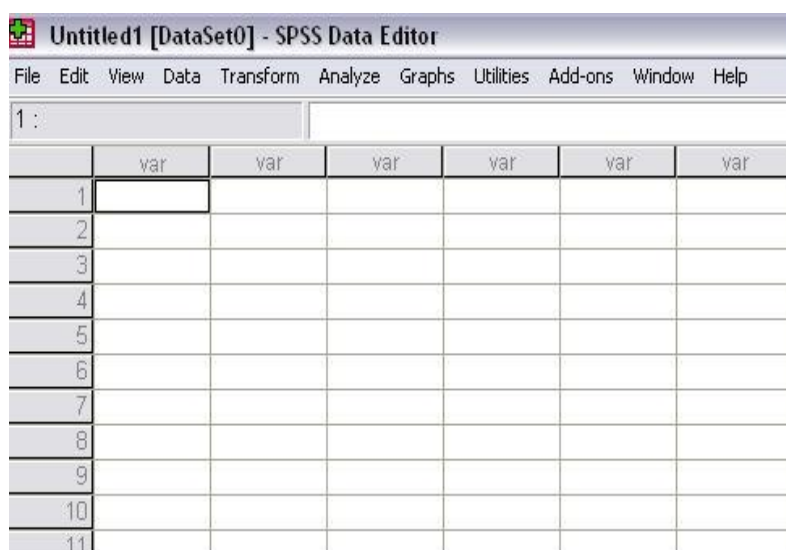
A análise quantitativa será realizada por meio do programa SPSS (versão 7.5 para *Windows*). O referido programa computacional vai ser usado para calcular

²³ SPSS é um *software* aplicativo (programa de computador) do tipo científico, acrônimo de *Statistical Package for the Social Sciences* - pacote estatístico para as ciências sociais.

frequências, levando-se em consideração os elementos já citados (natureza da modalidade, marcas modais e efeitos de sentido pretendidos). Além disso, o SPSS permite a transformação de dados estatísticos em representações gráficas. Já para a análise qualitativa, iremos adotar o paradigma funcionalista para interpretar o uso da modalidade na interrelação com alguns conceitos, tais como a noção de gênero discursivo em Bakhtin, a noção de *mídiu*m e de discurso em Maingueneau.

Objetivando desenvolver a análise quantitativa de modo satisfatório, escolhemos trabalhar com o programa estatístico SPSS (versão 7.5 para *Windows*), já que ele disponibiliza resultados percentuais exatos. Isso reverbera positivamente em nossa pesquisa, porque precisamos de métodos precisos para aferir a manifestação de nosso objeto. A interface e a manipulação do programa SPSS se assemelha ao Excel em relação à disposição de elementos operacionais (barra de ferramentas, barra de menu, caixas de diálogo) e permite a arquitetura automática de gráficos ou tabelas a partir dos dados quantitativos.

O SPSS tem: (1) Editor de dados, o qual permite introduzir, modificar, corrigir e visualizar informações; (2) “*Viewer*”, que é uma janela, na qual se atenta para os resultados estatísticos, os gráficos e as tabelas; (3) Tabelas dinâmicas, as quais possibilitam a exploração de dados, rearranjando linhas e colunas; (4) Gráficos e (5) Acesso a base de dados, que permite inclusive a importação de fichários de texto. Na sequência, há dois exemplos visuais da interface do programa SPSS.



The image shows a screenshot of the SPSS Data Editor window. The title bar reads "Untitled1 [DataSet0] - SPSS Data Editor". Below the title bar is a menu bar with the following options: File, Edit, View, Data, Transform, Analyze, Graphs, Utilities, Add-ons, Window, and Help. Below the menu bar is a toolbar with a single icon labeled "1:". Below the toolbar is a data grid with 11 rows and 7 columns. The first row has a header row with the word "var" in each of the seven columns. The rows are numbered 1 through 11 in the first column. The first cell of row 1 is selected.

	var	var	var	var	var	var
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						

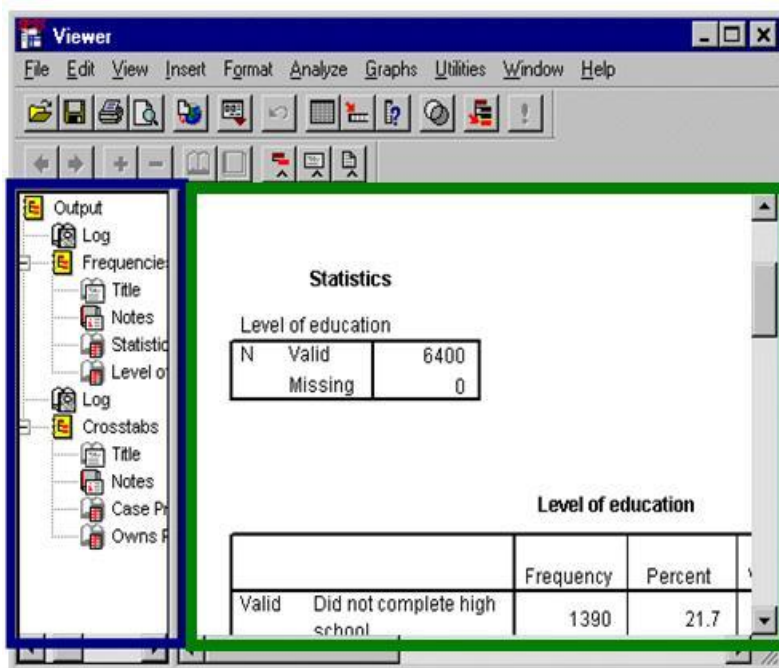


Figura 11
Amostras da interface do SPSS

Visando à eficiência das análises, precisamos instaurar parâmetros de observação de dados, por meio dos quais as ocorrências serão percebidas em sua descrição e análise. Propomos algumas categorias de análise para tentar contemplar os componentes sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos da categoria modalidade deôntica e da epistêmica:

I – Tipo de modalidade²⁴:

- a) *Modalidade deôntica*
- b) *Modalidade epistêmica*

II – Propósitos comunicativos:

- a) *Denunciar*
- b) *Criticar*
- c) *Elogiar*
- d) *Sugerir*

²⁴ A conceituação de cada categoria foi explicitada no decorrer do texto quer seja na fundamentação teórica quer seja nesse mesmo capítulo.

III – Temas:

- a) *Política*
- b) *Economia*
- c) *Cultura*
- d) *Esportes*
- e) *Violência Urbana*

IV – Modos de expressão das modalidades deôntica e epistêmica:

- a) *Verbo auxiliar modal*
- b) *Verbo pleno*
- c) *Adjetivo*
- d) *Substantivo*
- e) *Advérbio*
- f) *Modo e tempo verbal*
- g) *Outras construções com valor modal*

V – Valores Deônticos

- a) *Obrigaçã*
- b) *Permissã*
- c) *Proibiçã*

VI – Tipo de Fonte Deôntica

- a) *Indivíduo;*
- b) *Instituiçã;*
- c) *Nã*-especificado.

VII – Tipo de Alvo deôntico

- a) *Indivíduo*
- b) *Instituiçã*
- c) *Nã*-especificado

VIII – Valores epistêmicos

- a) *Realis*
- b) *Irrealis*
- c) *Pressuposição*
- d) *Negação*

IX – Natureza epistêmica

- a) *Objetiva*
- b) *Subjetiva*

No capítulo seguinte, operacionalizamos conceitos abordados na fundamentação teórica com o tratamento analítico das ocorrências e a discussão dos resultados.

Análise e discussão dos resultados

“A ciência nunca resolve um problema sem criar pelo menos outros dez”

(George Bernard Shaw)

Neste capítulo trataremos das análises e discussões das ocorrências, ressaltando, nos webcomentários do jornal eletrônico *O Povo*, a relação entre os temas *Política, Economia, Cultura, Esportes e Violência Urbana* e os tipos de modalidade usados para a construção de diversos efeitos de sentido.

As discussões que seguem abordam a análise das 200 ocorrências selecionadas do jornal digital *O Povo* no período correspondente aos meses de junho de 2011 a fevereiro de 2012. A apresentação e discussão dos resultados seguem, por razões metodológicas, em seções específicas, a saber: temas dos webcomentários, tipos de modalidade, subtipos deônticos, subtipos epistêmicos e construção dos efeitos de (des) comprometimento.

6.1 Temas²⁵ dos webcomentários

Os webcomentários do jornal *O Povo* tratam dos mais diversos temas, como já dissemos no capítulo anterior, mas escolhemos os cinco temas que, potencialmente, apresentariam mais notícias, tendo em vista a repercussão social das informações veiculadas, com a expectativa de que os webcomentários, gerados nesses temas, fossem em número e diversidade mais significativos, ou seja, nossa escolha se deu em virtude de tomarmos os temas *Política, Economia, Cultura, Esportes e Violência Urbana* como os mais recorrentes em conversas do cotidiano das pessoas. As notícias desses temas, então, poderiam ser a fonte usada por eles para tomarem conhecimento ou obterem maiores informações a respeito de certo assunto. Com efeito, no processo de leitura, os leitores poderiam, então, registrar ali mesmo, naquele ciberespaço, seu posicionamento

²⁵ É importante dizer que, em diversas vezes, os webcomentários trataram de mais de um tema. Nossa classificação foi realizada tendo em vista o assunto que preponderou sobre os demais.

acerca do que leu; teríamos, pois, a oportunidade de resgatar ocorrências reais do uso da língua.

Na medida em que íamos lendo os comentários, íamos estudando as temáticas que eram tratadas neles. Ressaltamos que não fizemos a classificação dos comentários por temas de acordo com os cadernos²⁶ do jornal *O Povo*, mas pelo comentário em si. Deparamo-nos com situações em que certos webcomentários foram produzidos no caderno de *Economia*, por exemplo, mas cuja opinião dizia respeito a outro tema. Nesses casos, fizemos a classificação segundo o tema tratado no webcomentário, e não de acordo com o caderno em que estava inserido. O que era esperado por nós, os webcomentários serem correspondentes tematicamente aos cadernos do jornal, nem sempre aconteceu.

Destacamos que a coleta do *corpus* alcançou um número bem maior do que o de ocorrências aqui tratadas. Fizemos um corte no *corpus* tendo em vista a maior amplitude possível do número de notícias comentadas. Poderíamos escolher algumas notícias, as mais comentadas, e estudar os comentários delas, mas poderia haver pouca variação no uso dos modalizadores, se fôssemos analisar, por exemplo, cinquenta webcomentários de uma mesma notícia. Não é nosso interesse focar em poucas notícias, pois, se assim fizéssemos, limitaríamos muito as possibilidades de investigação da manifestação das modalidades deôntica e epistêmica em comentários de vários temas e de várias notícias.

Além disso, a pesquisa ficaria comprometida do ponto de vista das variáveis, em que uma delas é o *tema*, pois, mesmo considerando possíveis desvios de tema por parte dos leitores-produtores de comentários, a maioria dos comentários representaria apenas um tema, o que, inevitavelmente, privilegiaria algum tema. Essa situação iria de encontro a uma de nossas hipóteses, a de que é a relação entre os temas e os efeitos de sentido (propósitos comunicativos), e não os temas apenas, que condiciona o tipo de modalidade usado. Tais constatações nos levaram a adotar um critério de corte: mesmo que os comentários de uma dada notícia, independentemente

²⁶ Divisões temáticas dos jornais.

dos temas, ultrapassasse três comentários, ficamos com o limite de, no máximo, três comentários por notícia²⁷.

Com efeito, acreditamos que o corte no *corpus*, o qual repercutiu na redução do número de ocorrências, foi necessário e benéfico à pesquisa. Levando em consideração os critérios das triagens explicitadas no parágrafo anterior, chegamos a 155 comentários, dos quais constam 200 ocorrências. São, portanto, dois *corpora* distintos: o *corpus* de amostras textuais, constituído por comentários do webjornal *O Povo*, publicados entre junho e dezembro de 2011 e janeiro a março de 2012, pertencentes a cinco temas específicos: *Política*, *Economia*, *Cultura*, *Esportes e Violência Urbana*, totalizando 155 comentários, e o *corpus* de ocorrências, qual seja a identificação, nos webcomentários, de expressões modalizadoras em cada contexto, totalizando 200 ocorrências.

Dentre os vários assuntos que serviam de mote para a produção do comentário estavam: (i) exposições críticas de leitores revoltados com certas atitudes de políticos, divergências político-partidárias e oposição (ou apoio) às gestões públicas atuais; (ii) comentários que tratavam de finanças e questões relacionadas ao setor financeiro, como aumento de juros, taxas, impostos ou ainda sobre salários, aposentadorias e promoções; (iii) posicionamentos de leitores em relação às questões culturais, tais como apresentações artísticas, exposições e eventos, bem como manifestações argumentativas sobre matérias a respeito de artistas famosos; (iv) textos que criticavam, defendiam ou elogiavam atletas, técnicos e equipes das mais diversas modalidades esportivas e (v) desabafo pessoais acerca da violência na cidade, das causas e consequências de atos criminosos em Fortaleza.

Os comentários já citados em (i), bem como outros assuntos referentes ao campo político, pertencem ao tema que nomeamos *Política*. Optamos por nomear como *Economia* os comentários aludidos no item (ii) do parágrafo anterior. Os comentários identificados em (iii) foram tratados como pertencentes ao tema *Cultura*. Em relação aos comentários do item (iv), desenvolvem o tema *Esportes*. No que diz respeito aos comentários de (v), pertencem ao tema *Violência Urbana*.

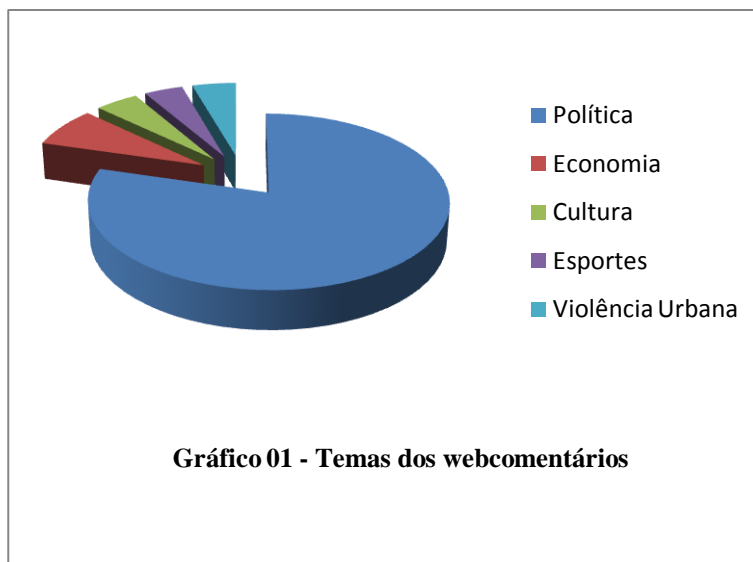
²⁷ Ressaltamos ainda que a pesquisa usou outros critérios: exclusão de comentários em língua estrangeira, comentários repetidos ou incompletos, cujo sentido era ininteligível.

Ressaltamos, contudo, que, dentro do tema *Política*, poderia haver, se fosse do nosso interesse em detalhá-lo, subtipos de temas políticos, tais como: políticas públicas de educação, de saúde, de meio ambiente etc. Por considerarmos tais possíveis subtipos como dispensáveis aos nossos intentos, preferimos sintetizá-los em um só macrotipo, por assim dizer.

A única exceção que fizemos foi em relação aos comentários que tratavam de segurança pública. Fizemos isso por conta de duas razões: primeiro, pelo fato de os comentários que tratavam deste assunto serem em número bem mais significativo, em comparação aos outros possíveis subtipos de política, o que justificaria a abertura de mais um tema na pesquisa com independência em relação aos outros; segundo, porque os comentários que abordavam o tema *segurança* não tratavam necessariamente de segurança pública, desviando a responsabilidade pela existência de crimes para outras frentes, tais como desestruturação familiar, falta de fé, ociosidade de jovens, vícios diversos etc., ou seja, mesmo que as consequências de tais circunstâncias não fossem causadas pela possível improbidade de autoridades políticas, a violência se fazia presente. Nos casos, então, em que a violência era o principal tema do comentário, optamos por tratar tais webcomentários como pertencentes ao tema que nomeamos *Violência Urbana*²⁸.

O gráfico 01 apresenta resultados relativos aos temas em que se inserem os webcomentários analisados nesta pesquisa.

²⁸ O adjetivo “urbana” se justifica porque todos os webcomentários coletados, em relação ao tema, tratavam de crimes ocorridos em Fortaleza ou Região Metropolitana. Fizemos questão de especificar que tipo de violência também, porque muitas outras ações podem ser consideradas violência no sentido *lato* do termo, por exemplo, a falta de medicamentos e de médicos nos postos de saúde é uma violência aos direitos dos cidadãos, porém, esse tipo de violência foi tratado no tema *Política*. Portanto, o tema *Violência Urbana* é entendido por nós como um conjunto de webcomentários que abordam problemas de ordem policial da cidade de Fortaleza (ou Região Metropolitana) e que tenham uma conotação de crimes previstos em lei, tais como assaltos, roubos, sequestros, assassinatos, arrastões, estupros, invasões etc.



De acordo com gráfico 01, verificamos que todos os temas escolhidos por nós foram contemplados no conjunto de amostras textuais de webcomentários. O tema que se destacou nos comentários foi *Política*, com 79,5% de casos, seguido de *Economia* (7,5%), *Cultura* e *Violência Urbana*, cujos registros alcançaram a mesma frequência (4,5%), e *Esportes*, com 4% dos registros. Seguem, respectivamente, exemplos de ocorrências²⁹ em cada um dos temas: *Política*, *Economia*, *Cultura*, *Esporte* e *Violência Urbana*.

(01) LEITOR 13 04/08/2011 10:38 (C185)

Eu sou pai de um aluno que estuda na escola pública que está prestes a entrar em greve, acho que o direito de greve é legítimo e deve ser exercido. Mas, tão importante quanto o direito de greve é o direito do aluno em ter 200 dias letivos. Sendo assim, é preciso pensar em uma maneira para que o alunos não tenha sua vida escolar prejudicada.

(02) LEITOR 18 02/06/2011 15:30 (C56)

Tudo subiu de preço, acho até que demorou para aumentarem a tarifa dos táxis.

(03) LEITOR 16 14/06/2011 17:40 (C47)

Ela gosta de Simon and Garfunkel .. muito bom saber dessa novidade .. fiquei super feliz ao saber disso .. quem gosta de Simon and Garfunkel são os que realmente entende de musica

(04) LEITOR 21 15/07/2011 10:23 (C139)

²⁹ Os exemplos foram reproduzidos tais quais os originais. A edição que fizemos foi em relação ao tipo e ao tamanho da fonte para que eles ficassem em harmonia espacial com o corpo do texto, além de ficar em consonância com as regras da ABNT e ao realce em itálico para distinguir os exemplos da interpretação realizada.

*Se souberem aproveitar bem o garoto, lançando na hora certa para ganhar confiança e maturidade, tem tudo para deslanchar. Já puvi algumas críticas ao Ferdinando por não está colocando o Eduardo no time, pelo tenham calma, pois os garotos **devem serem** lançados nas partidas em que o time esteja com o jogo ganho e sobre domínio, para que os mesmos entre sem a pressão de terem que resolver a situação e sim para se soltarem e jogarem com naturalidade, esse é meu **ponto de vista** e **acho** que na hora certa o Ferdinando irá saber aproveitar esse talento. Quem não lembra quando ele lançou o Erandir, todo mundo achando que não iria dar certo. Vamos em frente Leão!*

(05) LEITOR 24 03/06/2011 12:20 (C61)

*com grande tristeza recebi a noticia dessa morte do farias ,um pai dedicado,um cidadão honesto e trabalhador,lamento que uma pessoa tão maravilhosa tenha perdido a vida tão cedo , por morar em um pais sem lei, **sem dúvida** esse é o nosso tão mal falado brasil.*

Após a leitura dos exemplos de webcomentários por temas, é importante lembrarmos que eles apresentam inúmeros propósitos comunicativos, sendo um dos nossos objetivos, apresentar quais dos propósitos são os mais recorrentes e de que modo o fenômeno *modalidade* estrutura linguisticamente os intentos do enunciador³⁰, articulada com a produção argumentativa. Os exemplos apontados anteriormente são amostras do gênero webcomentário e, com as manifestações da modalidade em destaque, foram trazidas para ilustrar as múltiplas nuances semântico-pragmáticas que as manifestações da modalidade linguística podem instaurar no ato de enunciação.

Com a leitura dos exemplos (01) a (05), já é possível que façamos uma discussão acerca dos modalizadores deônticos e epistêmicos como elementos cruciais para a construção dos diversos efeitos de sentido. Em (01), por exemplo, temos um webcomentário de uma notícia sobre a greve dos professores no município de Fortaleza, em que o produtor do texto se apresenta como pai de um estudante da rede pública de ensino. Ele demonstra que entende a questão da greve como instrumento de reivindicação social, ao mesmo tempo em que solicita uma mediação para que os estudantes, entre eles, o filho, não fiquem prejudicados. Para tanto o enunciador lança mão de um verbo indicador de opinião (*achar*) para introduzir a sua argumentação. Nesse início de opinião, o enunciador usa uma marca modal na expressão *acho legítimo*

³⁰ Convém destacar que a identificação do leitor/produtor do comentário como *enunciador* se dá para distingui-lo dos leitores do jornal em geral.

o direito de greve, identificada como indicativa de modalidade epistêmica subjetiva, já que o produtor do comentário indica seu comprometimento em relação ao que disse.

Adiante, o mesmo enunciador usa um verbo modal (*dever*), indicando a modalidade deôntica do subtipo obrigação, já que requer, não se sabe de quem, especificamente, que uma medida seja tomada. Tal traço, no contexto, pode ser lido como manifestação da modalidade deôntica também, tal como o reforço seguinte, a construção *é preciso* (deôntica objetiva), em que o adjetivo está em posição predicativa.

Já em (02), temos um exemplo do tema *Economia*. Na amostra, percebemos que o enunciador manifesta sua opinião a respeito do aumento da tarifa dos táxis em Fortaleza. A notícia que suscitou o webcomentário tratava justamente da insatisfação dos usuários de táxi em relação aos valores que estavam sendo cobrados pouco tempo depois da divulgação da nota pelo Sindicato dos taxistas. A opinião expressa no comentário é uma constatação de que os preços dos produtos e serviços em geral estavam aumentando, e as tarifas de táxi até demoraram a subir. O comentário caracteriza um fato como esperado pelo leitor, não causador de surpresa. Ele indica isso por meio de um verbo de opinião (*achar*), o qual instaura, na frase, a modalidade epistêmica *subjetiva*, que retrata a atitude do falante em relação ao conteúdo de sua opinião, exposta no comentário.

Em relação ao tema *Cultura*, o exemplo (03) ilustra um caso de modalidade epistêmica por meio de um advérbio (*realmente*), que confere certeza, autoridade de quem afirma um conteúdo, sem margem para dúvidas. A notícia dizia respeito às curiosidades do sucesso da cantora Paula Fernandes. Ao afirmar que a cantora gosta de determinados artistas, o enunciador encerra a idéia definitiva de que ela, com certeza, entende de música, já que gosta de dado estilo musical. Com o provável propósito comunicativo de revestir a frase de credibilidade e ganhar a confiança do leitor de seu comentário, o enunciador assevera o talento de Paula Fernandes e a legitima como grande artista da música.

O exemplo (04), representando o tema *Esportes*, ilustra um caso de produção do efeito de sentido de conclamar o time Fortaleza, apresentado pelo epíteto de *Leão*, a confiar no técnico do time, Ferdinando, em relação ao aproveitamento do talento

futebolístico do jogador Eduardo. Tal efeito de sentido poderia ser reforçado por marcas modais de certeza epistêmica, mas o enunciador lança mão de escamoteamento, isto é, ele hesita em afirmar certeza, com a construção com verbo auxiliar modal *devem serem* [devem ser], o substantivo *ponto de vista* e o verbo de opinião *achar*. Com esses meios, o autor do comentário colocou o conteúdo do que disse no terreno da opinião pessoal, e não como um consenso.

Com isso, o enunciador poderia enfraquecer (ou pelo menos não fortalecer) sua tentativa de convencer a torcida tricolor. A finalização da frase, contudo, neutraliza o possível enfraquecimento de sua atitude, com uma provocação aos leitores, quando os convida a lembrar de uma situação anterior parecida, em que o time não confiou na equipe técnica, mas, mesmo em meio a um clima de desconfiança, a direção provou que era competente.

Em relação ao exemplo (05), que diz respeito ao tema *Violência Urbana*, o enunciador, ao contrário do que aconteceu no exemplo anterior, corrobora a certeza que tem ao tecer ferrenhas críticas ao Brasil, especificamente quando se trata de questões ligadas a injustiças e a impunidades. Por meio da expressão *sem dúvidas*, o enunciador marca sua certeza epistêmica. No contínuo epistêmico, essa expressão estaria no extremo da certeza, ao lado de expressões como *exatamente*, *certamente* ou *com certeza absoluta*.

Não há chances de o leitor questionar a posição argumentativa defendida, pelo menos de imediato, haja vista o fato de se tratar de um assunto delicado para a maioria das pessoas: a perda de um ente querido, principalmente de forma criminosa. A construção do argumento do enunciador, iniciada pelo adjunto adverbial *com grande tristeza* e confirmada pelo verbo *lamento*, anuncia ao leitor a posição desconfortável em que se encontra no ato da enunciação do webcomentário.

O possível efeito de sentido intencionado pelo enunciador seria o de provocar uma reflexão pelo leitor daquele comentário, que, por sua vez, já teria lido a notícia. Ao ler uma notícia sobre um crime qualquer, as pessoas, em geral, se solidarizam com as famílias das vítimas. Partindo dessa premissa, se o leitor tiver a oportunidade de ler o webcomentário de uma pessoa próxima da vítima, a notícia ganha

respaldo e credibilidade. O desabafo do enunciador pesa significativamente na reflexão contida no comentário e acaba por ser uma extensão da notícia, já que, além de suplementar informação repassada, o comentário de uma pessoa envolvida nos fatos ou próxima deles acaba também por servir de legitimação da notícia veiculada, pois confere verdade ao que foi informado.

Verificamos que a maioria dos webcomentários aborda o tema *Política* (79,5%), com a maioria deles de críticas à gestão municipal e estadual. Lembramos que o número elevado de webcomentários na seara política talvez não se deva ao fato de, no ano corrente, acontecerem as eleições municipais, pois o período de coleta iniciou-se um ano antes do referido ato político. Embora alguns comentários de política fizessem alusão às eleições próximas, como tentativas de profecias eleitorais, a maior parte dos comentários desse tema girava em torno de fatos presentes ligados à administração pública, muito embora os titulares de cargos responsáveis pela administração pública desejem “fazer” sucessores.

Quer tenham sido para criticar ou elogiar os gestores da capital ou do estado cearense, os comentários tecem considerações judicativas acerca dos problemas de ordem estrutural da cidade de Fortaleza ou de questões político-partidárias. Os autores dos comentários, muitas vezes, se comportam como assessores dos governantes e chegam a sugerir soluções para problemas diversos ou opinar sobre decisões já tomadas pelos gestores públicos. Notemos os exemplos (06) a (08) que ilustram a questão:

(06) LEITOR 02 03/09/2011 12:51 (C50)

Nem tanto e nem tão pouco. É preciso sim que haja interferência da mídia como fiscalizador dos poderes, mas que seja imparcial (o que não tem sido) e é preciso lembrar também que esses políticos que estão fazendo essas proezas com o erário, já são bem antiquinhos na arte bem antes do Lula e a maioria só foi pra o lado da situação para continuar a roubar. Bem próprio dos maus políticos. Precisa sim fazer uma faxina geral em todas as esferas do poder. Necessário e urgente.

(07) LEITOR 17 02/09/2011 15:27 (C177)

Considero que Luizianne Lins fez a escolha certa. Como o próprio sindicato falou, Elmano já negociava com os professores, o que já facilita o diálogo e a aproximação.

(08) LEITOR 19 19/07/2011 06:16 (C180)

*A verdade é que há sete anos a nossa prefeita não fez **absolutamente** NADA com relação à malha viária de Fortaleza, deixando a situação em um nível crítico! Nunca vi, desde a Maria Luíza, a cidade tão acabada! Quem tem carro sabe disso! Agora, já com as eleições em vista e perto de desocupar o cargo, começa a investir pesado nas obras e também na MÍDIA (\$\$\$), com falsas propagandas, tentando lavar a mente do povo e afastar o óbvio! PÉSSIMA PREFEITA! E ainda tem gente que elogia! Esse pessoal **deve ter** morado, nesses últimos anos, na Suécia!!!*

No exemplo (06), o verbo *precisar* comanda o uso das marcas modais. Na primeira vez em que ele surge no texto, especificamente na construção do adjetivo em posição predicativa (*é preciso*), esta marca modal projeta o valor deôntico de obrigação, possivelmente intencionado pelo enunciador, ao sinalizar o posicionamento ideológico dele ao defender que a mídia precisa interferir na fiscalização dos poderes públicos. O enunciador traz, ainda, a recordação aos colegas leitores do jornal de que, mesmo com a questão da mídia como agente fiscal, o povo tem que lembrar que não são políticos novatos que praticam a politicagem.

O enunciador lembra isso, talvez como uma advertência de que o povo precisa escolher melhor os seus representantes. A construção do texto apresentado funciona como uma cadeia de argumentos em que os leitores precisam inferir que o comentário propõe o cuidado na hora de oficializar o voto, pois não há mídia fiscalizadora que seja suficiente para coibir ou acompanhar políticos corruptos. Podemos deduzir isso a partir da segunda vez em que a construção do adjetivo em posição predicativa *é preciso* é usada no texto. Nesse segundo registro, o enunciador parece cobrar a atenção dos eleitores, construindo um efeito de sentido de advertência, já que ele parece querer avisar que nada adianta, pois nem mesmo a mídia, apresentada antes no texto como agente fiscal, pode ser suficiente se os leitores não fizerem a parte deles, isto é, se eles não forem atentos desde a época de eleições.

É importante ressaltar que o enunciador constroi esse efeito sem identificar o destinatário dos “recados”. O alvo deôntico, ou seja, a instância em que o valor deôntico recai, é não-especificado, haja vista não termos como atribuir alguém em especial. É praticamente a instauração de uma generalização, pois o recado não seria para alguém específico, mas para qualquer pessoa que não vota conscientemente.

Ainda no exemplo (06), a marca modal *precisa sim* retoma e corrobora a primeira menção de modalidade no texto, quando o enunciador lança mão da expressão *é preciso* pela primeira vez. Defendemos que seja uma retomada, porque a segunda vez em que o enunciador usa *é preciso* é como se fosse para abrir um espaço necessário de lembrança aos leitores, uma advertência com nuances de sugestão, isso implica num leve desvio de assunto no texto. A volta ao assunto central tratado no comentário é feita com a afirmação de que uma “faxina geral” *precisa sim* ser realizada dentro dos poderes públicos.

O advérbio de afirmação *sim* reforça a modalidade que é introduzida e mantida no comentário, a modalidade deôntica que sustenta o efeito de sentido de obrigação, mesmo não indicando exatamente a quem cabe a obrigação. Isso significa dizer que o *alvo* é não-especificado, o que pode implicar na preservação da face do leitor. A modalidade deôntica, instaurada pelas construções *é preciso* e *precisa sim* sustenta o intento de não-especificação de quem é obrigado a algo. Já a fonte é deitivamente óbvia, ou seja, o autor do comentário.

Já em (07), o enunciador lança mão da modalidade epistêmica para produzir o efeito de *apoio* à governante municipal, Luizianne Lins. Quando usa o verbo de opinião *considerar*, o enunciador prepara o discurso para a introdução da opinião dele. Percebamos que o enunciador, embora demonstre certeza no que fala, não defende fortemente o conteúdo da declaração. Isso não significa dizer que a declaração dele não é coberta de sentidos e de traços de certeza, mas quer dizer que nela não é explicitado um maior grau de comprometimento.

Tal registro se constitui como uma asseveração *irrealis*, já que, no contínuo de certeza, essa declaração estaria na posição de fracamente enunciada. Além disso, podemos afirmar também que a modalidade epistêmica usada no exemplo (07) é *subjativa*, já que o verbo está em primeira pessoa, traço característico da modalidade subjativa, em que o sujeito enunciador se coloca no discurso. Mesmo não se comprometendo tanto com o que diz no comentário, o produtor do webcomentário não perde credibilidade, pois a honestidade dele pode ser benéfica à declaração. Com isso, o produtor do comentário, a nosso ver, usou de astúcia argumentativa para produzir o efeito de sentido de pessoalidade, e tentar convencer os interlocutores de forma a não se comprometer tanto quanto se usasse traços indicativos de mais certeza.

No que diz respeito ao exemplo (08), podemos considerar que o enunciador declara insatisfação total com a administração da prefeitura da capital cearense. Como pauta principal da crítica, ele foca em transtornos da malha viária das ruas de Fortaleza. Com o advérbio modal *absolutamente*, seguido de outro advérbio, *nada*, o enunciador constroi a certeza para acionar o efeito *crítica*. A crítica deste enunciador ganha em credibilidade quando ele afirma veementemente seu grau de certeza no que diz. Já o advérbio *nada* realça a nuance semântico-pragmática que o termo invariável *absolutamente* alcança. Lembramos que estamos identificando o propósito comunicativo com o efeito de sentido, por esta razão tomamos um por outro, como termos intercambiáveis, como suscita a explicação do efeito/propósito *crítica*.

O modalizador *absolutamente*, então, é *subjetivo* por tomar como escopo uma proposição que é parte do conhecimento particular do enunciador que, através dele, pode marcar o seu comprometimento. A construção *deve ter*, já no fim do webcomentário, marca também epistemicamente a posição do enunciador, mas, desta vez, de modo menos assertivo (modalidade objetiva), a respeito do fato de que, segundo ele, os apoiadores da gestão municipal estariam morando em país europeu, insinuando, com isso, que os militantes da prefeitura não conheciam a cidade, e apenas isso justificaria a defesa dela.

No segundo uso de modalizadores, o enunciador produz um efeito de sentido de *humor*, que resguarda ainda o teor crítico aguçado anteriormente. Desta vez, a construção modal *deve ter* não expressa tanta certeza quanto à primeira marcação modal, pois, no início do webcomentário, o enunciador lança mão da manifestação epistêmica de alto comprometimento, o que conotaria o estatuto de asserção do tipo *pressuposição*, já que a posição argumentativa foi posta como sabida por todos, como uma ideia socializada pela maioria. Já com o uso do modalizador *deve ter*, o enunciador estrutura a sua opinião envolta de imprecisão no que profere, o que implica tipologicamente na classificação da manifestação epistêmica como asserção *irrealis*, pois tal afirmação é fracamente defendida, é passível de dúvidas na aceitação de quem lê o webcomentário produzido pelo leitor.

Embora os temas dos comentários dependam dos temas das notícias publicadas, esse resultado sugere que foram as notícias com o tema *Política* que instigaram a maioria dos comentários feitos. Contudo, não podemos afirmar que o tema necessariamente é o “chamariz” de leitores e de webcomentários, mas as notícias que foram veiculadas nesse tema é que atraíram a atenção dos leitores e os motivaram a externar, nos webcomentários, a sua atitude responsiva.

Destacamos, na análise dos temas, que as manchetes conduzem o leitor para dadas notícias em detrimento de outras, assim como a disposição espacial da manchete na página de abertura do jornal eletrônico *O Povo*. A manchete apelativa (e, muitas vezes, provocativa) de algumas notícias tem relação com essa frequência, pois pode provocar indignação da população referida, direta ou indiretamente, no conteúdo da manchete, motivando, desse modo, uma necessidade de contestar, corrigir, complementar ou apoiar o que mais parece uma opinião, e não um fato. Um exemplo do que acabamos de dizer encontra-se adiante, seguida de dois webcomentários.

Multidão protesta na AL e Batalhão de Choque é acionado

A greve dos professores estaduais, que já dura 27 dias, teve ontem seu dia mais tenso. Uma multidão ocupou a Assembleia para cobrar dos deputados ajuda nas reivindicações. Paredes da Casa chegaram a ser pichadas (45 comentários)

Figura 12 – Manchete de *O Povo* (02/09/11)

(09) LEITOR 26 02/09/2011 12:09 (C28)

Faz vergonha a chamada feita pelos jornalistas com realação ao movimento dos professores, jogando a sociedade contra os professores...isso não pode acontecer. Os professores se mobilizam com o conjunto da sociedade, ou seja pais e alunos, e como os pais não podem comparecer ao movimento legítimo dos mestres e mestras, os professores contam com o apoio e a participação dos alunos em fazer compreender que a carreira de professor não pede favor ou gentileza por parte dos governantes de plantão [...]

(10) LEITOR 28 02/09/2011 11:29 (C35)

Achei essa reportagem totalmente tendenciosa. Usou vários termos para desqualificar os professores e o movimento. E houve sim violência, e não foi pequena não. Uma simples busca na internet vc já acha...Mas isso só prova o que já sabíamos: que nossa Justiça é injusta e nossa mídia é tendenciosa. Enfim...

Na figura 12, a manchete se referia a uma notícia que tratava de um episódio da greve dos professores no Estado do Ceará, especialmente quando da ocasião de um momento tenso entre a categoria de professores da rede pública e o governo estadual durante a manifestação na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Entre os quarenta e cinco comentários tecidos, havia algumas manifestações dos leitores que partiam criticamente da manchete da notícia, julgando-a tendenciosa e equivocada.

Alguns comentários faziam críticas à manchete, mas a maioria parece ter a manchete como caminho para a leitura integral da notícia, leitura que poderia ou não gerar comentários, mas, se os gerasse, estes estariam ligados à manchete, quer seja para credenciá-la ou criticá-la, quer seja para aproveitar o ensejo de participar do *espaço do leitor* instigado pela leitura da notícia, que, por sua vez, tem sua leitura suscitada pela boa manchete.

Em (09) percebemos a manifestação da modalidade deôntica com a marca modal de proibição *não pode*. Esta marca modal incide proibitivamente sobre a manchete. O alvo deôntico é não-especificado, embora se depreenda da análise que o alvo seja os jornalistas. Já a fonte é o próprio autor do comentário.

O enunciador arquiteta o efeito *crítica* ao tecer considerações judicativas acerca da estratégia adotada pelo jornalista responsável pela elaboração da manchete. Segundo o enunciador, a multidão destacada no título da notícia se refere à quantidade de pessoas que, na verdade, era composta por professores e alunos. Ele defende a participação dos pais nesses processos de reivindicação social, mas, na ausência deles, os próprios alunos, atores diretos no processo educacional de ensino-aprendizagem, são conclamados a contribuir nos atos de democracia e reivindicação legal dos direitos dos professores.

É importante ressaltar que o enunciador usa, em outro momento do webcomentário, a expressão *não podem*. Desta vez não podemos classificá-la como subjetiva, pois é modalidade deôntica objetiva com valor de proibição. Há uma fonte de uma *proibição*, mas ela não coincide com o enunciador, autor do comentário.

O exemplo (10) traz uma marca de manifestação modal avaliativa (ou apreciativa) logo no início do comentário – *achei*. E esta é uma manifestação deôntica, segundo Palmer, já que inclui a modalidade avaliativa / apreciativa como um dos subtipos deônticos. Ressaltamos que tal estratégia discursiva utiliza a modalidade avaliativa, mesmo que, a primeira leitura pudesse conduzir a uma classificação da manifestação como epistêmica (já que a forma verbal está em primeira pessoa). O advérbio de modo *totalmente*, aliado à outra marca modal, *achei*, corrobora a dificuldade em classificar a manifestação modal entre avaliativa e epistêmica. Por isso, fizemos esse adendo na modalidade *avaliativa* de Palmer.

A manchete como vimos, então, parece conclamar leitores, os quais potencialmente são produtores de comentários, a se manifestarem verbalmente. No exemplo que segue, cuja notícia alcançou 114 comentários, podemos perceber mais uma vez o quão importante é a manchete para atrair leitores.

Vereador é acusado de furtar banners de campanha do PSDB

Leonelzinho Alencar (PTdoB) é acusado pelo deputado Fernando Hugo (PSDB) de comandar o furto de banners móveis da campanha do PSDB (114 comentários)

Figura 13 – Manchete de *O Povo* (01/12/11)

(11) LEITOR 29 01/12/2011 19:26 (C36)

sabemos que esse hugo não é flor que se cheire, mas o fato é que as provas estão aí, realmente o psdb foi furtado, as bicicletas tinham sumido e foram encontrado com o faixinha, e o tal hugo tá na razão de procurar se defender, independente de quem ele seja.

(12) LEITOR 38 01/12/2011 16:41 (C58)

Queridos leitores, acho que deveríamos nos preocupar com outras coisas em vez de briguinha política. Isso já aconteceu alguns anos atrás e hoje ta se repetindo novamente. Não estou aki peã defender A e nem B, mas o deputado é conhecido em fazer esses escândalos.

Em (11), o webcomentário apresentado prende-se ao fato informado na notícia e não a juízos de valor em relação à construção da manchete. O enunciador desse comentário chama a atenção dos colegas leitores ao usar a forma verbal *sabemos* em

sabemos que esse Hugo não é flor que se cheire, haja vista que ele apresenta Hugo como alguém sem credibilidade. Ao fazer uso de uma expressão popular, o enunciador o apresenta como alguém potencialmente perigoso, e essa informação como compartilhada socialmente. Ressaltamos que estamos discutindo resultados relativos à análise do tema nesse momento, por esta razão, nossas considerações estão focadas nessa categoria de análise apenas. Posteriormente iremos detalhar as análises.

O advérbio de modo *realmente* marca a manifestação da modalidade epistêmica em virtude de tal traço linguístico evidenciar o comprometimento do enunciador com aquilo que verbalizou. É uma manifestação epistêmica subjetiva, pois o enunciador se coloca na frase, fortalecendo o argumento de que há algo passível de investigação. Tal expressão linguística assevera fortemente o conteúdo informado, constituindo, pois, uma asseveração *realis*, em que a frase é construída próximo ao extremo da certeza, se considerarmos o contínuo epistêmico de graus de comprometimento.

É interessante notar também que o enunciador tenta construir um efeito de sentido de justiça, haja vista ele, desde o início do comentário, demonstrar que não confia integralmente do deputado, vítima do roubo, mas isso não retira do enunciador o desejo subentendido de que a justiça seja feita. Ele afirma isso quando diz que “independente de quem ele seja”, ele “tá certo de procurar se defender”. O uso do advérbio modal *realmente* realça que a situação aconteceu de fato, pois, segundo a notícia, havia provas cabais contra o outro legislador, acusado do roubo.

Já em (12) o exemplo ilustra mais um caso de manifestação da modalidade epistêmica subjetiva, dessa vez com o verbo de opinião *achar*. Tal caso é epistêmico, porque reflete a posição do enunciador em relação ao que ele comunica verbalmente, e é subjetivo, porque expressa o posicionamento do enunciador por meio da forma verbal em primeira pessoa, *acho*, que implica a voz do enunciador e constitui uma das principais marcas de subjetividade.

A modalidade deôntica também pode ser conferida no exemplo (12), pois o verbo *dever* marca o valor deôntico de obrigação, mas de modo atenuado, haja vista a escolha do tempo verbal futuro do pretérito do indicativo na conjugação do verbo. A

atenuação instaurada no comentário, sob a forma verbal *deveríamos*, alivia a sensação de obrigação, mesmo que não a retire. É, na verdade, uma estratégia discursiva para dar uma ordem ao leitor, sem que isso soe negativamente. A ordem praticamente é lida como um conselho, devido à atenuação da força ilocucionária. É curioso observar que o alvo deôntico, nesse caso, é pessoal, pois o valor deôntico recai no grupo de leitores daquela notícia, em que o enunciador, por meio da primeira pessoa do plural, se inclui.

Convém observar, ainda, a situação da fonte deôntica, a qual parte do próprio enunciador em todos os casos, porém não sabemos qual é a identidade civil do enunciador, já que, como dissemos, nos webcomentários, eles não precisam se identificar verdadeiramente, eles podem criar *nicknames* falsos.

Além da manchete, comentamos que um fator de forte influência na frequência de comentários é a disposição espacial das notícias na página de abertura do jornal *O Povo* digital. As notícias em destaque ficam em uma caixa dinâmica, onde se alternam as notícias mais importantes do dia, que geralmente são acompanhadas de imagens. As notícias desse espaço podem mudar a qualquer tempo, isto é, as notícias, neste espaço de destaque, variam de acordo com a dinamicidade dos fatos ocorridos. Basta que ocorra um acontecimento mais importante, que essa novidade ocupa o lugar que antes era de outra notícia. Segue um exemplo do *layout* que ilustra a disposição das manchetes no espaço da página.

The image shows the homepage of O POVO online. At the top, there is a navigation bar with the logo 'O POVOonline' and various menu items: JORNAL DE HOJE, FORTALEZA, ESPORTES, ECONOMIA, POLÍTICA, DIVIRTA-SE, and +NOTÍCIAS. Below this is a secondary navigation bar with links like CONCURSOS E EMPREGOS, SERVIÇOS, and a search bar. The main content area features a large headline: 'Dupla que atirou na cabeça de uma mulher na Aldeota é detida em Pacatuba'. To the right, there are several smaller news items under the 'DIVIRTA-SE' section, including 'Assim como Max, Nilo é assassinado no lixão' and 'GP de Cinema Brasileiro consagra "O Palhaço"'. There are also advertisements for 'Coleção Shop' and 'Óculos Fashion'. Annotations with arrows point to these elements: 'Seções temáticas' points to the navigation menu; 'Notícia em destaque' points to the main headline; and 'Destaques periféricos' points to the smaller news items on the right.

Figura 14 – Disposição espacial das notícias na primeira página de *O Povo* digital

Observemos que a parte indicada como notícias em destaque não apenas ocupa o espaço maior, em comparação com as outras, como a localização é privilegiada na página, ocupando a parte quase central. Além disso, a fonte é maior e o número de informações também, já que o lide também acompanha a manchete.

Não apenas a notícia em destaque ganha visibilidade, pois as outras notícias, embora as manchetes destas sejam menores e sua disposição na página seja mais espalhada, ainda estão em vantagem em relação àquelas que sequer aparecem na primeira página. No lugar indicado na figura 14 como seções temáticas, constam apenas os nomes das seções, sem detalhamento algum sobre as notícias. Quem quiser saber sobre as notícias que estão em cada seção, precisa acionar tais comandos para ser direcionado ao caderno completo.

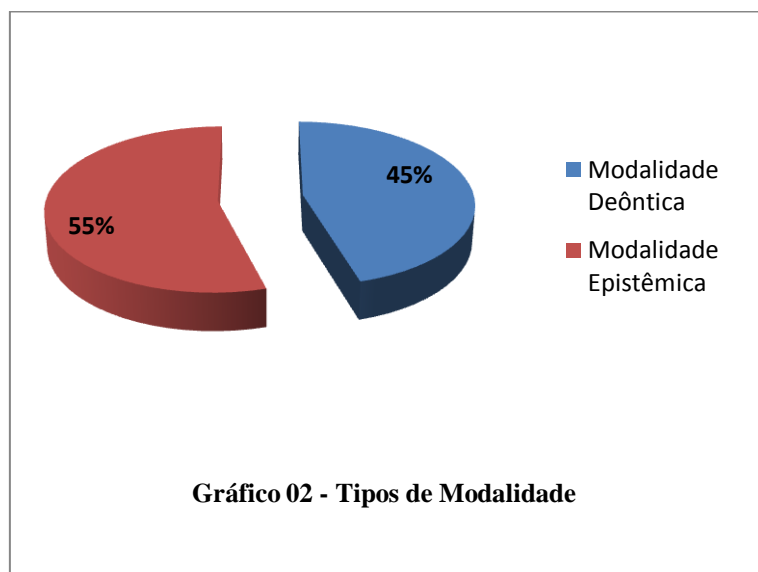
É necessário e oportuno que ressaltemos, também, que o *status* de notícia principal pode mudar. Isso depende dos acontecimentos do dia. Uma notícia no centro da página, em destaque, pode, no mesmo dia, ser recolocada na página em um espaço menor, com menos visibilidade. Podem, ainda, recheiar o caderno temático, cujos *links*

de acesso ficam na parte superior da página, ou seja, as notícias, no jornal digital, têm seu destaque e sua posição privilegiada posta em xeque constantemente.

Parece-nos que é a posição de destaque maior o que condiciona que mais usuários da rede mundial de computadores leiam e manifestem, por escrito, os seus comentários. Provavelmente são, na maioria, leitores que navegam na *web* com diversos propósitos e dão uma olhada no webjornal para uma leitura rápida, cuja busca de informações se limita, quase sempre, às notícias da primeira página. Apontamos isso baseados na observação das notícias geradoras dos comentários coletados, que, na maioria dos casos, eram tecidos na ocasião de a notícia estar em destaque, seja no destaque principal ou nos destaques periféricos, por assim dizer.

6.2 Tipos de modalidade nos webcomentários

Em todo o *corpus*, há o predomínio da modalidade epistêmica, com 55% das ocorrências, como podemos perceber no gráfico que segue:



O *corpus* está assim distribuído em relação à frequências: São 55% de ocorrências epistêmicas e 45% de registros deonticos de um total de 200 ocorrências selecionadas. Em 159 delas, prevalece o tema *Política* (79,5% do total), sendo 88 ocorrências na modalidade epistêmica (55,4%) e 71 da modalidade deontica (44,6%). Em relação ao tema *Economia*, encontramos 15 ocorrências (7,5% do total), com 08 ocorrências de modalidade epistêmica (53,3%) e 07 deonticas (46,7%). Já sobre o tema

Cultura, foram 09 registros (4,5% do total), dos quais 06 são deônticas (66,6%) e 03 epistêmicas (33,4%). No que concerne ao tema *Esportes*, detectamos 08 ocorrências (4% do total), distribuídas entre 04 deônticas (50%) e 04 epistêmicas (50%), enquanto no tema *Violência Urbana*, foram 09 ocorrências (4,5% do total), sendo 02 de modalidade deôntica (22,2%) e 07 epistêmicas (77,8%). O gráfico 03 sintetiza visualmente o que descrevemos:

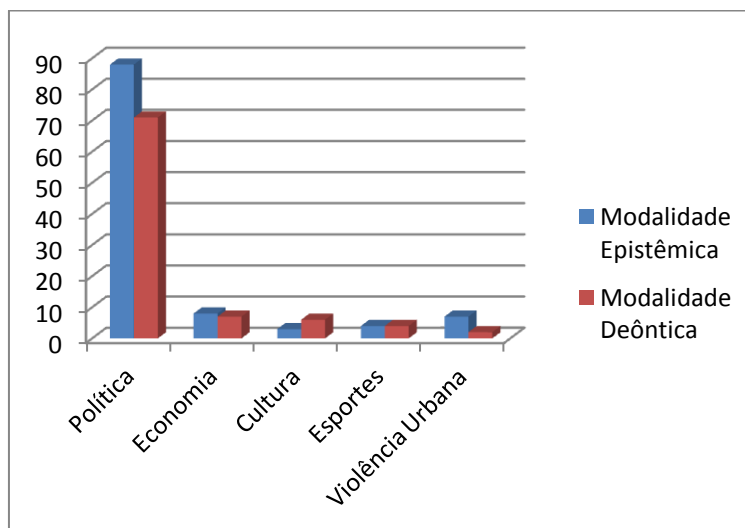


Gráfico 03 – Relação entre os tipos de modalidades e os temas

O gráfico 03 distingue a distribuição da frequência para cada tema. A porcentagem de cada modalidade é relativa ao universo de ocorrências no tema. Em relação à maior frequência da modalidade epistêmica no tema *Política*, provavelmente se justifica devido os autores dos comentários assumirem uma postura de conselheiros de atos políticos ou chefes diretos dos representantes no Executivo e Legislativo. Isso faz que haja predominância de posturas douradas dos leitores que produziram os comentários. Há também a tomada do cargo de juiz, quando os tais leitores proferem conselhos e julgamentos aos administradores públicos ou legisladores.

No tema *Cultura* se sobressai a manifestação deôntica em detrimento da epistêmica, por conta de os produtores dos comentários desses temas sugerirem condutas aos responsáveis pelos setores culturais do país. Como se os produtores dos comentários tivessem a necessidade de exercer a cidadania e participar da vida cultural da cidade e do país. Já no tema *Economia*, em que há a leve predominância da modalidade epistêmica, os leitores sugerem mudanças nas taxas de juros, em planos de

aplicação financeira às autoridades, estratégias de aumento salarial, entre outras, comportando-se como detentores do conhecimento o qual almeja ser levado em consideração pelas pessoas competentes na área econômica.

No que concerne à *Cultura*, os comentaristas apontam envolvimento com ídolos da música, do cinema e da teledramaturgia nacional ao ponto de construírem sugestões à carreira dos artistas e ao modo como estão conduzindo os trabalhos, por exemplo, quando aconselham certos artistas a continuar interpretando tal personagem, independentemente das palavras da crítica.

Já em relação ao tema *Esportes* há uma curiosa distribuição equinânime de modalizadores deônticos e epistêmicos. Há opiniões inscritas nos comentários. As opiniões, nesse tema, giram em torno de palpites sobre resultado de jogos de futebol. Concomitante com os palpites futebolísticos há comandos e imposições de ordens no tema *Esportes*, sendo assim, os comentários esportivos apresentam subjetividade dos falantes, dada a proximidade com os temas, e utilizam tanto expressões deônticas quanto epistêmicas para manifestarem a personalidade no que é dito. Os comentaristas assumem, nos comentários produzidos, que são torcedores e que acompanham com constância os jogos e as notícias de seus times. Essa fidelidade de torcedor dá aos comentaristas a sensação de ter o direito de tecer comentários a respeito de seus times por serem credenciados a isso.

Já nos webcomentários de *Violência Urbana* a legitimação de pertencimento dos comentaristas em relação ao assunto tratado é forte, embora de modo subentendido, já que esses comentaristas se apresentam como moradores da cidade de Fortaleza e podem falar com segurança sobre os problemas de ordem policial da capital. Prevalece a manifestação da modalidade epistêmica provavelmente porque, nesse tema, os leitores sentem-se apropriados do assunto e consultores naturais dos problemas de segurança.

6.2.1 Modalidade deôntica nos webcomentários

Nesta seção trazemos exemplos específicos de como a manifestação da modalidade deôntica, na produção de webcomentários diversos, engendra múltiplos

efeitos de sentido. Para tanto, selecionamos os exemplos (13) a (16) e os analisamos tendo em vista a referida relação.

(13) LEITOR 07 01/06/2011 14:03 (C4)

*Os professores estão preparados para lidar com essas pessoas ditas diferentes pela sua opção sexual, comportamento deles em sala de aula é que não é conveniente. Eles **precisam** se educar e respeitar o direito dos outros, pois eles vivem no mundo com os outros.*

Nesse exemplo, o enunciador constroi o efeito *conselho*, pois o comentário tende a ser lido como aconselhamento, na verdade, como um aconselhamento bastante enfático, sem atenuações que poderiam levar a outra classificação³¹, já que o enunciador assume a postura de defesa aos docentes e de crítica aos discentes. A notícia tratava de meios alternativos que muitas famílias estavam adotando para resolver conflitos sobre a sexualidade dos filhos, especificamente sobre o papel da escola na mediação do autoconhecimento e do equilíbrio emocional por parte dos alunos que estavam se descobrindo homossexuais.

O enunciador critica, no comentário, o fato de os alunos terem, em sala de aula, um comportamento que, segundo o enunciador, não é conveniente. Além dessa crítica, o enunciador rende elogios ao professorado. A atenuação da crítica ao comportamento dos alunos ditos, pelo enunciador, diferentes, vem a partir do conselho-obrigação, marcado pela forma verbal *precisam*. Com isso, temos uma marca da manifestação modal deôntica, que, por conta do contexto já aludido, nos autoriza a classificar a marca modal como deôntica do subtipo *obrigação*.

O alvo deôntico é conhecido até certo ponto, já que, de modo subentendido, são os alunos que precisam se educar. O alvo recai nos alunos que apresentam um comportamento inadequado, mesmo assim, não podemos afirmar que o alvo deôntico é pessoal, já que não atinge ninguém especificamente. O que podemos inferir é que o alvo recai em alunos mal comportados, de acordo com os critérios levantados pelo enunciador no comentário, mas não podemos apontar em quem especificamente incide a forte recomendação de serem educados a respeitarem o direito dos outros.

³¹ Embora defendamos que o efeito de sentido do comentário como um todo pode ser lido como *conselho*, não o classificamos como modalidade deôntica do subtipo *permissão* (do tipo conselho), porque o uso do verbo “precisar” instaura o valor de obrigação.

Já a fonte deôntica é o enunciador, mas não há como saber se quem enunciou o comentário é de fato que o enviou, pois o *mídum* digital no gênero webcomentário contribui para a preservação da face, visto que não se exige a identidade real do enunciador para produzir o comentário. Destacamos que a autoria, que é pessoa que envia o comentário, não se confunde com o enunciador, o qual desempenha um papel discursivo.

Há a possibilidade de o produtor do comentário usar “máscaras”, os chamados *fakes* ou perfis falsos e, até mesmo, a opção pelo anonimato. É importante, contudo, destacar que muitos webcomentaristas preferem usar o nome verdadeiro para se identificar nesses comentários. Alguns usam até fotos pessoais para facilitar a identificação e para representar a sua *persona* na autoria do texto, nesses casos, então, a fonte seria de ordem pessoal.

No exemplo que segue, apresentamos mais uma construção deôntica como estrutura básica para a instauração do sentido *necessidade deôntica*:

(14) **LEITOR 08 05/07/2011 09:09 (C97)**

*Robinho não joga uma partida que preste a anos e continua titular, ele é **realmente** um fenômeno... de mídia. **Tem que** sair para qualquer um entrar.*

No exemplo (14), há a concomitância de dois marcadores de modalidade. Inicialmente, o enunciador usou um advérbio modal, *realmente*, como um elemento importante de ênfase para construir a ideia de descredenciamento do talento esportivo do jogador de futebol Robinho. Há um descredenciamento do trabalho de Robinho a partir da continuação da declaração que é interrompida pelo sinal de pontuação reticências. Após o uso desse sinal, há a desconstrução do que poderia parecer que seria um elogio enfático ao atleta, pois, antes do tal sinal de pontuação, havia um substantivo tradicionalmente usado para coisas ou situações extraordinárias, fora do comum, *fenômeno*. A desconstrução ocorre por promover uma ruptura da associação referencial possivelmente inferida pelos leitores, a de que Robinho seria um fenômeno nos campos e no esporte futebol.

Sendo assim, o enunciador produz o efeito *humor*, pois ocorre um desvio proposital do raciocínio que vinha sendo construído. O mesmo é “quebrado” para se instaurar a brincadeira sarcástica. Para retomar o que fora anunciado no início do comentário, que “Robinho não joga uma partida que preste há anos”, o enunciador lança mão de uma marca modal deôntica – *tem que* – para condicionar o efeito de sentido de *necessidade deôntica*. A construção *tem que* é um traço da manifestação modal deôntica que perpassa o referido sentido. Não é uma ordem, porque não se dá uma imposição a uma segunda pessoa. Nesse caso, *Robinho* é terceira pessoa, de quem se fala.

O alvo deôntico aqui é pessoal, já que a obrigação deôntica incide em uma pessoa nitidamente apontada, no caso, o jogador Robinho. Não há dúvidas de que a obrigação *tem que* sair é direcionada para ele seguramente. A fonte é o enunciador, pois é ele a quem conseguimos atribuir quem instaurou o valor modal deôntico nesse comentário.

Na sequência, apresentamos um exemplo de um webcomentário que ilustra a instauração do valor *obrigação*, mas com outra marcação modal.

(15) LEITOR 10 11/07/2011 08:17 (C128)

*Sei que em toda instituição tem pessoas que procuram fazer o trabalho sem interesses políticos. Mais caros Promotores de Justiça, o povo vem acompanhando atentamente o trabalho de vocês, mais **é preciso** mais coerência na aceitações de denúncias, por que até agora ficou evidente que ha interesse político também pór parte desses investigações. Vocês querem um exemplo; Porque somente o Prefeito de Senador POMPEU Antonio Teixeira foi coloca na imprensa como o maior corrupto de toda historia? porque na mesmo município não foram investigado os Ex Prefeitos? Será que é por esses ex "gestores" não são do PT? Já perguntaram a população de Senador Pompeu que vem acompanhando toda a historia política administrativa se realmente as obras não foram construídas? Já procuram saber se o povo não melhorou sua condição de vida? De quem de fato o interesse de prejudicar o Prefeito Teixeira e toda sua equipe? Fico triste em não poder confiar em toda essa transparência por que vejo que tem pessoas pagando um preço muito caro por causa de interesses NÃO COLETIVOS.*

O exemplo (15) traz um comentário que aborda o tema *Política*. O comentário é, na verdade, uma reação a uma notícia sobre a ação da Promotoria de Justiça no Estado do Ceará. Segundo a notícia, a referida instituição jurídica estava realizando o seu papel de modo satisfatório, informação que é contestada pelo produtor do comentário, pois este acredita que há razões escusas por trás das decisões tão aclamadas pelo jornal.

O enunciador constroi sua argumentação em prol da chamada por transparência e imparcialidade por parte do órgão jurídico na aceitação de denúncias. Ele inicia seu texto fazendo a ressalva que “em toda instituição tem pessoas que procuram fazer o trabalho sem interesses políticos”, mas, em seguida, chama a atenção dos magistrados para os fatores supostamente nebulosos que levam alguns casos a serem investigados em detrimento de outros, segundo o enunciador.

A estratégia usada para chamar a atenção dos promotores é a construção *é preciso*, em que o adjetivo, colocado em posição predicativa, indica a instauração de uma *obrigação*. Não é um comando, pois não é um ato diretivo. Tal efeito de sentido é alcançado a partir da tal marca modal deôntica. Esta modalidade impõe regras, nesse caso, um clamor social se instaura, já que o enunciador indica desconforto e revolta com o fato de, na perspectiva dele, haver predileções para a resolução de alguns casos devido a interesses políticos subjacentes.

O enunciador chega a citar exemplos reais para ilustrar as diferenças no tratamento de casos de corrupção para justificar o seu pedido de coerência. Embora a construção com o adjetivo em posição predicativa (*é preciso*) não identifique o alvo deôntico, o pedido é nitidamente direcionado para os promotores de justiça. Isso implica em ser este o alvo deôntico do valor modal orientado. A partir do vocativo, *caros promotores de justiça*, com polidez e cerimônia verbal, o enunciador norteia o propósito de solicitar coerência nas ações judiciais.

A fonte é, novamente, o enunciador, pois há como determinar de onde partiu a instauração do valor deôntico *obrigação*. Tal efeito de sentido é confirmado pelos vários questionamentos direcionados ao alvo. Tais indagações projetam a gravidade do problema a ponto de uma atitude ser cobrada das instâncias responsáveis. No exemplo (16) abordamos outra construção indicativa da modalidade deôntica.

(16) **LEITOR 11 18/07/2011 02:09 (C135)**

***Tem que** se inventar aeronaves com motores elétricos movidos a baterias. O grande problema de acidente aéreo, é porque sempre pega fogo. Se não pegar fogo pode se escapar com vida etc.*

Em relação ao exemplo (16), temos uma ocorrência da modalidade deôntica manifestada pela construção *tem que*. Tal marca modal designa um propósito de obrigação, embora não seja possível afirmar em quem recai a obrigação. Como a construção é impessoal, não há condições, pois, de dizermos quem é o alvo do valor modal.

O comentário diz respeito à opinião de um cidadão que acredita que os acidentes aéreos têm como agravante o fato de os aviões pegarem fogo nos acidentes. Para isso, o enunciador credita à construção de aeronaves elétricas a solução do problema. Um argumento forte usado pelo enunciador é a afirmação de ele dizer que, se [a aeronave] não pega fogo, [as pessoas] podem escapar com vida. Isso possivelmente alimenta argumentativamente a construção modal deôntica *tem que*, pois a obrigação se instaura sob a égide da necessidade de se salvar vidas.

6.2.1.1 Subtipos da modalidade deôntica nos webcomentários³²

Graficamente, teríamos a seguinte distribuição dos subtipos deônticos nos webcomentários:

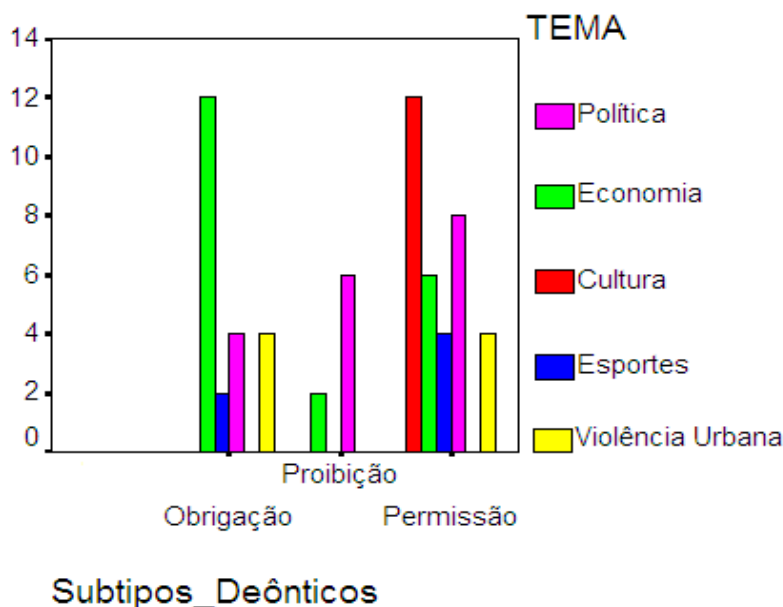


Gráfico 04 – Subtipos da modalidade deôntica nos webcomentários

³² Tratamos dos subtipos deônticos na seção 3.2, do capítulo 3, a categoria modalidade, a partir da página 40.

Tal como em com outros resultados de pesquisas em vários gêneros discursivos diferentes e em vários tipos de discurso (político, publicitário, conversação) (MENEZES, 2011; PESSOA, 2011), é o subtipo modal *obrigação* que predomina. Já em nossa pesquisa, tal valor modal tem quase o mesmo percentual que a *permissão*. Isso constroi um efeito de discurso democrático e cordial.

Na sequência, apresentamos exemplos de cada subtipo deôntico e a produção dos efeitos de sentido em cada caso. Iniciamos com o subtipo obrigação nos exemplos (17) e (18).

a) Subtipo *Obrigação*

(17) LEITOR 26 03/06/2011 11:12 (C57)

*Por que o prejuízo tem que ser para o cidadão??? Pintar as notas não evita os roubos a bancos. **Deve-se** combater a bandidagem, No Brasil mata-se a vaca par matar o carrapato, é como estão fazendo nos assaltos autoatendimentos.*

(18) LEITOR 27 02/06/2011 12:13 (C68)

*Bom dia a todos! Confesso que quando começaram essas reformas na av. Bezerra de Menezes, achava que o trânsito iria melhorar muito, que a avenida ficaria mais bonita, com todas aquelas luzes, etc. é de doer no coração o que temos visto. Muito engarrafamento, principalmente pela manhã, muito lixo na parte da ciclovia, etc. **Temos que** reclamar também da falta de educação por parte da população, com suas atitudes, que não consigo nem dá nomes, de tão decepcionantes que são. Outra preocupação, é o fato de as reformas estarem previstas para terminarem em julho, como assim? será que não estão vendo o que está acontecendo? será que a prefeitura acha que melhorou muito? o que foi que eles fizeram com a Bezerra de Menezes? será que não era melhor do jeito que estava antes?*

O exemplo (17) traz um webcomentário de uma notícia sobre o tema *Economia*, especialmente sobre a informação de que o Banco Central estava planejando estratégias para descartar cédulas falsas em caixas eletrônicos. O leitor parece não ter gostado do que leu na notícia e produziu um comentário para manifestar o seu posicionamento sobre o que leu. Neste retorno à notícia, o enunciador marcou modalmente a sua fala de modo deôntico, já que a situou no terreno da conduta.

A construção *deve-se* é uma manifestação deôntica por produzir o efeito de sentido *obrigação*, não se sabe para quem, ou seja, o alvo é não-especificado. “*Deve-se*

combater a bandidagem” ressalta a essência do que o enunciador apresenta no webcomentário, pois esta frase encerra a instauração do referido valor modal.

O comentário do exemplo (18) traduz mais um exemplo da manifestação da modalidade deôntica do subtipo *obrigação*, porque reveste a frase com o efeito de sentido *conclamação* da população para a reivindicação de direitos e para a disseminação dos deveres da população, apresentada como mal educada. A instauração do valor modal recai no povo fortalezense, em que se inclui o enunciador, já que a forma verbal *temos que* está em primeira pessoa.

O alvo embora seja subentendido, não nos autoriza a afirmar, por falta de evidências mais claras, que é pessoal, pois não recai em alguém especificamente. Diferente da fonte que é novamente o enunciador.

Os exemplos seguintes, (19) e (20), trazem registros que demonstram a instauração do valor modal do subtipo *proibição*.

b) Subtipo Proibição

(19) LEITOR 30 01/06/2011 15:29 (C24)

A regra é: BICICLETA NÃO PODE RODAR NO CALÇADÃO. É somente uma questão de exercício do poder de polícia, tanto pelo Estado, quanto pelo Município. Aos que questionam a falta de ciclovia, certo. Mas se não existisse calçadão, pergunto, os carros iriam deixar de transitar pelo asfalto e os coopistas, as crianças, os deficientes físicos, etc. iriam competir no asfalto deles? HÁ CALÇADÃO, MAS AINDA NÃO HÁ CICLOVIA³³, lamentavelmente. Esta é a realidade.

(20) LEITOR 32 30/06/2011 11:30 (C82)

O Ministério Público precisa observar os preceitos constitucionais, dos quais não pode prescindir no múnus de guardião da lei. Também não deve, jamais, se afastar do princípio universal da presunção da inocência, condenando, pelo menos moralmente, gestores compromissados com a coisa pública, lançando nos holofotes da imprensa, nomes de prefeituras, sem a plena convicção do dolo.

³³ O trecho em caixa alta foi escrito assim mesmo no webcomentário, o que pode insinuar também sentidos subliminares nesta marcação, mas não entraremos nesse mérito por tal marcação gráfica não contemplar os nossos objetivos.

Em (19) o enunciador recobre o valor modal deôntico a partir da proibição contida em *não pode*. Com similaridades, o efeito *advertência* está associado ao subtipo modal *proibição*, pois a proibição de não andar de bicicleta é uma advertência para os perigos que tal prática pode causar. Embora não se saiba o alvo, já que pode ser tratado como não-especificado, podemos deduzir que a instauração da proibição vai para todos aqueles que não obedecem à lei, já que ela é para todos, e parte de quem se incomoda com tal quebra de regra. A fonte é a lei, a regra.

Assim como em (19), o exemplo (20) traz a manifestação da modalidade deôntica do subtipo proibição. Dessa vez a proibição se dá em relação a valores morais e éticos. Com o uso de *não pode* e, logo após *não deve*, o enunciador constroi o efeito de *moralizar* àqueles membros do Ministério Público que desviam a lei e não a cumprem, protegendo escândalos e julgando com “mãos de ferro” outros menos graves. Segundo o enunciador, os integrantes do Ministério Público que assim agem, *precisam* lembrar o papel social que exercem no referido órgão. A proibição, nas duas manifestações, tem como alvo, embora não se especifique quem, os ministros errantes. Ao passo que a fonte é o próprio enunciador.

É oportuno afirmar que o exemplo (20) também traz uma marca modal de valor obrigação, *precisam*, cujo alvo é também o Ministério Público, assim como também é o enunciador a fonte instauradora do valor modal deôntico.

A seguir, tratamos da instauração dos valores modais de permissão deôntica.

c) Subtipo *Permissão*

(21) LEITOR 35 04/06/2011 22:17 (C65)

Fiz uma avaliação no mês passado sobre as ciclovias da Av. Bezerra de Menezes, da Av. Mister Hull e da Av. Perimetral. Podem conferir no link <http://mobilidadehumana.ning.com/profiles/blogs/situacao-das-ciclovias-de-fortaleza>.

No exemplo (21) temos um caso de manifestação da modalidade deôntica do tipo *permissão*, em seu subtipo *sugestão*, já que está explícita a sugestão feita pelo enunciador de verificar o site, cujo link foi compartilhado no comentário. A fonte do

valor modal instaurado é novamente o enunciador e subentendemos que o alvo recai nos leitores dos webcomentários.

Já em (22), a seguir,

(22) LEITOR 36 01/06/2011 22:43 (C22)

E os policiais do ronda que vários ciclistas passam na frente deles e nada é dito. Ficam só papiando, podiam colaborar com a ordem na cidade.

Temos um exemplo da manifestação da modalidade deôntica do tipo permissão (subtipo conselho). A manifestação deôntica se dá pela forma verbal *podiam* e traduz o efeito de sentido conselho, já que o enunciador visa a aconselhar os policiais do ronda, que, segundo ele, não cumprem com o seu papel devidamente. A fonte deôntica é o enunciador, mas o alvo são os próprios policiais, criticados no webcomentário.

A tabela 01 ilustra a frequência e a porcentagem dos subtipos deônticos:

	Frequência	Percentual
Permissão	46	51,2%
Obrigação	42	46,6%
Proibição	2	2,2%

Tabela 01 – Estatística dos subtipos da modalidade deôntica

6.2.2 Modalidade Epistêmica

A partir do exemplo (23) iniciamos nossas considerações acerca da manifestação da modalidade epistêmica com exemplares do *corpus* escolhidos para ilustrar as nuances de *continnum* epistêmico que vão do extremo da não-certeza a certeza absoluta a respeito de um conteúdo asseverado. O exemplo (23) traz uma amostra de como e em que grau um falante se compromete com o que diz.

(23) LEITOR 02 03/06/2011 19:56 (C3)

Eu tenho três processos no Fórum há 04 anos e há 1 ano está na mesa do juiz para da a decisão. Não vejo rapidez, deve ser só para os ricos mesmo.

No que diz respeito ao exemplo (23), o comentário apresentado foi escrito para replicar a notícia que informara que os cidadãos mais ricos achavam a Justiça ágil na resolução dos casos. O enunciador revela para os leitores que tem três processos no fórum há quatro anos e não vê rapidez no andamento deles. Com isso, o enunciador levanta a possibilidade de que a rapidez “*deve ser* só para os ricos mesmo”, já que ele tem experiência com a demora dos trâmites legais. Tal possibilidade é produzida com a marca modal *deve ser*, a qual indica a manifestação da modalidade epistêmica, já que o valor de eventualidade está inserido no eixo do conhecimento, que avalia o grau de envolvimento e de certeza que o sujeito demonstra em relação ao que enuncia.

A forma verbal *deve ser* denota uma construção epistêmica objetiva, porque não se percebe o enunciador se colocando diretamente na avaliação da possibilidade, é o termo em si que confere incerteza à declaração de que a rapidez no andamento dos processos “*deve ser* só para os ricos mesmo”. O referido traço modal confere, ainda, o estatuto de asseveração *irrealis* à manifestação epistêmica, haja vista a declaração não ser dada como verdade absoluta, ela é defendida fracamente, com a tendência de ser lida na seara da não-certeza.

Em (24) temos outra situação cujo valor modal epistêmico é instaurado.

(24) **LEITOR 07 05/07/2011 15:33 (C106)**

Concordo com o Rubens e ainda acrescento que essa tábuá fininha da foto deve ter sido colocada no local pelos próprios moradores.

O exemplo (24) apresenta o verbo *concordar* iniciando a produção textual. Este verbo de opinião marca a subjetividade do enunciador ao expor um ponto de vista calcado na concordância com outro comentário feito por outro leitor sobre um fato relacionado às ruas da capital cearense. A notícia geradora do comentário trazia informações sobre a falta de pavimentação em ruas de dado bairro fortalezense.

O texto relata uma experiência visual para complementar o teor informacional do texto, especificamente a respeito de uma foto em que aparecia uma tábua bem frágil tampando um buraco. A notícia insinuava que a tal tábua fora colocada pela Prefeitura de Fortaleza como medida paliativa, que, na verdade, segundo o texto base da informação, era uma estratégia costumeira do referido poder público e que geralmente o tempo de reparação definitiva nas vias urbanas demorava a acontecer.

O enunciador do exemplo (24) aponta o fato de que, provavelmente, a fina e leve tábua fora colocada por moradores da localidade e não, como noticiava o texto, pela prefeitura da cidade de Fortaleza. A não-certeza do enunciador é gramaticalizada por meio da construção modalizadora “*deve ter sido colocada*”, a qual conota o caráter de manifestação epistêmica *objetiva*, já que não apresenta o envolvimento com o que diz de modo pessoal. Notemos que seria subjetiva se a referida construção iniciasse com verbo de opinião (Eu *acho* que deve ter sido colocada) ou ainda com a justaposição de um advérbio (*Provavelmente* deve ter sido colocada), que não é o caso. Não há um envolvimento do sujeito enunciador, considerando que o verbo está em 1ª pessoa.

O exemplo (25) consta um advérbio que não funciona como elemento modalizador ao lado de outros que conduzem o enunciado à modalização:

(25) LEITOR 06 10/07/2011 20:20 (C129)

*Há **certamente** um conluio com esses segmentos que se beneficiam do roubo onde é mais fácil roubar. **Penso** que o Brasil jamais resistiria a uma operação Mãos Limpas. Essa situação se mantém porque nossa representação em Brasília chega lá corrompida então não terá ânimo jamais para mudar as leis endurecer as punições prender gente.*

O exemplo (25) adota o uso de marcas modais como estratégia de argumentação. Tal estratégia é usada pelo enunciador de (25) que marca linguisticamente a modalidade epistêmica. O enunciador do webcomentário usa o advérbio de modo *certamente* para expressar a certeza de que há “conluios entre os segmentos (deputados federais, por exemplo) para que os roubos sejam mais fáceis”. O efeito de sentido *denúncia* se dá de modo *subjetivo*, pois a certeza do que é falado é relatada como se fosse uma informação particularizada. A manifestação modal epistêmica é de uma asserção *realis*, pois abre a possibilidade de discordância.

Mais uma vez o enunciador, na feitura de seu comentário, usa um marcador modal epistêmico, o verbo de opinião *penso*, sendo que, dessa vez, para produzir o efeito *crítica*, feita à politicagem brasileira, isto é, àqueles que estão na política sem exercê-la para o bem comum. Tal marca epistêmica dá à frase um caráter de *asserção realis*, pois afirma uma proposição certa. A referida marca é, ainda, de caráter subjetivo, já que denota a opinião particular de alguém, sem atribuí-la a algo disseminado socioculturalmente.

(26) LEITOR 09 09/07/2011 21:06 (C127)

*Estas maracutaiais nas prefeituras tem de tudo, até gente bem próxima ao Governo Cid. **Acredito** que tem muita gente envolvida nesta roubalheira. Para mim, não existe político honesto, o que existe é político que não tiveram foi oportunidade de roubar. Político é como bebê, estando com a barriga cheia de leite, para logo o choro.*

Em (26), temos um webcomentário do tema *Política* e, com a forma verbal *acredito*, o enunciador faz manifestar a modalidade epistêmica, já que leva tal marca ao eixo do conhecimento e dos saberes por parte de quem produz sentidos. Nesse caso, a manifestação epistêmica se dá *subjetivamente*, por particulariza o saber do enunciador em detrimento do conhecimento público. Optamos ainda por classificar a asserção epistêmica como asseveração *realis*, mesmo que a forma verbal modalizadora epistêmica não dê força à certeza, porque a frase seguinte, “para mim, não existe político honesto, o que existe é político que não tiveram foi oportunidade de roubar”, realça e amplifica a dimensão do comprometimento do falante em relação ao que afirma.

6.2.2.1 Subtipos da Modalidade Epistêmica³⁴

a) Subtipo *Realis*

Em se tratando dos subtipos epistêmicos, em nuances de *continuum*, os enunciados podem ser forte ou fracamente asseverados, podem também ser asseverados

³⁴ Tratamos dos subtipos epistêmicos na seção 3.3 no capítulo 3, a categoria modalidade, a partir da página 45.

de modo inquestionável ou, ainda, de maneira negativa. Os exemplos (27) a (34) trazem as referidas marcas modais epistêmicas e o desdobramento de sentidos gerado.

(27) LEITOR 38 10/07/2011 12:25 (C114)

*Não entendo tanta agressividade! Um esporte não ser incentivado? Não obrigo os outros a gostarem de animais, mas respeitem quem tem uma convivência pacífica e engrandecera com os seus. Independente de animais, a consciência deve vir de cada um, dia a dia. Saio com meus cachorros, levo sacos plásticos, tenho "porta-lixo" no carro, minha bolsa é cheia de papéis que nunca jogo no chão. Já andei em praias e mais praias onde nunca vi "sujeira" de cachorros, mas montes de latas de cerveja, refrigerante, sacos plásticos. **Certamente** a culpa não é dos animais. Espero ver meu direito de praticar um esporte acessível e certamente saudável.*

(28) LEITOR 42 02/09/2011 11:19 (C40)

*Tenho divergências políticas em algumas posturas da mesma, mas é inegável³⁵ que ela vive como prega a vida. Poderia utilizar o plano de saúde do senado por ser ex-senadora (que é um absurdo), mas como não é mais, se utilizou do hospital público. **Duvido** que algum PTISTA faça isso. Parabens a senadora pela conduta e melhoras na sua saúde pq **com certeza** a senhora tem muitos pontos de referência para a nossa juventude, principalmente quando se fala de ética.*

Em (27), o enunciador marca epistemicamente a opinião tecida no webcomentário com o advérbio de modo *certamente*. Com isso, ele atesta, de forma *subjativa*, o grau de comprometimento com a declaração dada. A certeza, atestada em alto grau, confere o estatuto de asserção *realis*, porque assevera fortemente uma opinião, a qual atesta para todos que não é culpa dos animais a sujeira nas ruas.

No exemplo (28), o enunciador marca o seu alto grau de comprometimento com o conteúdo da declaração que profere. Com isso, ele produz o efeito de certeza absoluta a partir de duas marcações modais. A primeira diz respeito à forma verbal *duvido*, a qual conduz a interpretação de que é o próprio enunciador quem constroi a certeza que traduz a sua fala. A segunda é em relação à construção *com certeza*, cujo efeito de alto envolvimento de compromisso com o que afirma, suscita a confirmação de que a senadora Heloísa Helena é uma cidadã honrada e digna de admiração, por suas atitudes éticas e exemplares, segundo o enunciador. Com efeito, tais manifestações da modalidade epistêmica estão na seara da subjetividade, pois perpassam a posição individual do enunciador.

³⁵ Esta marca poderia ser lida como pressuposição epistêmica, já que é fechada a discordâncias, mas o foco de análise deste comentário é em relação à outra marca, *com certeza*.

b) Subtipo *Irrealis*

(29) LEITOR 40 05/07/2011 11:11 (C85)

***Parece-me** que esse procedimento visa simplesmente desobrigar o Estado de construir penitenciárias decentes e seguras para aqueles que devem cumprir penas pelos crimes contra a sociedade. Dizer que um presídio é a universidade do crime é atestar a incompetência para gerenciá-los.*

O exemplo (29) ilustra a operacionalização de uma marca modal epistêmica *irrealis* – *parece-me* –, porque esta marca não afirma fortemente a certeza do enunciador. Evidencia a certeza frágil, transmitindo oscilações na precisão total da informação veiculada. Não como um sinal de fraqueza das palavras do enunciador, mas como um indício de estratégia argumentativa, em que o não-comprometimento pleno com o que é afirmado, protege a face do webcomentarista, já que o comentário não fecharia as possibilidades de o enunciador mudar de opinião, por exemplo.

Quando há a certeza absoluta no posicionamento de um dado enunciador, e ele muda de posição, as palavras deste são mais diretamente alvejadas por ferrenhas críticas, já que esboçava, antes, uma postura intransigente. Provavelmente, por essa razão, a asserção *irrealis* projete equilíbrio e tenda a levar as opiniões para o terreno da proteção da face dos enunciadores. Embora a asserção mostre o posicionamento do enunciador, o comprometimento dele é fraco, é inconstante, já que abre precedentes para outras opiniões se sobressaírem no campo das certezas.

Curioso é observar que, mesmo protegendo a face no início do comentário, o enunciador conclui o comentário assumindo um posicionamento mais extremado, assegurando certeza ao que disse. O enunciador sai, então, de uma zona de conforto e invade a seara da exposição ao afirmar que “dizer que um presídio é a universidade do crime é atestar a incompetência para gerenciá-los”. Mesmo saindo da área de conforto, o enunciador não se expõe completamente, pois ainda resguarda, pelo benefício da dúvida, quem está querendo atingir diretamente com a crítica. Na literatura sobre o tema *modalidade*, o verbo “parecer” expressa evidencialidade inferencial. Nesse caso, a inferência é feita pelo enunciador (*parece-me*).

No exemplo (30), temos a manifestação da modalidade epistêmica por meio de um substantivo.

(30) LEITOR 41 19/07/2011 09:57(C151)

A prefeitura de Fortaleza deveria enxergar a Avenida Aguanambi. Até onde sei a via não será contemplada pelo TRANSFOR. Em minha opinião, os estudos técnicos da PMF não notaram que a avenida recebe grande fluxo de veículos, advindos de toda parte inclusive da região metropolitana.

O exemplo (30) traz o substantivo *opinião* como marcador de modalização epistêmica. Tal manifestação é subjetiva, haja vista ser o conhecimento transmitido de caráter pessoal, próprio de quem enuncia. O enunciador aponta críticas aos servidores municipais de Fortaleza, responsáveis pela engenharia de trânsito, ao indicar, em sua opinião, que exige atenção por parte do setor criticado. Contudo, ele produz tal efeito de modo não seguro, já que não há marcas linguísticas de alto comprometimento.

c) Subtipo Asserção Negativa

(31) LEITOR 44 19/07/2011 07:22 (C162)

Será que ela vai conseguir encontrar um(a) mais incompetente que ela? Impossível... a mulher não sabe fazer um O com uma quenga!

O exemplo (31) aponta o adjetivo *impossível* como modalizador epistêmico, legitimando certeza, portanto, à fala do enunciador, que acusa nitidamente alguém de incompetente. O enunciador chega a usar uma expressão bem popular e extremada para atestar a incompetência daquela de quem ele se mostra contra. Com efeito, a expressão “a mulher não sabe fazer um O com uma quenga” complementa a certeza absoluta demonstrada pelo adjetivo modal *impossível*, na avaliação que faz sobre a existência de alguém mais incompetente.

Esse contexto leva a classificar a marca modal destacada como epistêmica *objetiva*, já que há traços que indicam a voz do enunciador atestando a modalização como certa. Pensando no contínuo dos graus de certeza, o modalizador *impossível* estaria no extremo da certeza de que algo é não-possível. Destacamos que adjetivos, tal qual *impossível*, em si são modalizadores epistêmicos objetivos, tanto que poderia combinar-se com subjetivos (Exemplo: eu acho que é impossível).

Na sequência, apresentamos o exemplo (33) o qual exemplifica outra manifestação modal epistêmica do tipo asserção negativa.

(33) LEITOR 45 03/08/2011 07:57 (C194)

*Respeito sua a opniao de Jose Vanderlan, mas **discordo totalmente**. Essa obra será como as da copa na africa: servirá unicamente para aquele momento, sendo, como tradição em nossa cidade, desperdicio de dinheiro publico. Não votei em João Alfredo; contudo, senti-me honrosamente representado por sua intervenção. Parabéns pela iniciativa.*

A expressão *discordo totalmente* em (33) marca a manifestação da modalidade epistêmica do subtipo *asserção negativa*, pois a marca modal *discordo* incide sobre a opinião do enunciador, e essa incidência se dá a partir da negação da posição argumentativa de outro leitor. O verbo de opinião *discordar* acontece com a delimitação do escopo da discordância, em que a totalidade da opinião discordada reforça o valor modal de negação, e isso se dá com o acréscimo do advérbio modal *totalmente*.

O enunciador tenta explicar, no webcomentário, a razão pela qual discorda dos gastos e das obras faraônicas que estão fazendo por ocasião da Copa do Mundo de Futebol, informações as quais são tratadas na notícia que suscitou o comentário. Ele constrói o argumento por meio do efeito *crítica*, para tanto, percebemos que ele faz analogia com a última nação que recebeu o evento futebolístico, a qual não aponta, segundo ele, os indicativos de melhoria tão aclamada pela notícia.

É interessante notarmos, também, que o enunciador lança mão de outro advérbio modal para reforçar a crítica projetada sobre o frenesi causado pelas obras da Copa no Brasil. O advérbio *unicamente*, palavra denotativa de exclusão, confere força de certeza à voz do enunciador ao expor o seu posicionamento ideológico. A certeza transmitida pelo advérbio citado legitima a crítica do enunciador ao excluir do campo das potencialidades as outras vantagens que traria um evento grandioso como a Copa para a nação brasileira.

As marcas modais *discordo*, *totalmente* e *unicamente*, usadas pelo enunciador para exprimir o efeito de sentido *crítica* e tecer o comentário crítico à notícia

relatada, são do tipo *subjativa*, pois credencia a certeza do enunciador de modo pessoal, implicando no caráter de alto envolvimento com o que diz.

d) Subtipo *Pressuposição*

Os exemplos (34) e (35) trazem marcas de manifestação modal do tipo pressuposição e os efeitos subjacentes.

(34) LEITOR 47 05/07/2011 12:43 (C83)

Cuidado população brasileira: Serão novamente 183 mil marginais soltos que repetirão seus crimes no curto prazo! O índice de violência atingirá níveis jamais visto na história do homem no Brasil. O Brasil definitivamente não é um país sério!

(35) LEITOR 89 01/06/2011 14:24 (C195)

Eita piula! O negócio é sério! a chefe do setor pessoal é parente do Chico Xavier. Manda o contra-cheque dele todo mês bem direitinho. E ainda "recebe" a assinatura. hehehehe! Mais o dinheiro deposita aonde? deve ser na conta dela. Porque ela tá rica viu!

O exemplo (34) ilustra o tema *Violência Urbana* e traz considerações a respeito da notícia geradora do webcomentário que trata das decisões jurídicas de impor punições brandas para crimes considerados, segundo a notícia, de menor gravidade, ou da liberação imediata dos infratores, pela falta de policiais ou delegacias suficientes que deem conta do gerenciamento da contenção e prevenção de crimes, tais como roubo, furto, assassinatos etc.

O enunciador manifesta a modalização epistêmica ao afirmar, com veemência, a certeza absoluta por meio do advérbio *definitivamente*. A modalidade epistêmica, nesse caso, é do tipo *subjativa*, pois exalta o alto comprometimento com o que afirma no webcomentário. Ele retoma a voz do presidente francês, quando disse, certa feita, que o Brasil definitivamente não é um país sério. A tal declaração é um preconceito bastante disseminado, pois, repetidas vezes, a imprensa internacional veicula notícias referentes a declarações do tipo de que o Brasil não é um país sério. A sentença é posta como uma *pressuposição*, como se todos compartilhassem socioculturalmente a ideia, e a tivessem como algo de senso comum.

Assim como em (34), a situação trazida em (35) também ilustra uma manifestação da modalidade epistêmica *pressuposição*, porém o destaque neste exemplo é para o fator contextual que justifica a classificação *pressuposição* por conta da afirmação final de que “*ela tá rica viu!*”. Tal finalização do webcomentário destaca a certeza com que o falante defende o paradeiro misterioso do dinheiro. O alto grau de comprometimento se dá não pela construção modal em si, *deve ser*, mas pela frase subsequente e pelo contexto discursivo. Esta asserção não abre possibilidades de discordância, pois é imposta como uma situação factual. Diferentemente da asserção *realis*, que, mesmo fortemente defendida, há precedentes para refutações.

Predomina a asserção *irrealis*, como podemos verificar na tabela abaixo:

	<u>Frequência</u>	Percentual
<u><i>Realis</i></u>	40	36,4%
<u><i>Irrealis</i></u>	66	60%
Asserção Negativa	<u>2</u>	1,8%
Pressuposição	<u>2</u>	1,8%

Tabela 02 – Subtipos da modalidade epistêmica

Conclusão

O pressuposto teórico-funcionalista de que a língua(gem) é tida como uma ferramenta comunicativa e constructo social norteou a escolha, a seleção, a delimitação e a constituição do *corpus*, bem como os caminhos que trilhamos para conseguir alcançar nossas metas, qual seja o nosso objetivo geral, articular a descrição das marcas modais no gênero webcomentário e a produção de efeitos de sentido. Com efeito, buscamos estratégias persuasivas encontradas por leitores de *O Povo* para expressar sua opinião naquilo que nomeamos por webcomentários.

Em relação aos webcomentários, nossa pesquisa abordou um gênero pouco estudado, pelo menos na configuração digital. De igual modo, há pouca pesquisa em relação à inter-relação das modalidades deôntica e epistêmica e no que concerne à modalização em texto digital. A consideração de que os gêneros são altamente dinâmicos foi acatada nesta pesquisa, mas, para a seara acadêmica conhecer cientificamente um gênero, precisamos aquietá-lo um pouco a fim de se investigar os elementos, por mínimos que seja, que o constituam uma prática discursiva identificável. Visando a uma análise que contemplasse a manifestação do fenômeno linguístico *modalidade* em situação real de uso, escolhemos trabalhar com o que chamamos de webcomentários, por considerar esse gênero um espaço privilegiado de uso linguístico e um celeiro de construções argumentativas.

Em relação aos webcomentários, constatamos que eles são gêneros discursivos, segundo os critérios de Bakhtin (2003 [1951-1953]). Esses gêneros apresentam como características básicas: i) são gêneros necessariamente produzidos com base em leitura de outro gênero, independentemente de qual seja, são, pois, respostas à leitura prévia de dados textos; ii) são predominantemente textos argumentativos, que indicam a opinião do enunciador do comentário; iii) são gêneros eminentemente propiciados pelo *mídiu*m digital, iv) são gêneros democráticos, abertos a constantes réplicas de leitores em geral e v) são textos que podem tratar de qualquer assunto.

Ao relacionarmos a manifestação da modalidade deôntica e da modalidade epistêmica com os temas *Política, Economia, Cultura, Esportes e Violência Urbana* com a produção de efeitos de sentido, constatamos que o tema *Política* alcançou o maior número de webcomentários, especificamente 79,5% de um total de 200 ocorrências. Em segundo lugar, o tema *Economia* obteve 7,5% do total de casos, seguindo dos temas *Cultura* e *Violência Urbana*, que atingiram a mesma frequência (4,5% do total). Por fim, o tema *Esportes* alcançou 4% dos registros.

A modalidade que apresentou maior número de manifestações foi a epistêmica (55%), indicando, com isso, que há predominância de comprometimentos com o que foi dito nos comentários, instaurando, então, o eixo do conhecimento como o mais frequente no estudo. Em relação à modalidade epistêmica, no conjunto de ocorrências do *corpus*, predomina a asserção *irrealis* (60% dos casos da modalidade epistêmica), o que era esperado, já que o uso do modalizador (e a pesquisa só trata dos contextos em que ele é usado) é motivado para qualificar o enunciado quanto ao grau de certeza, comprometimento do falante (entre a afirmação e a negação) com o conteúdo do que diz.

Nesse sentido, “modalizar” significa “relativizar”, marcar em graus variados, a distância em que o enunciador se coloca em relação ao que diz. Em segunda posição na frequência, ficou a asserção *realis* com 36,4%. Tais frequências corroboram o fato de haver, nesse ciberespaço, um discurso cordial, interativo e democrático, já que as duas asserções preponderantes são abertas a discordâncias.

Esses dados se explicam, segundo a nossa pesquisa, que o número de webcomentários em cada tema está diretamente associado às manchetes das notícias geradoras dos comentários. Vimos que as manchetes apelativas e provocativas, bem como a disposição das mesmas no ciberespaço do jornal *O Povo* implicam significativamente na atração de leitores, conseqüentemente, ampliando as potencialidades de elas receberem mais comentários. Isso quer dizer que o estudo não apontou razões do tema em si ter atribuído à *Política* tamanho destaque na distribuição dos temas.

Reforçando a natureza democrática do gênero webcomentário, apresentamos a distribuição das ocorrências deônticas em relação aos subtipos *obrigação*, *proibição* e *permissão*. Do total de 200 ocorrências, 45% delas manifestaram a modalidade deôntica, que engloba 46,6% do subtipo obrigação; 51,2% de permissões e 2,2% de proibições. Curiosamente, nossa pesquisa registrou que o número de permissões é superior ao de obrigações, o que era inesperado, pois, como a identidade real dos enunciadores podia ser preservada, haveria o benefício da preservação de faces. Contudo, a pesquisa aponta dados diferentes de outros estudos (MENEZES, 2011; PESSOA, 2011) que mostram o maior número de ocorrências sendo do valor modal *obrigação*. Isso reforça a afirmação de o gênero webcomentário é altamente aberto às intervenções de vários leitores.

Analisamos, ainda, o tipo de fonte e alvo deônticos, em que houve predominância de o enunciador ser a fonte dos comentários e o alvo ser, quase sempre, não-especificado, embora o contexto desse pistas textuais que permitissem a inferência. No que diz respeito à natureza da modalidade epistêmica, houve ampla frequência do tipo *subjetivo*, em que há particulares indícios de conhecimento por parte do falante, ao passo que o tipo *objetivo*, aquele que trata de informações como algo conhecido por muitos.

Segundo este estudo, há relação direta entre os efeitos de sentido pretendidos pelo enunciador com a escolha das marcas modais e de qual modalidade será adotada para a construção da argumentação. Como sujeitos bakhtinianos, os enunciadores são conscientes de suas escolhas linguísticas, mesmo que não as nomeie, no ato da redação digital dos comentários. A atitude responsiva dos leitores de *O Povo* orienta-os a replicar as notícias lidas. Essas manifestações democráticas são polidas linguisticamente, provavelmente por conta da moderação do próprio webjornal.

Desse modo, parece-nos possível dizer que, segundo as análises empreendidas em nosso *corpus*, a categoria modalidade é uma significativa estratégia linguística de construção argumentativa e que apresenta múltiplas possibilidades de nuances semântico-pragmáticas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. **A categoria modalidade**. Ponta Grossa: Uniletras, 1988.
- AMORIM, M. Cronotopo e exotopia. In: Brait, B (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chaves**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ARAÚJO, J. C. Trasmutação de gêneros na web: a emergência do chat. In: MARCUSCHI, L. A. XAVIER, A. C. (orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. São Paulo: Cortez, 2010.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. 14. ed. São Paulo: Ediouro, 1990.
- ASKENHAVE, I.; SWALES, J. M. **Genre identification and communicative purpose: a problem and a possible solution**. Applied Linguistics, v. 22, n. 2, 2001.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1951-1953].
- BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Organizado por Angela Paiva Dionísio e Judith Chambliss Hoffnagel; tradução e adaptação Judith Chambliss Hoffnagel; São Paulo: Cortez, 2005.
- BEZERRA, B. G. **Gêneros introdutórios em livros acadêmicos**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- BYBEE, J. L.; FLEISCHMAN, S. **Modality in Grammar and Discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1995.
- BLANCHÉ, R. **Structures intellectuelles**. Vrin: Paris, 1969.
- BONINI, A. Em busca de um modelo integrado para os gêneros do jornal. In: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. (Org.). **Gêneros textuais e referenciação**. Fortaleza, CE: Grupo Protexoto, 2004 [2001].
- CASTILHO, A. T.; MORAES DE CASTILHO, C. M. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (org.). **Gramática do português falado: níveis de análise linguística**. Campinas: UNICAMP/ São Paulo, 1996.
- CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: Educ; Campinas: Pontes: 1991.
- COSTA, N. B. da. **Práticas Discursivas: exercícios analíticos**. São Paulo: Pontes Editores, 2005.
- CUNHA, M. A. F. da; SOUZA, M. M. de. **Transitividades e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. **A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor**. Araraquara, 1995. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista.

- DEBRAY, R. **Curso de midiologia geral**. Petrópolis: Vozes, 1993 [1991].
- DIK, S. **The theory of functional grammar**. Parte I: The structure of the clause. Dordrecht: Foris, 1989 [1997].
- FONTAINE, J. **Círculo Lingüístico de Praga**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- GEERTS, W. & MELIS, L. Remarques sur le traitement des modalités en linguistique. **Langages**, 43. Paris, Didier/Larousse, 1976.
- GIVÓN, T. **Syntax**. An introduction. V.1. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 2001.
- GOOSSENS, L. Modal shifts and predication types. In: AUWERA, J. V. der. & GOOSSENS, L. (Eds). **Ins and outs of predication**. Dordrecht/Holanda: Foris Publications, 1987.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward, Arnold Publishers, 1985.
- _____. **Functional diversity in language as seen from a consideration of modality and mood in English**. Foundation of Language, 1970.
- HENGEVELD, K. Layers and operators in functional grammar. **J. Linguistics**, n. 25, 1989.
- _____. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. In: **Journal of Semantics**, v. 6, 1988.
- HYMES, D. **Sociolinguistics**. In: An International Handbook of the Science of Language and Society. Walter de Gruyter. Berlin. New York. 1987.
- HOFFNAGEL, J. C. **A modalização epistêmica na construção de sentido: o caso do "eu acho (que)"**. *Revista Intercâmbio*, vol. 6, nº 2. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 1997.
- KALINOWSKI, G. Un aperçu élémentaire des modalités déontiques. **Langages**, v. 43. P 10-18, 1976.
- KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. **A questão das modalidades numa nova gramática da língua portuguesa**. Estudos Linguísticos, Araraquara, p. 227-36, 1986.
- KLINGE, A. The impact of context on modal meaning in English and Danish. In: **Nordic Journal of Linguistics**, v. 19, p. 35-54, 1996.
- LEECH, G. **Principles of pragmatics**. London Longman, 1983.
- LEITE, A. M. P. C. **A modalização deôntica no discurso jurídico**. UNESP (Dissertação de mestrado). São José do Rio Preto, 2002.

LOBATO, M. **Fábulas**. São Paulo: Globo, 2008.

LYONS, J. **Semantics**. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MACKENZIE, J. L. **What is functional grammar?** Congres International de Linguistique et Philologie Romanes, 20 Comunicação Zurich, Suisse, 1992.

MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

_____.; CHARAUDEAU, P. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza e Silva; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes/Edunicamp, 1989.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gênero e compreensão**. Parábola Editorial: São Paulo, 2008.

_____.; DIONISIO, A. P. (Org). **Fala e Escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **Da Fala para a Escrita**: atividades de retextualização. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In. DIONÍSIO, A P.; MACHADO, A. R. et BEZERRA, M. A. (Org). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARTELOTTA, M. E. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: Maria Angélica Furtado da Cunha; Mariangela Rios de Oliveira; Mário Eduardo Toscano Martelotta. (Org.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2003.

MENEZES, L. C. **Expressões linguísticas modalizadoras deônticas em função argumentativa**: um exercício da análise retórico-funcional. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

MESQUITA, E. M. de C. **A modalidade deôntica**: um estudo na língua escrita contemporânea do Brasil. Dissertação de Mestrado. UNESP. Araraquara, 1999.

MILLER, C. Genre as social action. In: FREEDMAN, Aviva; MEDWAY, Peter, (orgs.). **Genre and the new rhetoric**. London: Taylor & Francis, 1994

MYHILL, J & SMITH, L.A. The discourse and interactive functions of obligation expressions. In: BYBEE, J. & FLEISCHMAN, S. (eds.). **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1995.

NEVES, M. H. de M. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [2004].

_____. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (org.). **Gramática do português falado**. Vol. VI: desenvolvimentos. Campinas: Editora da UNICAMP - FAPESP, 1996.

NOGUEIRA, M. T. Modalidade e argumentação. In: NOGUEIRA, M. T.; LOPES, M. F. V. **Modo e modalidade: gramática, discurso e interação**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

_____. **Estudos linguísticos de orientação funcionalista**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

PALMER, F. R. **Mood and modality**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

PARRET, H. *et al.* Modalités. **Langages**, v. 43, p. 78-97, 1976.

PESSOA, N. P. **Modalidade deontica e discurso midiático: uma análise baseada na Gramática Discursivo-Funcional**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

PIRES, J. H. **O espírito e o tempo**. Coleção científica. São Paulo: Ed. Edicel, 1979.

PULILLO, R. **Modalidade e asserção: um estudo semântico-pragmático dos enunciados de possibilidade epistêmica**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1989.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, José Luiz. BONINI, Adair. MOTA-ROTH, Desirée (orgs.). **Gêneros, teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ROMUALDO, E. C. **A construção polifônica das falas na justiça: as vozes de um processo crime**. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP. Assis, 2002.

ROSS, J. R. Guess who? In: **Papers from the Fifth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**, ed. by Robert I. Binnick, Alice Davison, Georgia M. Green, and Jerry L. University of Chicago, Chicago Linguistic Society. Chicago, 1969.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006. [1916]

SILVA-CORVALÁN, C. S. Contextual conditions for the interpretation of *poder* and *deber* in spanish. In: BYBEE, J. L.; FLEISCHMAN, S. (eds.). **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam, Philadelphia, 1995.

SWALES, J. Issues of genre: purposes, parodies and pedagogies. **Perspectivas recientes sobre el discurso**, p. 11-25, 2004.

_____. **Other floors, other voices: a textography of a small university building.** London: Lawrence Erlbaum, 1998.

_____. Genre and engagement. **Revue Belge de Philologie et d'Histoire**, 71, p. 687-698, 1993.

_____. Discourse community and the evaluation of written text. **Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics**, 1992.

_____. **Genre analysis: English in academic and research settings.** Cambridge: CUP, 1990.

SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure.** Cambridge University Press, 1990.

TÁVORA, A. D. F. **Construção de um conceito de suporte: a matéria, a forma e a função interativa na atualização de gêneros textuais.** Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2008.

ULLMANN, S. **Semântica: uma introdução à ciência do significado.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

VERSTRAETE, J. C. The problem of subjective modality in the Functional Grammar model. In: GÓMES GONZÁLES, M. A.; MACKENZIE, J. L. (eds.). **A new architecture for functional grammar.** Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.